

RONALDO DA SILVA VALENTE

WALLACE DE SENNA PEREIRA

**ESTUDO PARA IMPLANTAÇÃO DO CADASTRO TÉCNICO RURAL PARA
CONHECIMENTO DA REAL ESTRUTURA FUNDIÁRIA DOS MUNICÍPIOS DA
REGIÃO DO VALE DO RIBEIRA DO ESTADO DO PARANÁ**

Trabalho de Conclusão do Curso, apresentado
ao Departamento de Ciências Contábeis, do
Setor de Ciências Sociais Aplicadas,
Universidade Federal do Paraná, como
requisito para obtenção do título de Especialista
em Formulação e Gestão de Políticas Públicas

Orientador: Prof. Dr. Blênio César Severo Peixe

**CURITIBA
2007**

AGRADECIMENTOS

Os agradecimentos que ora manifestamos sejam interpretados, não como um final de fraternas e gratas relações, mas sim, como alvíssaras e prenúncios de deleites de uma nova etapa.

Aos nossos familiares, especialmente esposa e filhos, cujos convívios almagamaram, ao longo do tempo, nossos corações e mentes, conduzidos pelos sentimentos de amor, respeito e admiração, sempre prontos em nos auxiliar mas, principalmente, nos fazendo ver a grandeza que é a vida.

Aos colegas da turma A/B, que muito mais que colegas tornaram-se amigos.

Ao nosso orientador, muito mais que cartesiano, transmite tranqüilidade e sabedoria própria dos escolhidos.

LISTA DE TABELAS

TABELA 01 – QUADRO DE ESTABELECIMENTOS RURAIS POR GRUPO DE ÁREA TOTAL – BRASIL.....	30
TABELA 02 – QUADRO DA CONDIÇÃO DO PRODUTOR – BRASIL.....	30
TABELA 03 – QUADRO DEMONSTRATIVO DAS PROPRIEDADES RURAIS DO BRASIL.....	31
TABELA 04 – QUADRO DE ESTABELECIMENTOS POR GRUPO DE ÁREA TOTAL – REGIÃO SUL.....	37
TABELA 05 – QUADRO DA CONDIÇÃO DO PRODUTOR – REGIÃO SUL.....	37
TABELA 06 – QUADRO DEMONSTRATIVO DAS PROPRIEDADES RURAIS DO PARANÁ.....	38
TABELA 07 – QUADRO DEMONSTRATIVO DAS PROPRIEDADES RURAIS DE SANTA CATARINA.....	39
TABELA 08 – QUADRO DEMONSTRATIVO DAS PROPRIEDADES RURAIS DO RIO GRANDE DO SUL.....	40
TABELA 09 – QUADRO DE ESTABELECIMENTOS POR GRUPO DE ÁREA TOTAL – PARANÁ.....	49
TABELA 10 – QUADRO DA CONDIÇÃO DO PRODUTOR – PARANÁ.....	49
TABELA 11 – QUADRO DEMONSTRATIVO DAS PROPRIEDADES RURAIS DO PARANÁ.....	50
TABELA 12 – POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO VALE DO RIBEIRA - 2000...	72
TABELA 13 – USO ATUAL DO SOLO (EM HECTARES).....	78
TABELA 14 – CATEGORIA DOS PRODUTORES RURAIS.....	80

TABELA 15 – FLUXO MIGRATÓRIO DOS MUNICÍPIOS DO VALE DO RIBEIRA.	82
TABELA 16 – QUADRO DA MALHA VIÁRIA MUNICIPAL E DISTÂNCIA À CURITIBA.....	84
TABELA 17 – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL.....	85
TABELA 18 – QUADRO DE ESTABELECIMENTOS SEGUNDO GRUPOS DE ÁREA TOTAL (ha) – MUNICÍPIO ADRIANÓPOLIS.....	89
TABELA 19 – QUADRO DA CONDIÇÃO DO PRODUTOR - MUNICÍPIO ADRIANÓPOLIS.....	89
TABELA 20 – QUADRO DEMONSTRATIVO DAS PROPRIEDADES RURAIS DE ADRIANÓPOLIS.....	90
TABELA 21 – QUADRO DE ESTABELECIMENTOS SEGUNDO GRUPOS DE ÁREA TOTAL (ha) – MUNICÍPIO BOCAÍUVA DO SUL	92
TABELA 22 – QUADRO DA CONDIÇÃO DO PRODUTOR – MUNICÍPIO BOCAÍUVA DO SUL.....	92
TABELA 23 - QUADRO DEMONSTRATIVO DAS PROPRIEDADES RURAIS DE BOCAÍUVA DO SUL.....	93
TABELA 24 - QUADRO DE ESTABELECIMENTOS SEGUNDO GRUPOS DE ÁREA TOTAL (ha) – MUNICÍPIO CERRO AZUL.....	95
TABELA 25 – QUADRO DA CONDIÇÃO DO PRODUTOR) – MUNICÍPIO CERRO AZUL.....	95
TABELA 26 – QUADRO DEMONSTRATIVO DAS PROPRIEDADES RURAIS DE CERRO AZUL.....	96
TABELA 27 – QUADRO DE ESTABELECIMENTOS SEGUNDO GRUPOS DE ÁREA TOTAL (ha) – MUNICÍPIO DOUTOR ULYSSES.....	97

TABELA 28 – QUADRO DA CONDIÇÃO DO PRODUTOR - MUNICÍPIO	
DOUTOR ULYSSES.....	98
TABELA 29 – QUADRO DEMONSTRATIVO DAS PROPRIEDADES RURAIS DE	
DOUTOR ULYSSES.....	98
TABELA 30 – QUADRO DE ESTABELECIMENTOS SEGUNDO GRUPOS DE	
ÁREA TOTAL (ha) - MUNICÍPIO ITAPERUÇU.....	100
TABELA 31 – QUADRO DA CONDIÇÃO DO PRODUTOR - MUNICÍPIO	
ITAPERUÇU..	100
TABELA 32 – QUADRO DEMONSTRATIVO DAS PROPRIEDADES RURAIS DE	
ITAPERUÇU.....	101
TABELA 33 – QUADRO DE ESTABELECIMENTOS SEGUNDO GRUPOS DE	
ÁREA TOTAL (ha) - MUNICÍPIO RIO BRANCO DO SUL.....	103
TABELA 34 – QUADRO DA CONDIÇÃO DO PRODUTOR - MUNICÍPIO RIO	
BRANCO DO SUL.....	103
TABELA 35 – QUADRO DEMONSTRATIVO DAS PROPRIEDADES RURAIS DE	
RIO BRANCO DO SUL.....	104
TABELA 36 – QUADRO DE ESTABELECIMENTOS SEGUNDO GRUPOS DE	
ÁREA TOTAL (ha) – MUNICÍPIO TUNAS DO PARANÁ.....	105
TABELA – 37– QUADRO DA CONDIÇÃO DO PRODUTOR – MUNICÍPIO	
TUNAS DO PARANÁ.....	106
TABELA 38 – QUADRO DEMONSTRATIVO DAS PROPRIEDADES RURAIS DE	
TUNAS DO PARANÁ	106
TABELA 39 – QUADRO CONSOLIDADO/COMPARATIVO – DADOS	
DECLARADOS AO INCRA E CENSITADOS PELO IBGE.....	107

TABELA 40 – QUADRO COMPARATIVO – CERTIFICADOS/INCRA, ESTABELECIMENTOS/IBGE E PRODUTORES/EMATER/PR.....	108
TABELA 41 – PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS.....	113

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO – 1	- GRANDES PROPRIEDADES RURAIS EM HECTARES – REGIÃO SUL.....	41
GRÁFICO – 2	- MÉDIAS PROPRIEDADES RURAIS EM HECTARES - REGIÃO SUL2005.....	42
GRÁFICO – 3	- PEQUENAS PROPRIEDADES RURAIS EM HECTARES - REGIÃO SUL.....	42
GRÁFICO – 4	- ÁREA OCUPADA POR MINIFÚNDIOS EM HECTARES - REGIÃO SUL.....	43
GRÁFICO – 5	- ÁREA OCUPADA POR PROPRIEDADES NÃO CLASSIFICADAS - REGIÃO SUL.....	43
GRÁFICO – 6	- ÁREAS OCUPADAS DAS GRANDES PROPRIEDADES RURAIS NO PARANÁ EM HECTARES	51
GRÁFICO – 7	- PROPRIEDADES RURAIS DO PARANÁ EM HECTARES.....	52
GRÁFICO – 8	- TOTAL DE CCIR NO PARANÁ POR TIPO DE PROPRIEDADE.....	53

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC	- Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores
ABNT	- Associação Brasileira de Normas Técnicas
BID	- Banco Interamericano de Desenvolvimento
CATP	- Contrato de Alienação de Terras Públicas
CCIR	- Certificado de Cadastro de Imóvel Rural
CNIR	- Cadastro Nacional de Imóveis Rurais
CTR	- Cadastro Técnico Rural
EF	- Empresário familiar
EMATER-PR	- Empresa de assistência Técnica e Extensão Rural do Paraná
ER	- Empresário rural
GPS	- Geographic Position System
GTZ	- Gesellschaft Für Technische Zusammenarbeit
INCRA	- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH-E	- Índice de desenvolvimento Humano de Educação
IDH-L	- Índice de desenvolvimento Humano de Longevidade
IDH-M	- Índice de desenvolvimento Humano Municipal
IDH-R	- Índice de desenvolvimento Humano de Renda
IPARDES	- Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico
ITC-PR	- Instituto de Terras e Cartografia do Paraná
ITCG-PR	- Instituto de Terras, Cartografia e Geociência do Paraná

ITR	- Imposto territorial Rural
MARIPA	- Industrial Madeireira e Colonizadora Rio Paraná S/A
MC	- Meridiano Central
MDA	- Ministério do desenvolvimento Agrário
PIC	- Projeto de Integração e Colonização
PSM1	- Produtor de subsistência 1
PSM2	- Produtor simples de mercadorias 2
PSM3	- Produtor simples de mercadorias 3
RMC	- Região Metropolitana de Curitiba
SAD69	- South American Datum 1969
SEMA-PR	- Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Paraná
SGB	- Sistema Geodésico Brasileiro
SNCR	- Sistema nacional de Cadastro Rural
TDA	- Título da Dívida Agrária
TR	- Trabalho Rural
UTM	- Universal transversa de Mercator
ZEE	- Zoneamento Ecológico Econômico

RESUMO

VALENTE, R.S. e PEREIRA, W.S. ESTUDO PARA IMPLANTAÇÃO DO CADASTRO TÉCNICO RURAL PARA O CONHECIMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA DOS MUNICÍPIOS DO VALE DO RIBEIRA DO ESTADO DO PARANÁ

O texto em tela versa a respeito da assineria entre as instituições públicas operantes no meio rural, sobre um tema que, ao longo dos séculos, sua problemática só faz se agravar. A ausência de instrumentos disciplinadores que conduza ao confiável conhecimento da estrutura fundiária da região do Vale do Ribeira, como de qualquer outra região do país, evidenciado no trabalho, acarreta no desperdício dos recursos públicos, à medida que, cada uma dessas mencionadas instituições criam um aparato próprio para a obtenção dos mesmos dados, porém, com diferentes metodologias, agravadas pelo fato de que são dados obtidos de forma imprecisa, e quando comparados mostram com clareza, a confusão que cria. A implantação do cadastro técnico rural determina o conhecimento da estrutura fundiária da região funcionando como uma ferramenta auxiliadora para os gestores, público e privado, no que tange o planejamento do ordenamento territorial e de obras públicas, implantação de um justo sistema tributário rural e possibilitador da checagem de dados entre o real medido e o verbalmente declarado e censitado.

Palavras-chave: Cadastro técnico rural, vale do ribeira e estrutura fundiária

e-mails: ronaldovalente@iap.pr.gov.br

wallacesp@itcg.pr.gov.br

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	II
LISTA DE TABELAS.....	III
LISTA DE GRÁFICOS.....	VII
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	VIII
RESUMO.....	X
1. INTRODUÇÃO.....	01
2. REVISÃO DE LITERATURA.....	05
2.1. ASPECTOS HISTÓRICOS RELACIONADOS À ESTRUTURA FUNDIÁRIA DO BRASIL.....	07
2.1.1. Capitâneas Hereditárias.....	09
2.1.2. Origem das Sesmarias.....	13
2.1.3. Sistema Sesmarial do Brasil.....	15
2.1.4. Regime da Lei de Terras nº 601/1850.....	20
2.1.5. Estatuto da Terra – Lei nº 4504/1964.....	25
2.1.6. Questão fundiária no Brasil atual.....	27
2.2. ESTRUTURA FUNDIÁRIA DA REGIÃO SUL DO BRASIL.....	32
2.3. HISTÓRIA DA OCUPAÇÃO E A ESTRUTURA FUNDIÁRIA DO PARANÁ.....	44
2.3.1. Leis de Terras do Estado do Paraná.....	53
2.4. CONCEITUAÇÃO DE CADASTRO TÉCNICO RURAL.....	60
2.5. HISTÓRICO DO CADASTRO TÉCNICO RURAL.....	60
2.5.1. Cadastro Rural no Brasil.....	63
2.5.2. Cadastro Rural no Paraná.....	65

2.6.TIPOS DE CADASTRO.....	66
2.6.1. Cadastro Técnico Urbano.....	66
2.6.2. Cadastro Técnico Rural.....	67
3. METODOLOGIA DA PESQUISA.....	69
4. REGIÃO DO VALE DO RIBEIRA NO PARANÁ.....	71
4.1. EVOLUÇÃO HISTÓRICA.....	72
4.2. USO DO SOLO.....	77
4.3. ASPECTOS SÓCIO-ECONÔMICOS.....	82
4.4. ESTRUTURA FUNDIÁRIA.....	86
4.4.1. Adriánopolis.....	88
4.4. 2. Bocaiúva do Sul.....	91
4.4.3. Cerro Azul.....	94
4.4.4. Doutor Ulysses.....	97
4.4.5. Itaperuçu.....	99
4.4.6. Rio Branco do Sul.....	102
4.4.7. Tunas do Paraná.....	105
4.5.METODOLOGIA PARA IMPLANTAÇÃO DO CADASTRO TÉCNICO RURAL.....	109
4.6. PROPOSTA DE CADASTRO TÉCNICO RURAL PARA OS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO VALE DO RIBEIRA.....	111
4.7 IMPLANTAÇÃO DO CADASTRO TÉCNICO RURAL.....	115
5. CONCLUSÃO.....	124
6. REFERÊNCIAS.....	126
7. ANEXOS.....	130
7.1. ANEXO – I – LOCALIZAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA	

DE CURITIBA.....	131
7.2. ANEXO – II – MESOREGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA – DIVISÃO POLÍTICO ADMINISTRATIVA.....	133
7.3. ANEXO – III – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL - IDH-M.....	135
7.4. ANEXO – IV – PERFIL MUNICIPAL DE ADRIANÓPOLIS.....	137
7.5. ANEXO – V – PERFIL MUNICIPAL DE BOCAIUVA DO SUL.....	141
7.6. ANEXO – VI – PERFIL MUNICIPAL DE CERRO AZUL.....	145
7.7. ANEXO – VII – PERFIL MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES.....	149
7.8. ANEXO – VIII – PERFIL MUNICIPAL DE ITAPERUÇU.....	153
7.9. ANEXO – IX – PERFIL MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO SUL.....	157
7.10. ANEXO – X – PERFIL MUNICIPAL DE TUNAS DO PARANÁ.....	161
7.11. ANEXO – XI – COMPOSIÇÃO DE CUSTOS DE SERVIÇOS DE CAMPO POR LOTE INDIVIDUAL.....	165
7.12. ANEXO – XII – LAUDO DE VISTORIA ITCG.....	167
7.13. ANEXO – XIII – PLANTA GERAL DE GLEBA.....	172
7.14. ANEXO – XIV – CÁLCULO DE ÁREA DE LOTE.....	174
7.15. ANEXO – XV – PLANTA INDIVIDUAL DE LOTE.....	176
7.16. ANEXO – XVI – MEMORIAL DESCRITIVO DE LOTE.....	178
APÊNDICE.....	181
APÊNDICE – I – GLOSSÁRIO.....	182

1. INTRODUÇÃO

Toda boa obra literária técnico-científica apregoa a necessidade de se fundar sólidas bases, objetivando o alcance de melhores e consistentes resultados; isto, em qualquer segmento que se pretenda atuar, desde a mais simples obra da construção civil até a complexa tarefa de governar uma nação ou um ente federado desta. Faz-se mister a existência de ferramentas possibilitadoras de precisos diagnósticos, cujo conteúdo seja fidedignamente retratador da realidade, objeto de atuação e possibilitador de processar, no seu bojo, as óbvias alterações e mudanças, inexoráveis com o transcorrer do tempo.

A ausência de dados, que deveriam ser obtidos mensuradamente, inclusive com delimitação das divisas dos imóveis rurais, consignados por intermédio de confecção de peças técnicas determinantes e exatificadoras como planta, memorial descritivo e cálculo analítico de área - cabendo atualmente a designação de imóvel rural georreferenciado, face a precisão alcançada na identificação dos seus limites - instala uma situação que impossibilita o real conhecimento da estrutura fundiária dos municípios que compõem a região do Vale do Ribeira do Estado do Paraná, contextualizada no presente trabalho, cuja escolha cinge-se ao de ser região que apresenta um dos piores Índices de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) do Estado.

Constata-se que a inexistência de eficientes ferramentas, auxiliaadoras no planejamento das ações a serem desenvolvidas no meio rural, contribui para instalação de um cenário que apresenta elevado grau de entropia, à medida que as instituições, mesmo operando em segmento comum, atuando para o mesmo público

alvo e com objetivos similares, apliquem cada instituição, intrinsecamente, vultosos recursos, humanos e financeiros, direcionados para a obtenção de dados e informações, através da aplicação de cadastros que nem sempre contribuem para consecução de quadro retratador dos problemas existentes.

O quadro situacional se agrava quando se adentra nas questões que tratam sobre domínio de imóveis rurais, à medida que o próprio Estado desconhece a sua estrutura fundiária como um todo.

Verifica-se, até nos dias atuais, a necessidade de instituir ações discriminatórias, administrativa e judicial, demasiadamente longas e onerosas para os cofres públicos, de efetividade questionável, com o propósito de regularizar as ocupações, como, também, tomar conhecimento do que são terras públicas, separando-as (discriminando) das terras de particulares.

O desconhecimento da estrutura fundiária, onde se constata que todos os dados e informações sobre os imóveis rurais são obtidos de forma declaratória ou censitária, onde o Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Paraná (EMATER) e o Instituto de Terras, Cartografia e Geociências (ITCG), tecem suas próprias redes de operação, cujos cadastros são elaborados para atender suas próprias demandas, cada vez mais complexas, sem que demonstrem ter fortes relações interinstitucionais, em clara evidência de ausência de sinergia entre seus objetivos, aliás, muito próximos, e seus resultados que, em seus conteúdos, carecem de exatidão e confiabilidade.

O quadro situacional acima descrito, remete a temática da estrutura fundiária aos seguintes questionamentos:

- Existe ferramenta capaz de retratar a realidade sobre a ocupação efetiva do território onde encontram-se os imóveis rurais?

- É viável a obtenção dessa ferramenta sob a ótica técnica, legal e econômica?

Tecnicamente, o Brasil é provido de cabedal tecnológico e técnicos que possuem totais condições de executar os serviços com a precisão exigida para determinar, em definitivo, as medições dos imóveis rurais e, ainda, registrá-las em documentos cartográficos e bases alfanuméricas.

A prova inconteste da assimilação dessa tecnologia reside nas exigências contidas na Lei Federal nº 10.267, de 28 de agosto de 2001 e seu Decreto regulamentador de nº 4.449, de 30 de outubro de 2002, que disciplina, dentre outras exigências, a identificação de imóvel rural, sendo seus limites estabelecidos através de coordenadas em todos os seus vértices, georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro (SGB).

A quantidade de recurso financeiro anualmente utilizado pelas instituições operantes no meio rural com o propósito de obter dados e informações, no bojo de suas próprias metodologias, quanto ao manuseio e disponibilização dessas, a longa e complexa tarefa de coletá-los, a extensa organização administrativa para conservá-las, faz com que a cobertura dos custos necessários para implantação do cadastro técnico rural se torne perfeitamente assimiláveis, com a vantagem de serem dados confiáveis tecnicamente.

O significativo número de órgãos públicos e empresas privadas que operam no meio rural, fundamentalmente, utilizam-se dos dados declarados ao INCRA e os censitados ao IBGE, para o desenvolvimento de suas atividades. Sem olvidar os

órgãos que obtêm seus dados de maneira independente, visando atender as suas finalidades específicas, consentâneas com suas atuações e propósitos.

Tal fato evidencia o desperdício do recurso público, pondo em evidência a justificativa para se implantar o cadastro técnico rural como forma de otimizar os recursos públicos, na proporção que servirá de base para todos os entes, público e privado.

O principal escopo a ser alcançado com a implantação do cadastro técnico diz respeito ao fato de prover os gestores, tanto público como privado, com uma exatificadora e confiável ferramenta para o planejamento do ordenamento territorial.

Dessa forma, se estabelece uma efetiva base geométrica dos imóveis rurais, auxiliadora para o desenvolvimento de ações multifinalitárias.

Estabelecer comparação entre os dados obtidos de forma declaratória, bem como, os obtidos censitariamente com os determinados pela base geométrica, checando tamanho de área, delimitações e confrontantes.

Contribuir para as atividades vinculadas à regularização fundiária e reforma agrária, tendo em vista a detecção de áreas onde exista concentração de minifúndios e pequenas propriedades, possibilitando a adoção de medidas direcionadas para o reordenamento territorial, pautada na viabilização econômica das propriedades.

2. REVISÃO DE LITERATURA

O cadastro técnico rural é um instrumento muito importante no que diz respeito ao conhecimento da realidade rural.

De acordo com LOCH:

Cadastro deve ser entendido como um sistema de registro da propriedade imobiliária, feito na forma descritiva, em conjunto com o registro da propriedade imobiliária, em conjunto com o registro dos imóveis e principalmente na forma cartográfica. A parte descritiva do cadastro, além de atender às necessidades informais concernentes aos proprietários e/ou usuários dos imóveis, deve servir como banco de dados para usos de entidades públicas e privadas que necessitem desta espécie de informações ou dado. (LOCH, 1993, p. 09)

Concernente ao planejamento rural, de acordo com BALATA (1998, p.8), “lamentavelmente e vergonhosamente somos compelidos a admitir que não possuímos para o país um planejamento rural integrado, não possuímos uma política integrada em nível nacional como ocorre nos países desenvolvidos do primeiro mundo”.

Observa-se que toda a base de informações sobre o universo das propriedades rurais, relativa à localização e suas respectivas explorações econômicas, provém do Cadastro Declaratório Integrante do Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR, do INCRA em funcionamento no país desde o ano de 1965, e criado por disposição da Lei nº 4504 de 03/11/64 – Estatuto da Terra.

A partir da publicação da Lei nº 10267, de 28/08/2001, e regulamentada pelo Decreto nº 4.449/2003, estabelece-se como fato gerador de profundas modificações quanto à melhoria da qualidade na obtenção de dados literais e gráficos que, em seu bojo, obriga os proprietários rurais e as instituições que atuam no meio rural a uma completa reengenharia de suas atividades. A necessária integração das ações do Governo Federal, Governos Estaduais e Municipais, imposta pela Lei, foi o

catalisador para que o MDA/INCRA, em parceria com os órgãos estaduais de terra e através de recursos financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, desenvolvesse o PROJETO CADASTRO DE TERRAS E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA no Brasil, cujo objetivo geral é a constituição de um Cadastro Nacional de Imóveis Rurais – CNIR e na execução de um amplo Programa de Regularização fundiária.

De acordo com COSTA (2006, p. 41) “a necessidade da unificação dos cadastros na esfera federal, a qual é constitucionalmente responsável pela área rural do país é fato indiscutível”.

Segundo BALATA (1998, p. 28) “existe hoje uma consciência nacional formada quanto à importância do Cadastro Técnico Rural e que hoje, no Brasil, existe alta tecnologia de informática capaz de executar esse projeto em curto prazo”.

Há de se destacar as disparidades regionais no Estado do Paraná quanto ao desenvolvimento econômico e social. Regiões, cujo relevo é predominantemente acidentado e de composições físico-química de seus solos com baixo potencial de uso e que demandam a utilização de práticas conservacionistas dispendiosas; via de regra, são aquelas que apresentam um baixo Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), requerendo do Estado certa priorização quanto ao atendimento a população local à medida que observa-se a instalação de um quadro situacional onde predomina a carência de recursos humanos e material, implicando, como efeito, a evasão populacional e o estabelecimento de um círculo vicioso que, sem intervenção externa, é de difícil reversão.

2.1. ASPECTOS HISTÓRICOS RELACIONADOS À ESTRUTURA FUNDIÁRIA DO BRASIL

No exame do processo histórico de formação nacional são focados, via de regra, os aspectos econômicos, políticos e sociais; entretanto, uma análise aprofundada envolvendo a temática fundiária, identificando sua inserção e importância ao longo do desenvolvimento e da formação da nação brasileira, esta sempre foi relegada a um segundo plano.

De sorte que, qualquer tratamento ou enfoque sobre esse assunto praticamente também se resgata muito do processo de formação nacional. Sem embargo, existir um forte vínculo envolvendo os assuntos agrário-fundiários na história do Brasil, haja vista, a formação do modelo agrário exportador do período colonial; desde o despertar de Portugal sobre a colônia com a implantação do regime das capitanias hereditárias, nas quais, os donatários iniciaram o cultivo de suas terras, com o plantio da cana-de-açúcar e a conseqüente construção de engenhos, necessários para a obtenção do produto açúcar. Pouco se sabe sobre esse período, bem como o que lhe sucedeu, o sistema sesmarial brasileiro e suas implicações sobre o regime fundiário.

O assunto referente ao desenvolvimento da estrutura agrário-fundiária no Brasil é dividido em períodos onde ocorreram manifestações de suas principais características que foram se desenvolvendo dentro de uma dinâmica própria, cujo disciplinamento jurídico, por um longo período foi costumeiramente desrespeitado à medida que, predominava a precariedade; notadamente, quanto à cobrança do cumprimento das leis que foi transferido, na sua íntegra, das colônias africanas,

onde fora bem sucedido, como o regime de capitanias hereditárias nas Ilhas da Madeira, Cabo Verde e Açores; e da metrópole, como o sistema sesmarial adotado em Portugal no ano de 1375, cujo resultados, dada todas as circunstâncias à época, foram rigorosamente alcançados.

A dimensão de uma colônia que possuía aproximadamente 5.000 km de costa marítima se apresentava como um tremendo desafio para um Portugal que se deslumbrava com o potencial de comércio com o Oriente.

A colonização no Brasil ou sua história territorial praticamente convive sob a égide de uma frágil, inoperante e anacrônica estrutura de poder, durante três séculos e meio agravada pela sua formação étnica predominantemente constituída por brancos degredados, índios domesticados e africanos.

Pode-se afirmar que durante a vigência das Capitanias Hereditárias e o período representado pelo sistema sesmarial podia se ver de tudo na Colônia, o desrespeito e as atitudes que eram tomadas ao arrepio e com o amparo da lei. As covardias perpetradas por sesmeiros contra posseiros, as formas como os sesmeiros ampliavam ilicitamente suas terras, dentre outras.

A Lei de Terras, regulamentada pelo Decreto nº 1318, de 1854, obrigava os possuidores de terra, com qualquer título, a registrar suas terras mediante declaração feitas pelo possuidor ao vigário da Paróquia, sendo, essa documentação submetida à análise e avaliação. E, se considerada de acordo ou consoante com os preceitos legais, era convalidada e registrada convenientemente no Arquivo Paroquial ou comumente identificado como Registro Paroquial. Esta exigência que os detentores de área tinham que efetuar originou o primeiro cadastro declaratório devidamente oficializado no Brasil.

Em um salto de tempo que ultrapassa um século, de 1854 até 1964, entra em vigor o Estatuto da Terra, composto de 128 artigos, esta Lei tem como fulcro a determinação de critérios identificadores do cumprimento da função social da propriedade rural, dentre outros.

A Constituição da República editada em 05 de outubro de 1988 concebe a faculdade de desapropriar imóveis rurais por interesse social para fins de reforma agrária que não estejam, cumprindo com a sua função social.

Encerrando o conjunto de ações a ser abordado e discorrido no conteúdo desse trabalho diz respeito a atual situação da estrutura agrária no Brasil.

2.1.1. Capitânicas Hereditárias

A história territorial do nosso país começa com um paradoxo, antes de descoberto o Brasil, suas terras já pertenciam a Portugal, por força do Tratado de Tordesilhas, firmado em 07 de julho de 1494 pelo reis de Portugal e Espanha; episódio histórico que comprovava a supremacia desses reinos sobre o mundo, devido ao espraiamento marítimo alcançados por navegadores como, Bartolomeu Dias, Vasco da Gama, Cristóvão Colombo e Pedro Álvares Cabral dentre outros.

Pode-se afirmar que a expansão comercial marítima, com destaque para as recém descobertas terras na Ásia, África e América foram relevantes para a formação do patrimônio territorial de Portugal. No que tange, sua disposição sócio-econômica apresentava-se um leque de oportunidades e interesses cujo foco era orientado para a obtenção de riquezas, comércio, gêneros de escambo que é a troca de mercadorias ou serviços sem fazer uso de moeda. Sob esse aspecto, a Colônia

(Brasil) figurava desalentadoramente; terras e homens estavam em estado bruto. Suas condições de cultura não permitiam aos portugueses o intercuro comercial que reforçasse ou prolongasse o mantido por eles com o Oriente. Nem reis nem régulos encontraram os descobridores do Brasil com quem tratar ou negociar; apenas morubixabas, bugres, gente quase nua e à toa, dormindo em rede ou no chão, alimentando-se de farinha de mandioca, de fruta do mato, de caça ou peixe comido cru. Donde a conclusão de que o Brasil foi uma carta de paus num jogo de trunfos em ouro, um desapontamento.

A visão comercial européia, em geral, e a portuguesa, em particular, vivia obcecada pela Índia, eram raros os que não se deixavam fascinar pelo Oriente. Pobre, o Brasil permanecerá por muito tempo como simples relato nos versos de Camões "As terras Santa Cruz pouco sabidas".

Surpreendentemente, o que fez com que a metrópole voltasse às vistas para a Colônia foi a ameaça gaulesa. Francisco I, da França, ficara irritado com a tendenciosidade do Sumo Pontífice ao doar o mundo para Portugal e Espanha, deixara seu país fora da herança; ficando impedido de fazer negócio com os navios franceses em águas americanas, estimulava os aventureiros e ladrões do Mar do Norte, outorgando-lhes cartas de corso, ou seja, caça a navios mercantes do inimigo efetuado por navio armado por particular com a devida autorização do governo beligerante, no caso o francês. A quantidade de navios era de tal ordem que, os mares americanos viviam coalhados de piratas franceses a tal ponto que chegou a por em perigo o domínio lusitano. Com o recrudescimento das ações dos corsários, o Rei de Portugal, D. João III, decide enviar esquadras de defesa para a Costa Brasileira, sendo a primeira em 1526, sob o comando de Cristovão Jaques, e a

segunda, em 1530, capitaneada por Martin Afonso de Souza. Os resultados que essas esquadras obtiveram foram poucos alvissareiros, uma vez que eram insuficientes face à imensidão da Costa Brasileira.

A partir da constatação que persistia e até aumentava em intensidade o tráfico do pau-brasil; a metrópole altera a orientação tomada até o momento e por influência do Dr. Diogo de Gouveia, ilustre lusitano, que já morava na França há 25 anos, onde dirigia o Colégio Santa Bárbara e, por conseguinte, tinha pleno conhecimento das intenções francesas na Colônia redige uma carta na data de 29 de fevereiro de 1532, no qual formula o conceito de que o mais providencial a se tomar para rechaçar a presença francesa é adotar o sistema de colonização por particulares; medida que já fora experimentada com êxito nos Açores e na Madeira, e mesmo aqui, em 1504, quando foi doada a Capitania de Fernando de Noronha. Nesta mesma Carta encontram-se as razões exaradas para a aplicação da partilha; povoar a terra defendê-la contra traficantes, explorá-las e catequizá-las.

Há de se ressaltar que os profícuos negócios firmados no Oriente era fator gerador de uma nova classe, oriunda dos mercadores, funcionários e elementos destacados no trato das especiarias. Formavam um conjunto, hoje denominado classes burguesa e pequena burguesa e reunindo o entusiasmo por negócios além-oceano, notícias de jazidas de metais preciosos nos domínios de Espanha foram fatores contributivos para despertar de interesse as regiões americanas.

A existência de problemas esmagadores que os donatários enfrentariam como, o de não haver quantidade de dinheiro para as tentativas de desbravamento a tão grande distância das bases iniciais; unido ao perfil desses mais voltado para feitor ou empresário do que para superintender o trabalho de escravos. Acrescente a este

fato, o desconhecimento da situação geográfica da nova Colônia, que ao repartir em linhas retas separatórias entre as capitanias, dificultava sobremaneira a utilização das terras, uma vez que deveriam transpor toda sorte de acidentes geográficos, em toda a extensão até alcançar o limite convencionado em Tordesilhas.

A Capitania era inalienável e indivisível e era administrada pelo Capitão e Governador, representante do Rei como seu administrador e delegado. Tinha jurisdição sobre o colono, o católico, português ou estrangeiro e poder político-administrativo quase dono da Capitania. Entretanto, não tinha o poder sobre a propriedade da terra, não tinha domínio real do solo. Na Carta de Doação era fixado certo número de léguas (uma légua de sesmaria corresponde a 6.600m) de terra marcada na costa começando à beira-mar, sendo proibido aumentar a extensão da área recebida; podendo tão somente arrendá-la ou aforá-la conforme lhe conviesse.

A Capitania de Santana, cuja localização situava-se imediatamente ao sul da de São Vicente, tinha de extensão 40 léguas, 264 km de costa e começava na Ilha do Mel e terminava em Laguna, portanto abrangia parte dos atuais Estados do Paraná e Santa Catarina; seu donatário era Pero Lopes de Souza e a Carta de Doação foi subscrita em 01 de setembro de 1534 e o foral, o ato de doação emitido, em 06 de outubro de 1534, mas este não chegou sequer a conhecer a doação, tratada com indisfarçado desinteresse colocou-a a disposição parte ou toda a Capitania para o Conde da Castanheira, considerando um ato de grande benevolência e honraria a aceitação por parte do Conde.

O primeiro regime utilizado no Brasil direcionado para incrementar o povoamento através da partilha de sua estrutura fundiária, o regime de Capitánias Hereditárias foi efêmero e pelo pequeno tempo que funcionou quase não deixou

traços em nossa estrutura interna, não passando de mero incidente episódico, sem repercussão decisiva em nossa evolução; onde se encaixa a máxima de ter sido o regime de capitanias hereditárias, a terra dividida para autoridades, dentro da autoridade do Estado.

As Capitanias Hereditárias repartiu o Brasil em 15 lotes que foram doados entre 12 fidalgos e capitães portugueses.

2.1.2. Origem das Sesmarias

A conjugação de desfavoráveis fatores surgidos na Europa nos meados do Séc. XIV, como a disseminação da peste negra e a instalação de crise econômica, já anunciada por um bom tempo; foram os responsáveis de significativas perdas, principalmente nos centros urbanos. A diminuição na oferta de mão-de-obra acarretou no aumento dos salários artesanais e passaram a ser forte atrativo para os trabalhadores rurais, ocasionando o êxodo de uma grande massa de mão-de-obra, fixada no campo em direção aos centros urbanos.

Tal fato evidenciou a desestabilidade e perda do equilíbrio existente entre oferta e procura de trabalhador rural; como resultante verificava-se a carestia dos gêneros alimentícios e a conseqüente instalação de quadro inflacionário anunciador de crise generalizada. A pouca disponibilidade de gêneros alimentícios, resultado da diminuição da produção agrícola foi o pivô para o recrudescimento da fome, epidemias, misérias e instalação de guerras, devastando o meio rural.

Os camponeses e os senhores que sobreviveram, abandonaram suas terras, provocando desolação no meio rural. A maneira açodada como se processou esses

infortúnios exigia dos monarcas a adoção de fortes medidas, tendo em vista o expressivo número de óbitos em tão curto tempo provocava até mesmo uma desordem de cunho moral, pois rompia abruptamente as relações de famílias e, por conseguinte, de comunidades. Era vezo o roubo, a pilhagem, a vadiagem e a mendicância. A nobreza, o clero e, destacadamente, a população sofrera perdas irreparáveis onde impactariam sobejamente o continente.

É dentro deste quadro de circunstâncias, no qual a coroa portuguesa atribuiu, como principal causa para o que sucedia a não exploração dos solos, devido os desleixos dos proprietários rurais. D. Fernando I, rei de Portugal, promulga, em 1375, a Lei das Sesmarias; medida cujo intuito final era pugnar no sentido de reverter o êxodo da população rural e voltar a fixar no seu meio os camponeses para interromper a reduzida oferta de mantimentos focada na reinstalação do ciclo de desenvolvimento e equilíbrio econômico.

Para tanto, se estabeleceu que o domínio das terras somente ficasse assegurado a quem nelas lavrassem e semeassem. Ao senhor das terras se ordenava um período para instalar lavouras, caso não cumprido, suas terras seriam tomadas e redistribuídas para quem delas manifestasse interesse de explorá-las. As grandes extensões de terras eram reguladas determinando-se o parcelamento das áreas não exploradas.

Desta sorte, ficava evidente que o arcabouço legal disciplinador de Sesmarias instituído por D. Fernando I, se direcionava no sentido de intensificar a produção para obter ganho na produtividade, relegando a um segundo plano o direito de propriedade. Postando-se pragmaticamente, para a resolução dos problemas econômicos do que, lapidar e aprimorar temas de cunho jurídico. O objetivo era

cultivar a terra, através de famílias morigeradas no campo, perseguindo dessa forma, a justa proporção entre posse de terra, mão-de-obra e produção focadas no abastecimento do país.

2.1.3. O Sistema Sesmarial do Brasil

As cartas enviadas ao Rei por Tomé de Souza, datada de 01 de junho de 1553 e, Men de Sá, em 30 de março de 1570 atestam o caos instalado na Colônia; a primeira lembrava ao Rei, entre as medidas que deveria ser tomada, a exigência para que os capitães fixassem residência em suas respectivas capitanias; se não pudessem assim agir, por alguns justos motivos, deveria haver a designação de outras pessoas para administrá-las, porque os capitães eram profundos desconhecedores na arte de administrar.

A segunda carta, Men de Sá resumia seu julgamento e ponderava a D. Catarina, Regente de Portugal, em nome do neto D. Sebastião; dizia que na Colônia não havia oficial que prestasse e nem capitão que defendesse sequer uma ovelha quanto mais, capitanias com tantos selvagens e bandidos. Ficava cada vez mais claro que o problema da extensão territorial do Brasil e a grande distância com a metrópole, somente seria superado com a implantação de projetos que efetivassem a posse da terra e a organização do povoamento. A solução encontrada pela Coroa foi, o fracionamento das áreas como resposta aos desafios.

Um dos principais equívocos do nosso sesmarialismo, foi aplicar o mesmo disciplinamentos planejado para Portugal, referente a estrutura fundiária; lá, a

adoção do sesmarialismo gerou, em regra, a pequena propriedade; no Brasil foi a principal causa do latifúndio.

O regime sesmarial possuía características polivalentes podendo conduzir para a fixação da pequena propriedade como à média propriedade ou à grande propriedade; pelo simples fato de não constar na lei qualquer limitação quanto ao tamanho das áreas à distribuir. O critério adotado referia-se tão somente à capacidade do produtor e sua família em cultivá-las.

Desta sorte, frente à situação fática existente em Portugal, fazia com que a distribuição do solo levasse indubitavelmente à pequena propriedade, chegando, em muitas as ocasiões, ao minifúndio. A rigor, a disponibilidade de terras inproveitadas em Portugal era reduzida quando comparada com a grande quantidade de lavradores que não tinham onde trabalhar; o que provocava a repartição das terras em pequenas parcelas a fim de poder atender o maior número de trabalhadores. Em contrapartida, no Brasil era exatamente o contrário, sobrando terra e quase ninguém para ocupá-las, conseqüentemente não havia nexo restringir o tamanho de área ou ser severo nas concessões.

Sobrando terra e faltando gente, não havia porque restringir área, esta realidade induzia a se praticar liberalidades nas concessões de sesmarias; áreas imensas de 4, 5, 10, 20 léguas, muitas das vezes em quadras, isto é, 16, 25, 100, 400 e mais léguas. As sesmarias doada a Brás Cubas abrangia parte dos atuais Municípios de Santos, Cubatão e São Bernardo do Campo, enquanto no nordeste foi freqüente a concessão de terras mais largas do que estados dos nossos dias como as da Casa da Torre, dos Guedes de Brito, de Sertão, etc. Agravadas pelo fato de contemplar o mesmo colono com sucessivas Sesmarias em épocas e lugares

diferentes. Era assim até meados do Séc. XVIII. Somente a partir de 1759 se teve notícia de que a concessão em sesmarias era feita somente a quem não houvesse recebido outras anteriormente.

Na prática, o colono ainda podia aumentar seus domínios fundiários com o uso da aquisição derivada da compra de terras de terceiros. A análise da concessão de terras mostra que as sesmarias brasileiras se revestiam de cláusulas, incorporadas ao longo do tempo, cuja intenção era disciplinar o processo de ocupação. Tais cláusulas iniciam com a doação das terras onde o colono estava sujeito apenas ao pagamento do dízimo sobre os frutos obtidos; passando pelo seu aproveitamento, caso não as explorasse, eram caracterizadas como terras devolutas; devendo ser concedida para outro colono. Este aproveitamento também estava condicionado a prazo determinado, cujo máximo estava fixado em 05 anos.

Outra exigência dizia respeito ao registro da Carta de Sesmaria na provedoria e após devia ser ratificado pelo Rei de Portugal, exigência, aliás, causadora de muito transtorno, pelo fato de que boa parcela de colonos não possuir condições financeiras para mandar requerer sua confirmação. Outra cláusula dizia respeito à imposição do foro; nos fins do Séc. XVII levado em grande parte pela diminuição do erário, o Rei D. Pedro III estabeleceu que as terras de sesmaria pagassem um encargo tendo em vista o tamanho e a qualidade das terras. A medição e demarcação situam-se entre as últimas exigências que o colono (seismeiro) deveria providenciar. Muito embora, não fosse uma cláusula de exigência rígida ao ponto de não a sendo cumprida importasse na caducidade da concessão, o conhecimento da área importava mais ao colono a fim de ter pleno conhecimento do que possuía. Em alguns casos, a Carta de Sesmaria já valia como uma demarcação, pois embora não

determinasse expressamente a área, esta fixava as confrontações que ninguém tinha dúvidas quanto à sua delimitação.

Era vez o descumprimento das medidas impostas concernentes à medição e demarcação; entretanto, um simples debruçar sobre a questão para chegar ao motivo do descumprimento; fácil era ordenar no papel a medição e demarcação, porém na prática como executar o preceito?

A medição e demarcação seria providência ordenada por várias leis; porém, difícil de cumprir face, o problema que se deparava sobre as condições do meio e do tempo como mencionado, no alvará de 05 de outubro de 1795, que tratava da matéria da sesmaria, cujas expectativas eram enormes no sentido de adotar medidas corretivas e extirpadoras dos abusos, irregularidades e desordem que grassava em todo o estado do Brasil, ao ponto de gerar a impressão de que se iria elaborar nova codificação fazendo “tabula rasa” do que existia.

O conteúdo do alvará de 05 de outubro foi uma decepção, interpretado como difuso, confuso, contraditório, aéreo, vago e omissivo, possuindo todos os defeitos da legislação colonial, a negligência e o despreparo como se legislava.

Muito confusa, de um conteúdo legal fora da realidade a metrópole falhara, mais uma vez, no esforço disciplinar sobre o sistema sesmarial, situação esta que também perdurou por ocasião da vinda da Família Real para o Brasil onde D. João VI envidava todos os esforços e atenções para o problema de maior alcance, a política externa lusitana, de sorte, que nenhuma atitude se registra no tocante ao semarialismo.

Na regência do Príncipe D. Pedro, porém um fato causou grande impacto no monarca. Ao tomar conhecimento de um apelo ao Regente, rogando-lhe a

conservação de sua posse, na qual vivia há mais de 20, anos com sua numerosa família de filhos e netos, alegando que as ditas terras jamais foram comprometidas com medição em sesmarias, que tenha concedido anteriormente. O parecer do procurador da Coroa foi que, o instrumento não era competente, devendo o interessado requerer por sesmarias, as terras de que tratava. D. Pedro baixou a Resolução de 17 de julho de 1822, determinando que ficasse o suplicante na posse das terras que tinha cultivado e suspendeu todas as sesmarias futuras até que se convocasse uma Assembléia Geral e Legislativa.

Entre o ano de Proclamação da Independência, 1822, e o ano em que se promulgou a Lei de Terras nº 601, de 18 de setembro de 1850, o país ficou completamente desprovido de leis, decretos e normas regulamentadoras que versavam sobre a aquisição de terras; fato registrado na história como o período do Império da Posse.

Segundo João Pedro Stédile:

Notem bem, a propriedade da terra, no Brasil, desde que foi distribuída em sesmarias, no Séc. XVI pelos colonizadores portugueses, sempre foi uma propriedade alodial, quer dizer, livre de encargos feudais; quem adquiria essa terra, por via de sesmaria, ou depois, de compra não ficava vassalo de ninguém, não era um homem dependente, não era obrigado a pagar os inúmeros tributos feudais que na Europa constituíam o chamado *complexo feudale*. E a propriedade da terra também, desde o início da colonização brasileira, era alienável, quer dizer, podia ser comprada e vendida sem obstáculos jurídicos; já temos exemplos de compra e venda desde o Séc. XVI, o que multiplicou pelos séculos afora. (STÉDILE. 1994, p.23).

2.1.4. Regime da Lei Imperial de Terras nº 601/1850

A conturbada estrutura fundiária, acumulada ao longo de praticamente três séculos, com a adoção de preceitos e ordenamentos inócuos e estapafúrdios vez que, insistiram em tratar as importantes questões referentes à Colônia, notadamente a fundiária, com as mesmas ações postas em práticas e que apresentaram bons resultados em Portugal. O sistema sesmarial brasileiro acumulou uma gama de equívocos na intenção de organizar e incrementar o processo produtivo no campo; o que ele fez, na verdade, foi complicar o acesso à terra de uma população que crescia ávida por oportunidades. O que se constatava era a existência de sesmarias de 6,8 a mais de léguas quadradas, cujos detentores eram homens desprovidos de patrimônio, capital e escravos que não só as exploravam como também não se desfaziam e nem repartiam para quem melhor pudesse aproveitá-las.

Como resultado desse anômalo quadro, estabelecia-se um processo ocupacional desordenado pelo qual se instalavam povoações bastante espalhadas e isoladas entre si devido a existência de imensas áreas entre essas povoações, áreas completamente abandonadas que, pelo fato de serem sesmarias, estavam impedidas de sofrerem fracionamento acarretando severas limitações às populações rurais, dispersando-as e as empurrando para as florestas, distantes, portanto, de assistência, justiça e da civilização.

Assim, a Colônia de disciplinamento específico sobre sesmaria, cujo conteúdo expressasse a extirpação de todo o malefício causado, com a adoção desse sistema que atacasse frontalmente o problema como, por exemplo, tornar devolutas todas as

terras dadas em sesmarias que não se encontravam cultivadas e, os detentores de posse apenas teriam as terras efetivamente cultivadas

Somente em 18 de agosto de 1850, o Império aprova uma lei que ficou conhecida como a Lei de Terras, Lei nº 601, que em seu bojo tratava sobre a destinação de terras devolutas do Império, bem como àquelas possuídas por título de sesmaria, sem preenchimento das condições legais e, as posses estabelecidas de maneira mansa e pacífica, dentre outros dispositivos.

Na prática, o processo utilizado para regularizar as ocupações e assegurar o domínio ao respectivo colono, se distanciou e muito dos ditames estabelecidos na Lei de Terras. O que assegurava o domínio das terras ao colono era a carta de doação, outorgada pela autoridade competente e completada pelo aproveitamento em determinado prazo, assim como levar a registro nos livros da Provedoria, após confirmação de ter efetuado o devido pagamento do foro e, por último, medição e demarcação.

Percebe-se que as exigências acima relacionadas era uma tarefa, até certo ponto, fácil para os colonos que se situavam na orla costeira ou poucas léguas adentro, pois não custava nada encaminhar o pedido às autoridades e tomar posse de suas datas. Porém, a medida que ia penetrando território adentro, as ocupações passariam a ocorrer uma inversão com a conseqüente diminuição de terras ocupadas sob domínio legal e o aumento das posses, com tendência a recrudescer o complexo e agudo conflito entre domínio e posse, na medida que muitos sesmeiros eram residentes nos centros urbanos do litoral, sede das Capitâneas e não estavam dispostos a fazer enormes esforços para ir povoar suas terras. Fato

que passava a ocorrer com frequência cada vez maior, tratava-se do desalojamento de posseiros, muitos, inclusive, estabelecidos há mais de 20 anos em suas terras.

A simples posse não assegurava garantia de domínio ou detenção das terras sendo, portanto, passíveis de serem retirados por quem obtivesse a sesmaria dessas terras. Era demasiadamente arriscada a exploração de terras na condição de posseiro, não raro, ocorria a presença de um homem rico, munido com o título que recebera na véspera vir a expulsar, acompanhado de jagunços, um bom número de posseiros apropriando-se, inclusive, do fruto de seu trabalho.

Essa realidade se agravou depois da Resolução de 17 de julho de 1822, na qual o Regente determinou a suspensão das datas em sesmarias, devido ao fato que se o Governo Imperial nem dava nem vendia, o jeito seria ocupar as terras, sendo este ato mais fácil ainda, se feito no sertão, adentrando na imensa área do antigo Brasil espanhol, onde não havia quem exercesse fiscalização.

A situação fundiária do Brasil, por ocasião da promulgação da Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850 se desdobrava em cinco grupos básicos, a saber:

a) terras destinadas para o uso público nacional, provincial ou municipal, os chamados bens públicos;

b) lotes de terras dadas em sesmarias, cujos beneficiários cumpriram todas as exigências legais havendo adquirido o domínio pleno e definitivo, tornando-se sesmeiros legítimos;

c) lotes de terras distribuídas em sesmarias cujos titulares não tendo cumprido as condições essenciais não são detentores de seus domínios, classificando-se como sesmeiros não legítimos;

d) lotes de terras tão somente ocupadas, não passando o ocupante de mero posseiro;

e) todas as áreas que não se enquadrarem em algum acima são consideradas como terras devolutas.

Fazendo o uso do elenco de circunstâncias identificadas no arranjo fundiário de 1850, fixa a Lei 601, o conceito de terras devolutas alinhadas em quatro grupos, como segue:

a) as que não foram destinadas para o uso público;

b) as que não forem de domínio particular, por qualquer título legítimo, nem forem obtidas por sesmarias e outras concessões do Governo, que não tenha ocorrido em multa ou pena por falta de cumprirem todas as condições de medição, confirmação e cultura;

c) as que não foram dadas por sesmarias e outras concessões do Governo que, apesar de multadas, forem revalidadas por esta lei;

d) as que não foram ocupadas por posses que, apesar de não se apoiar em título legal, forem legítimas por esta lei.

Estabelecido o quadro geral das terras devolutas, vinha o seu disciplinamento, ou seja, estabelecendo limite na conduta paternalista ou caridosa inaugurada em 1534. Em seu artigo 1, a Lei proibia a aquisição de terra devoluta se não fosse através da compra, executada apenas àquelas localizadas a dez léguas, 66 km dos limites do Império com países estrangeiros, onde poderiam ser concedidas gratuitamente no propósito de promover o povoamento das fronteiras, problema ligado à segurança nacional.

No que tange ao caos fundiário, pretende a lei estabelecer ordem, disciplinando a apropriação irregular das terras, no caso daqueles moradores que, tendo recebido as terras de semaria, haviam deixado de cumprir alguma cláusula essencial, verificando assim a caducidade da concessão e a situação do colono que, simplesmente ocupara um lote de terra como posseiro e, portanto, de caráter precário. Situação essa, caracterizada como predominante no Brasil.

Referente aos sesmeiros irregulares ou meros posseiros, apesar da lei facultar ao Governo a retomada dessas terras sem qualquer tipo de indenização e incorporá-las como terras devolutas para redistribuição por intermédio da venda. A conduta adotada na lei 601, aponta para uma postura harmonizadora estabelecendo os seguintes preceitos:

a) quanto aos sesmeiros irregulares que receberam sesmarias, mas não cumpriram algumas das exigências essenciais, pratica-se o sistema da revalidação desde que se acharem cultivadas e com princípios de cultura e morada habitual do respectivo sesmeiro, embora não tenha sido cumprida qualquer das outras exigências com que foram concedidas.

b) concernente aos simples posseiros, que se limitou a ocupar o solo sem nenhuma outra formalidade, pratica-se a legitimação das posses classificadas como mansas e pacíficas, adquirida por ocupação primária ou obtidas do primeiro ocupante que estivessem sendo cultivadas ou com princípios de cultura e morada habitual.

O arcabouço contido na Lei de Terras disciplina as várias circunstâncias envolvendo a posse de terras e, três anos e meio após a promulgação da Lei 601, o Governo Imperial a regulamenta em 30 de janeiro de 1854, através do Decreto nº

1318, contendo nove capítulos e 108 artigos que, sem seu bojo, dada a sua elaboração, disciplina a vários ângulos relacionados à ocupação de terras, porém quase tudo ficou reduzido ao papel, não encontrando ressonância na vida prática.

Era vezo, os abusos de simples ocupação, não sabendo o poder público o que, de fato, possuía, perdurando a bagunça de outrora no tocante a falta de delimitação das áreas ocupadas.

2.1.5. Estatuto da Terra - Lei nº 4.504/1964

As dificuldades cada vez maiores em apresentar resultados frente aos problemas agrários instalados ao longo do tempo no país, caracterizavam-se como óbvias as razões para se dar à terra uma nova regulamentação no sentido de radicalmente modificar a estrutura agrária do país.

A sensível diferença no ritmo de melhoria das condições de vida que se estabelecia entre a população urbana e rural, estava impondo uma participação mais ativa do Poder Público na remoção dos obstáculos ao progresso social, da camada assalariada da classe rural. De acordo com o censo agrícola de 1960 do IBGE, cerca de 53% do contingente demográfico ativo na agricultura, essa população sem terra, ficava praticamente alijada dos benefícios do desenvolvimento econômico do país, formando um vazio sócio-econômico, muito mais sério que os vazios demográficos do país.

No plano político, duas opções se apresentam para solucionar o problema, as opções socialistas e a democrática; a primeira delineada pela imediata transferência da propriedade da terra para o Estado; pela eliminação da liberdade de iniciativa;

pela transformação dos trabalhadores e meros usuários da terra que é de propriedade do Estado.

A opção democrática baseia-se no estímulo à propriedade privada; no direito do agricultor proprietário dos frutos de seu trabalho e, de modo natural, ao aumento da produtividade, com a reintegração da propriedade em sua natural função social, condicionando seu aproveitamento ao bem-estar geral; cria, com base no conceito de módulo rural, um sistema possibilitador de formar propriedades de tamanho econômico em relação ao conjunto familiar.

Diante das oposições anteriormente descritas, em comparação com o sistema político, a organização econômica e às tradições sociais e culturais do país, o projeto para a elaboração de um arcabouço jurídico e legal envolvendo a realidade agrária pendeu, por completo, para a opção democrática; e, em 30 de novembro de 1964, com 128 artigos passa a vigorar a Lei nº 4.504, denominada Estatuto da Terra, onde fundamentalmente, gera todo um instrumental determinador de importantes critérios destacando-se o papel que toda a propriedade rural deva desempenhar para enquadrar-se no cumprimento de sua função social; assim como, define conceitos, adotados até hoje, sobre imóvel rural, propriedade familiar, módulo rural, minifúndio, latifúndio, empresa rural e parceleiro, dentre uma vasta relação de disciplinamentos exarados em seus preceitos.

Conceitos que sofreram aperfeiçoamentos como o da inclusão na Constituição federal de 1988 que criou a possibilidade de desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social.

2.1.6. Questão Fundiária do Brasil Atual

A fática constatação da inexistência de farta disponibilidade de terras ociosas direcionadas para programas de redistribuição agrária no Brasil; assim como, as adoções de políticas públicas concernentes às questões fundiárias pautarem-se, por condutas equivocadas; talvez em função das poucas e limitadas fontes de informação sobre nossa economia agrária, tornando os pesquisadores muito dependentes dos dados fornecidos pelo INCRA e pelos abrangentes e demasiadamente espaçados recenseamentos promovidos pelo IBGE, o último censo realizado foi no período compreendendo os anos de 1995/96; talvez pelo radicalismo insistente, eivado de posições políticas antagônicas, entre os estudiosos, que nunca permitiu abordar o assunto de maneira imparcial, colimado em formular novas propostas, ao aprofundar a discussão sobre a questão agrária brasileira.

O verdadeiro problema consiste em confeccionar uma exata radiografia da situação e decifrar a dinâmica envolvendo os segmentos que atuam no processo produtivo da agropecuária e, munido de novos elementos, apresentarem propostas consentâneas com as atuais necessidades. O exercício do raciocínio dialético esteve pouco presente no pensamento agrarista das ultimas décadas. Pode-se até interpretar que a dialética foi substituída pelo estabelecimento de um nefasto maniqueísmo, expressando o pensamento equivocado de tratar a crítica da reforma agrária como a anti-reforma.

Avocar uma postura crítica acerca dos relevantes temas sobre política fundiária e reforma agrária, sua execução prática compatível com a realidade econômica do país, ampliar as opções sobre desapropriações de terras no sentido de apresentar

outras opções para o aprimoramento da política fundiária; não tem sido criativos e auspiciosos para a sociedade brasileira. Não incorporar a temática tributária, notadamente o Imposto Territorial Rural – ITR, de forma aprofundada, objetivando trabalhar para que esta ferramenta contribuísse com o desestímulo à especulação da terra e, ato contínuo, propiciasse a geração de recursos que pudessem ser transferidos, proficuamente, dos grandes proprietários para os segmentos mais desprovidos da produção rural.

As barreiras ficam difíceis de serem transpostas ao atuar com a questão agrária brasileira de maneira a agregar todo o vasto território brasileiro.

De acordo com Graziano Neto:

A diversidade nas relações de produção exige formas de intervenção variadas, que respeitem as características predominantes das agriculturas regionais. Nesse sentido, conhecendo melhor a realidade da agricultura nacional se poderá concluir que a tributação, a desapropriação, a regularização e a colonização, entre outras, são ações de política fundiária igualmente relevantes dependendo de onde venham a ser empregadas. (GRAZIANO NETO, 1994. p.251).

Por outro lado, torna-se mister não olvidar na adoção de qualquer política fundiária, dos princípios constitucionais exarados na Carta magna, e disciplinadores da administração pública, notadamente, a eficácia. Observa-se uma conduta repreensível por parte do poder público, quando se trata de intervir na reversão da concentração fundiária, considerada significativa no país. Ao eleger a desapropriação como varinha de condão da reforma agrária, é fática a indenização do imóvel rural utilizando-se o critério do preço justo, capaz de propiciar ao expropriado o refazimento de seu patrimônio. Entretanto, também é fato, que as grandes propriedades atualmente encontram-se nas mãos de grandes grupos econômicos, industriais, financeiros e comerciais, que via de regra, recebeu milhões de hectares de terras, em troca do não pagamento do Imposto de Renda (Fundo

157), ou adquiriram terras subsidiadas em contratos onde nunca cumpriram os compromissos assinados (Contrato de Alienação de Terras Públicas – CATPs).

Ao desapropriar uma grande propriedade, se paga o preço justo; com esta prática, realiza-se e incentiva-se a “especulação fundiária”; praticada com recursos públicos, sendo o pagamento das benfeitorias em espécie e o pagamento da terra nua em Títulos da Dívida Agrária – TDA. O ato desapropriatório, que pensa em punir a grande propriedade que não desempenha sua função social, não alcança esse objetivo; ao contrário, assistem-se um movimento de oferta de terras para desapropriação, vindas dos mais variados setores. É preciso ter em conta que, com a estabilização econômica, a terra perdeu muito de seu caráter especulativo. O estatuto da desapropriação já não mais cumpre com o papel de punir a grande propriedade especulativa.

O tratamento dicotomizado entre política agrária e política agrícola de um sentido interpretativo equivocado; de que, a política agrícola interessa aos grandes proprietários rurais; enquanto que a política agrária, trazida com a reforma agrária é assunto de pobre; a política agrícola é de direita, a reforma agrária é de esquerda.

A atual situação da questão agrária no Brasil exige o estabelecimento de uma política integrada convergindo para o desenvolvimento rural, focando a obtenção de mecanismos que expressem a melhor distribuição de terras em conjunto com o apoio à produção rural de sorte que, fixe os pequenos e médios agricultores à terra, dando-lhes condições de participarem, sustentavelmente, ao processo de industrialização da agricultura; como forma de atender o abastecimento de milhões que habitam os centros metropolitanos.

A estrutura fundiária brasileira, conforme os dados coletados pelo IBGE, dentro do último Censo Agropecuário no período de 1995/1996, bem como, os dados coletados pelo INCRA nas declarações do Imposto Territorial Rural (ITR-2005), são apresentados conforme os dados totalizados que seguem:

TABELA - 01 – QUADRO DE ESTABELECIMENTOS RURAIS POR GRUPO DE ÁREA TOTAL – BRASIL

BRASIL	ESTABELECIMENTOS SEGUNDO OS GRUPOS DE ÁREA TOTAL (ha)						
	Menos de 10	10 a menos de 100	100 a menos de 200	200 a menos de 500	500 a menos de 2000	2000 e mais	Sem declaração
TOTAIS	2402374	1916487	246314	165243	86911	20854	21682

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 1995

TABELA - 02 – QUADRO DA CONDIÇÃO DO PRODUTOR – BRASIL

BRASIL	PROPRIETÁRIO		ARRENDATÁRIO		PARCEIRO		OCUPANTE	
	Estab.	Área (ha)	Estab.	Área (ha)	Estab.	Área (ha)	Estab.	Área (ha)
TOTAIS	3604343	331654891	268294	8649002	277518	3174527	709710	10132826

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 1995

TABELA - 03 - QUADRO DEMONSTRATIVO DAS PROPRIEDADES RURAIS DO BRASIL

CLASSIFICAÇÃO FUNDIÁRIA	CCIR EMITIDOS	ÁREA EM HECTARES	CCIR NÃO EMITIDOS	ÁREA EM HECTARES	TOTAL CCIR	Área / hectares
GRANDE PROPRIEDADE						
Cadastro Inibido	91	3.026.638	3.204	50.219.798	3.295	53.246.436
Produtiva > 15MF	53.346	79.346.857	9.312	19.691.188	62.658	99.038.045
Improdutiva	50.579	117.197.011	23.296	105.532.534	73.875	222.729.545
MÉDIA PROPRIEDADE						
Cadastro Inibido	9	3.721	578	27.867	587	31.588
Produtiva (4-15MF)	142.970	37.552.338	15.225	3.692.592	158.195	41.244.930
Improdutiva	167.031	53.675.281	42.513	13.312.021	209.544	66.987.302
PEQUENA PROPRIEDADE						
Cadastro Inibido	164.467	10.661.529	61.362	1.655.745	225.829	12.317.274
Produtiva (1-4MF)	393.322	21.970.320	11.872	758.862	405.194	22.729.182
Improdutiva	600.784	41.259.896	48.564	5.246.863	649.348	46.506.759
MINUFÚNDIO						
< MF	2.905.947	41.480.894	139.936	1.133.064	3.045.883	42.613.958
NÃO CLASSIFICADA						
NÃO CLASSIFICADA	19.548	2.677.710	77.651	9.228.684	97.199	11.906.394
Art.7º Lei 8629/93	3	10.054	113	3.803.226	116	3.813.280
TOTAL	4.498.097	408.862.249	433.626	214.302.444	4.931.723	623.164.693

FONTE: DADOS RETIRADOS DA DIVISÃO DE ORDENAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA - INCRA – 2005

O total de área obtida no Censo, alcançou 353.511.282 hectares para todo o país enquanto o INCRA recebeu em declaração a surpreendente área de 623.164.693 hectares. Isso corresponde a uma diferença de 76,28% de área a mais declarada ao INCRA.

Curiosamente o número de Certificados de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR), existente no INCRA, atinge apenas, 1,48% de Certificados a mais do que o números de estabelecimentos censitados pelo IBGE.

2.2. ESTRUTURA FUNDIÁRIA DA REGIÃO SUL DO BRASIL

Ao se observar os limites estipulados pelo Tratado de Tordesilhas em 1494, verifica-se no limite extremo sul, a localidade de Laguna, atual município de Santa Catarina. Para uma costa contando, entre os próprios limites de Tordesilhas, com um comprimento de quase 5.000 km, na qual, se convergia o foco da atenção em povoar muito mais o norte do limite sul, ou seja, as regiões nordeste e sudeste; fica claro que a colonização da região sul se deu bem mais tarde.

O interesse pelos rincões do sul aconteceu somente com as notícias divulgadas sobre a existência de minas de prata na região, cujo povoamento começa a se intensificar e surgem as localidades de Paranaguá (1648), São Francisco do Sul (1658), Ilha de Santa Catarina (1675) e Laguna (1676); sendo que esta última localidade é considerada historicamente como o ponto de apoio da ocupação brasileira no sul, no fim século XVII; uma vez que foi desta localidade que partiram povoações para o litoral riograndense e de lá, foram abertos caminhos terrestres para as missões e outros que completaram as conexões de São Paulo ao Rio Grande do Sul.

Paradoxalmente, na região Sul, a fixação da população aconteceu com mais intensidade no interior; face à baixa qualidade das terras que compõem a região litorânea, as quais não respondiam satisfatoriamente em produção às lavouras ali instaladas. Devido a esta improdutividade, aconteceu o fluxo migratório para o interior onde as terras favoreciam, e muito, a criação do gado; cujos pioneiros no povoamento da região interiorana do sul foram os jesuítas que mesclaram suas atividades catequizadoras com a criação de gado, exploração de lavouras e

atividades extrativistas de extração de madeiras. Já em 1609, fundaram a província de Guairá, no oeste paranaense, após atuarem na catequização dos índios estabelecidos na região.

Na região que, atualmente, compreende o Estado do Rio Grande do Sul, foram fundadas as Missões, que não tiveram vida longa. Os Jesuítas encontrando condições favoráveis de topografia, clima e solo para a exploração animal; por volta de 1660, formaram os 07 povos das Missões Orientais do Uruguai, onde estabeleceram um frutífero comércio entre os povoados que alcançou, mais tarde, a região de São Paulo.

Em função das descobertas de minas de ouro em Minas Gerais, estabeleceu-se um eixo com grande deslocamento de gente indo-se fixar nesta região, dada as oportunidades que se apresentavam, o que provocou o desabastecimento de alguns produtos como animais de carga e sebo. Com a diminuição na oferta desses produtos e, a conseqüente valorização dos preços praticados, favoreceu o impulso na criação de animais e que se encaixava como luva frente às boas características existentes na região sul. O desdobramento dessa união entre produção no sul e consumo no sudeste do país, propiciou a abertura do caminho entre Sorocaba e Viamão, determinante no povoamento dos estados do sul, originando as cidades do interior como Lages e Mafra (SC), Rio Negro e Lapa (PR).

A partir da promulgação da Lei de Terras em 1850 que, dentre outras medidas, tornou obrigatória a compra de qualquer quinhão de terra, o Governo da Província do Rio Grande do Sul aprova em 1851 a Lei Provincial nº 229, elencando um rol de vantagens visando a instalação de imigrantes, dentre elas, estavam, a concessão gratuita de terras, despesas de transporte do Porto Rio Grande até às

colônias, ferramentas e sementes, liberdade religiosa e pagamento de uma gratificação de três patações a cada imigrante entre 07 e 35 anos, ao agente encarregado na Alemanha.

A instalação de pequenas propriedades em grande número contribuiu e possibilitou a formação de uma classe camponesa. A primeira leva de imigrantes à aportar no Rio Grande do Sul, em 1824, era originária da Alemanha e se estabeleceu em São Leopoldo. Depois, 1848, muitas colônias prosperaram consolidando o processo da colonização por imigrantes europeus.

A ocupação da região serrana do Rio Grande do Sul começou em 1890 por Ijuí, com a chegada de 22 colonos teuto-russos. Eles deixaram czarista após o processo de russificação em 1885 que obrigou os alemães a trabalharem como servos nas terras da Coroa Russa. Em 1891 chegaram os primeiros grupos de italianos; em 1892 os letos (Letônia), e em 1893 os austríacos.

A comunidade alemã do distrito de Cruz Alta, da qual Ijuí fazia parte, praticamente foi desmantelada no período que se deu a Revolução Federalista de 1893 a 1895. Todos perderam os seus bens, cortou-se o contato com a Capital e cessou a colonização.

Em 1912, foi criado o Serviço de Terras e Colonização juntamente a Estrada de Ferro que passou a interligar Santa Maria, Cruz Alta, Passo Fundo, Santa Catarina e São Paulo.

Em meados do Séc. XX desenvolveu-se um forte movimento migratório do Rio Grande do Sul para Santa Catarina e Paraná; principalmente para o oeste do primeiro e sudoeste, oeste e noroeste do segundo. Na região leste de Santa Catarina, os imigrantes europeus foram assentados em núcleos coloniais que deram

origem a vários pólos de desenvolvimento artesanal/industrial como Joinville, Blumenau, Itajaí e Tubarão. As características topográficas de Santa Catarina, onde predomina um relevo acidentado, que não favorecia o desenvolvimento da pecuária extensiva; conjugado com uma ocupação de base colonial em toda região oeste, proveniente da migração dos colonos gaúchos e da região leste, já citada, alça o Estado de Santa Catarina como o estado de estrutura fundiária das mais democráticas do país, apresentando um coeficiente de GINI – Fator que mede o grau de concentração de terras de um estado ou país, sendo o máximo de concentração a unidade - o de Santa Catarina é de 0,646 com os 50% das propriedades menores ocupando uma área de 12% do estado, segundo dados do IBGE de 2002.

A região Sul é a mais ocupada do Brasil, sob a ótica do fundiário; mesmo com sua colonização iniciando quase 200 anos mais tarde do que as regiões nordeste e sudeste, o seu processo de colonização pautada na imigração de famílias estrangeiras registrou a tomada de caminhos bem diferenciados para a região.

Com uma superfície total de 55,7 milhões de hectares, dos quais, 39,8 milhões de hectares estão cadastrados, segundo dados do INCRA de 1992 e, com 01 milhão de imóveis rurais, o que representa um universo de 35,5 % do total de imóveis cadastrados no Brasil. A variável área explorável, na região Sul, representa 84% da área cadastrada, perfazendo um total de 33,6 milhões de hectares.

Muito embora, a exploração agropecuária na região tenha se iniciado pela criação extensiva do gado, estabelecendo-se em grandes propriedades; a forma de colonização desenvolvida por intermédio da fixação de famílias européias, democratizou o acesso a terra. Os grupos étnicos migratórios se espalharam por

toda a região, delineando um quadro massivo de ocupação, com predominância quantitativa da pequena propriedade. A demanda pela terra foi o pivô do fracionamento gradativo das grandes propriedades, restringindo, atualmente, a região da campanha gaúcha a predominância dessas.

Já que se observa até mesmo em regiões tradicionalmente ocupadas por grandes propriedades como nos campos de Guarapuava, rápidas transformações indicativas do decrescimento das grandes propriedades.

Fundamentalmente, na região constata-se o esgotamento das possibilidades apontadas para a expansão da pequena propriedade, classificada como propriedade familiar.

Interpreta-se como um grande problema, o recrudescimento da demanda por mais terras, ocasionado pelo crescimento populacional verificado no universo de pequenos proprietários e inexistência de grandes propriedades improdutivas; sem que se saiba quais as ações fundiárias a deflagrar no sentido de acomodar ou resolver esse macro questionamento.

Os dados da tabela abaixo, possibilitam extrair uma comparação entre o total de estabelecimentos rurais obtidos pelo IBGE, por ocasião do censo agropecuário de 1995, alcança o número de 1.001.180; enquanto o INCRA somou 1.424.490 declarações de propriedades rurais. Esta diferença representa um total de 423.510 propriedades ou 42,28% a mais declaradas do que as censitadas.

Referente ao quantitativo total de área, tem-se que o IBGE levantou 44.360.364 hectares, enquanto que o INCRA recebeu em declarações o total de 49.398.748 hectares que, corresponde a uma diferença de 11,13% entre a área total declarada e a total apurado no censo.

TABELA – 04 – QUADRO DE ESTABELECIMENTOS POR GRUPO DE ÁREA
TOTAL – REGIÃO SUL

REGIÃO SUL	ESTABELECIMENTOS SEGUNDO OS GRUPOS DE ÁREA TOTAL (ha)						
	Menos de 10	10 a menos de 100	100 a menos de 200	200 a menos de 500	500 a menos de 2000	2000 e mais	Sem declaração
TOTAIS	377761	555246	32416	23668	11921	141 5	753

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 1995

TABELA – 05 – QUADRO DA CONDIÇÃO DO PRODUTOR – REGIÃO SUL

REGIÃO SUL	PROPRIETÁRIO		ARRENDATÁRIO		PARCEIRO		OCUPANTE	
	Estab.	Área (ha)	Estab.	Área (ha)	Estab.	Área (ha)	Estab.	Área (ha)
TOTAIS	811006	39598419	63519	2662826	57193	1017778	69462	1081341

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 1995

TABELA – 06 – QUADRO DEMONSTRATIVO DAS PROPRIEDADES RURAIS DO
PARANÁ

CLASSIFICAÇÃO FUNDIÁRIA	CCIR EMITIDOS	ÁREA EM HECTARES	CCIR NÃO EMITIDOS	ÁREA EM HECTARES	TOTAL CCIR	Área em Hectares
GRANDE PROPRIEDADE						
Produtiva	4.818	-	1.099	-	5.917	4.220.949
Improdutiva	1.914	-	1.076	-	2.990	2.183.030
Cadastro Inibido	-	-	221	-	221	305.624
MÉDIA PROPRIEDADE						
Produtiva	15.886	-	1.910	-	17.796	2.433.181
Improdutiva	9.062	-	3.600	-	12.662	1.637.071
Cadastro Inibido	-	-	35	-	35	7.335
PEQUENA PROPRIEDADE						
Produtiva	64.246	-	1.618	-	65.864	2.127.370
Improdutiva	59.578	-	1.905	-	61.483	2.012.566
Cadastro Inibido	16.833	-	7.046	-	23.879	658.504
MINIFÚNDIO						
MINIFÚNDIO	280.387	-	14.903	-	295.290	2.539.219
NÃO CLASSIFICADA						
NÃO CLASSIFICADA	2.369	-	5.299	-	7.668	308.264
Artigo 7º Lei 8629/93	-	-	8	-	8	103.550
TOTAL	455.093	-	33.175	-	493.813	18.536.663

FONTE: DADOS RETIRADOS DA DIVISÃO DE ORDENAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA - INCRA – 2005

TABELA – 7 – QUADRO DEMONSTRATIVO DAS PROPRIEDADES RURAIS DE SANTA CATARINA

CLASSIFICAÇÃO FUNDIÁRIA	CCIR EMITIDOS	ÁREA EM HECTARES	CCIR NÃO EMITIDOS	ÁREA EM HECTARES	TOTAL CCIR	Área em Hectares
GRANDE PROPRIEDADE						
Produtiva	1.371	-	265	-	1.636	1.112.760
Improdutiva	1.333	-	445	-	1.778	1.022.178
Cadastro Inibido	-	-	97	-	97	81.655
MÉDIA PROPRIEDADE						
Produtiva	4.671	-	635	-	5.306	680.026
Improdutiva	5.528	-	1.618	-	7.146	833.844
Cadastro Inibido	-	-	30	-	30	5.436
PEQUENA PROPRIEDADE						
Produtiva	34.512	-	1.423	-	35.935	1.086.474
Improdutiva	41.112	-	1.882	-	42.994	1.278.243
Cadastro Inibido	16.216	-	3.575	-	19.791	514.901
MINIFÚNDIO						
MINIFÚNDIO	187.427	-	8.599	-	196.026	1.607.682
NÃO CLASSIFICADA						
NÃO CLASSIFICADA	1.780	-	2.542	-	4.322	77.780
Artigo 7º Lei 8629/93	-	-	7	-	7	-
TOTAL	293.950		21.118	-	315.068	8.300.979

FONTE: DADOS RETIRADOS DA DIVISÃO DE ORDENAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA - INCRA - 2005

TABELA – 08 – QUADRO DEMONSTRATIVO DAS PROPRIEDADES RURAIS DO RIO GRANDE DO SUL

CLASSIFICAÇÃO FUNDIÁRIA	CCIR EMITIDOS	ÁREA EM HECTARES	CCIR NÃO EMITIDOS	ÁREA EM HECTARES	TOTAL CCIR	Área em Hectares
GRANDE PROPRIEDADE						
Produtiva	5.260	-	1.767	-	7.027	6.094.545
Improdutiva	1.581	-	919	-	2.500	1.675.709
Cadastro Inibido	2	-	206	-	208	230.129
MÉDIA PROPRIEDADE						
Produtiva	16.321	-	2.492	-	18.813	3.393.516
Improdutiva	7.907	-	3.124	-	11.031	1.663.299
Cadastro Inibido	4	-	79	-	83	21.323
PEQUENA PROPRIEDADE						
Produtiva	70.884	-	2.011	-	72.895	2.715.932
Improdutiva	62.657	-	1.754	-	64.411	2.213.661
Cadastro Inibido	23.205	-	10.455	-	33.660	923.818
MINIFÚNDIO						
MINIFÚNDIO	373.844	-	19.441	-	393.285	3.516.367
NÃO CLASSIFICADA						
NÃO CLASSIFICADA	2.791	-	9.102	-	11.893	102.739
Artigo 7º Lei 8629/93	-	-	3	-	3	10.068
TOTAL	564.456	-	51.353	-	615.809	22.561.106

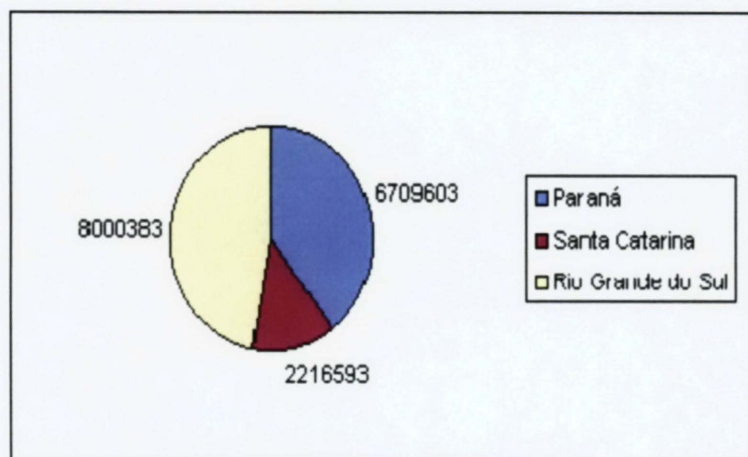
FONTE: DADOS DA DIVISÃO DE ORDENAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA - INCRA – 2005

A área total abrangida pelas grandes e médias propriedades da região sul, cadastradas pelo INCRA, conforme o contido nos GRÁFICOS 01 e 02, perfaz um total de 27.601.610ha.

Proporcionalmente ao total de áreas cadastradas por ente federado, as grandes e médias propriedades distribuem-se na seguinte proporção:

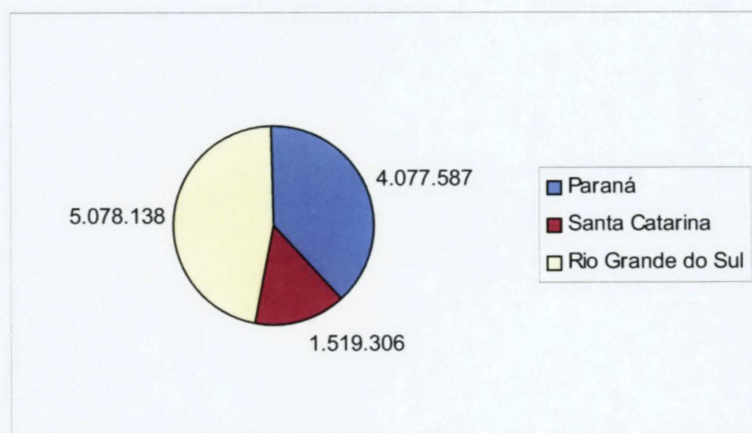
- PARANÁ - 58,19%;
- SANTA CATARINA - 45,00%;
- RIO GRANDE DO SUL - 57,97%.

GRÁFICO – 01 – GRANDES PROPRIEDADES RURAIS EM HECTARES – REGIÃO SUL



FONTE: DADOS OBTIDOS EM TABELAS DO INCRA – 2005

GRÁFICO – 02 – MÉDIAS PROPRIEDADES RURAIS EM HECTARES – REGIÃO SUL



FONTE: DADOS OBTIDOS EM TABELAS DO INCRA – 2005

Os GRÁFICOS 03 e 04 representam o total de área abrangida com pequenas propriedades e minifúndios da região sul, cadastrada pelo INCRA.

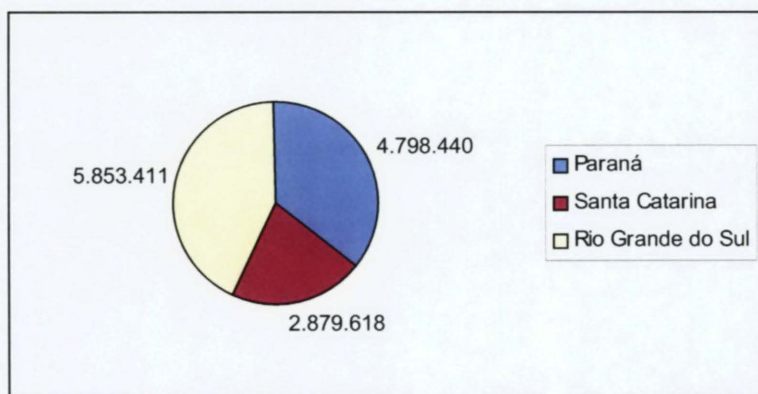
Respectivamente, tem-se os seguintes percentuais de áreas abrangidas por essas propriedades:

- PARANÁ – 39,58%;
- SANTA CATARINA – 36,69%;
- RIO GRANDE DO SUL – 41,53%.

A soma dos cadastros das pequenas propriedades e minifúndios quando comparada com o total geral dos cadastros por estado, conforme dados constantes nas TABELAS 06, 07 e 08, apresenta os seguintes percentuais:

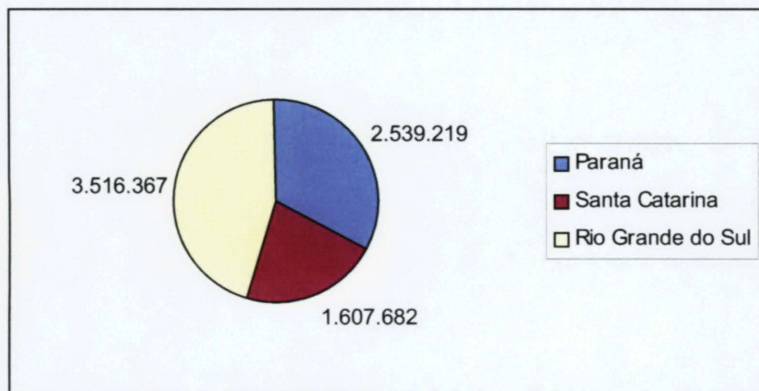
- PARANÁ – 85,26%;
- SANTA CATARINA – 88,64%;
- RIO GRANDE DO SUL – 86,16%.

GRÁFICO – 03 – PEQUENAS PROPRIEDADES RURAIS EM HECTARES



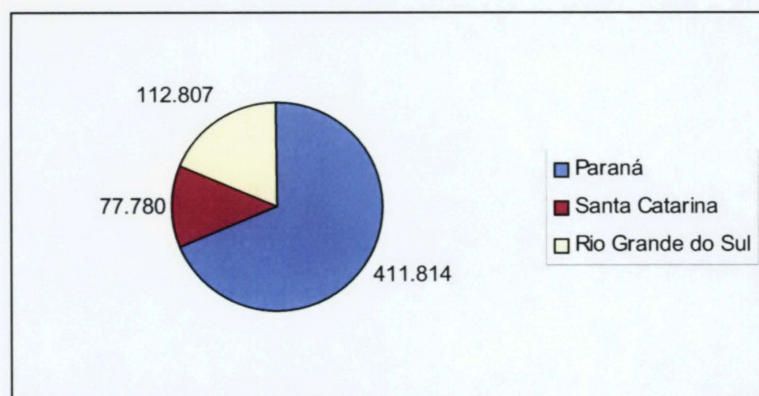
FONTE: DADOS OBTIDOS EM TABELAS DO INCRA – 2005

GRÁFICO – 04 – ÁREA OCUPADA POR MINIFÚNDIOS EM HECTARES – REGIÃO SUL



FONTE: DADOS OBTIDOS EM TABELAS DO INCRA – 2005

GRÁFICO – 05 – ÁREA OCUPADA POR PROPRIEDADES NÃO CLASSIFICADAS – REGIÃO SUL



FONTE: DADOS OBTIDOS EM TABELAS DO INCRA – 2005

2.3. HISTÓRIA DA OCUPAÇÃO E A ESTRUTURA FUNDIÁRIA DO PARANÁ

Ao se observar a costa sul do litoral brasileiro, identifica-se poucos pontos que apresentam características favoráveis, possibilitadores de tranquilidade e segurança. Pode-se elencar a dedo os principais recortes do litoral sul que são: Ilha de Santa Catarina, Lagoa dos Patos e a Baía de Paranaguá.

É justamente neste último que se dá o início da migração, consequentemente, a ocupação do território paranaense.

Durante os dois primeiros séculos, o sentido migratório para o Paraná se caracterizava pelo saque à natureza, favorecido pela combinação de dois estímulos, encontrarem o ouro e a caça ao índio. O território que, no futuro, constituirá o Paraná foi, inicialmente, povoado, primeiro pelo Núcleo do Rio de Janeiro por intermédio das iniciativas oficiais da Coroa Portuguesa; e segundo, diz respeito ao papel desempenhado pelos Bandeirantes Paulistas em suas incursões exploratórias, para o aprisionamento de nativos para trabalhar nos canaviais localizados no litoral e depois na procura de pedras e metais preciosos. As descobertas dos mineradores em Paranaguá estimularam a administração da Colônia no Rio de Janeiro a investirem na consecução das fontes do metal precioso na região, na medida em que, atrás do ouro depositado nos leitos dos rios, no sopé e nas encostas dos morros, deveriam estar as minas ou os veios nas rochas.

Assim, o Rio de Janeiro, na metade do séc. XVII, concentra esforços para descobrir ouro na região. Esta foi a principal via de povoamento no litoral de Paranaguá; entretanto, o resultado de todas essas operações de envergadura, foi frustrante. Todos, governo e sociedade, foram vítimas de uma miragem coletiva. As

minas nunca foram encontradas e a serra não era uma montanha de prata como muitos confiavam.

Enquanto os aventureiros não enriqueciam, precisavam preocupar-se com a alimentação e sobrevivência. Desta feita, aquilo que proporcionou a expansão demográfica dos núcleos de povoação, estava calcado na subsistência. Em consequência, o crescimento da população e da importância econômica do povoado, alçou Paranaguá à condição de Vila em 1648.

As notícias de veios auríferos no planalto conduziram os mineiros a faiscar além da serra e encontrar o ouro na área atravessada pelos caminhos do Assungui e do Arraiá Queimado, dentre outros. A ilusão da existência de minas de ouro foi maior que o rendimento obtido. Este fato implicou em que grupos que vieram do litoral passassem a explorar o pastoreiro, cujos campos de Curitiba e as gerais eram excelentes para a criação. No início do seu povoamento Curitiba foi um apêndice do Litoral. Porém, logo as duas regiões especializavam-se; uma com lavouras diversas, porto e comércio, outra com a criação de gado. A constituição de Curitiba na condição de Vila (1693) assinalou o início da definição de uma identidade regional fundada na pecuária.

No alvorecer do séc. XVIII, ultrapassado de vez o sonho das minas de ouro e tendo, muitos mineiros inundando as Minas Gerais e Mato Grosso, o litoral de Paranaguá e os campos de Curitiba constituíram uma única base geográfica para uma mesma comunidade regional, que já podia ser denominada de comunidade paranaense. Ela se fixaria em torno das Vilas de Paranaguá e Curitiba e, iniciava sua expansão pelos campos gerais.

No final da década de 1720, foi construída a estrada que ligava a Viamão no Rio Grande do Sul aos Campos Gerais no Paraná e, na continuidade, faziam um elo com as feiras de São Paulo, principalmente de Sorocaba. Ao longo desses caminhos organizavam-se pousos, núcleos que se constituíram rapidamente em povoados e vilas habitadas por curitibanos e paulistas. A primeira foi Castro (Pouso do Iapó), depois a Lapa (Vila do Príncipe), Palmeira (Frequesia Nova), Piraí, Jaguariaíva e Guarapuava. Ligada ao desenvolvimento da região, também foram fundadas, no litoral Antonina, Porto de Cima, Morretes e Guaratuba. Mais tarde, Piraquara, Rio Branco do Sul, Campo Largo; para o sul, Rio Negro, Mafra e Porto União da Vitória.

A importância que a Colônia já assumia aos olhos da Coroa provocou um grande esforço para a sua reestruturação. A realização de onze expedições militares organizadas, cujo plano era de avançar de São Paulo e de Curitiba, invadindo o Paraguai, passando pelo território das Missões e, vindo atacar os espanhóis do Prata pelo interior, teve como consequência a descoberta, com exceção do Vale do Rio do Paranapanema, de todo o território paranaense.

Com o fim do processo do trabalho escravo e coerente com o desenvolvimento das idéias, já arraigadas, de livre comércio, o colonialismo ressurgiu com nova roupagem, agora sob a proteção do imperialismo. Observa-se um fluxo imenso de imigrantes de origem européia, que saíram de seus continentes com o propósito de fazer a América e os países novos. Nesse contexto de atração de fluxos de imigrantes, calcula-se que em 152 anos, 1819-1970, houve um ingresso de mais de 5,5 milhões de estrangeiros no Brasil.

Por volta de 1880, o Governo Provincial modificou a política migratória, diminuindo substancialmente sua participação financeira, extinguindo praticamente a

colonização oficial. A partir de então, as migrações internas tornaram-se mais importantes do que as imigrações de estrangeiros. Os descendentes dos imigrantes alemães e italianos passaram a ocupar as regiões florestais desprezadas pela sociedade tradicional e vieram desde o Vale do Rio dos Sinos povoando e colonizando, a partir de 1920, o sudoeste e oeste do Paraná; sendo a pequena propriedade e atividade agrícola, a base material do processo ocupacional. A estrutura demográfica não sendo compatível com o minifúndio, muito em função das práticas agrícolas adotadas que se traduzia no rápido esgotamento da fertilidade do solo e diminuição nas expectativas de safra e a impossibilidade de sustentar a família do tipo camponesa, obrigava os filhos a emigrarem-se dada à baixa produtividade e os baixos valores agregados que se praticavam comercialmente aos produtos originários dessas propriedades.

O forte e estreito laço dessas famílias de colonos com a terra, foi o motivo que levou a incorporação de mais terras exploráveis para o processo produtivo, com o conseqüente aumento de seus preços que, por sua vez, era o dificultador da manutenção de ter os filhos próximos das propriedades dos pais; tal fato, remetia em distâncias cada vez maiores a fixação das novas gerações para terras mais baratas. Essa ampliação das migrações internas, tipicamente rural-rural, foi o fator propagador de uma cultura migratória no Brasil meridional.

Na região norte, inicia-se a efetiva ocupação com a fundação da Colônia Militar de Jathay em 1855. Na direção contrária, uma frente de expansão oriunda de São Paulo, fazendeiros paulistas e mineiros começaram a penetrar no norte do Paraná, implantando fazendas de café. Nesse fio condutor, fundou-se a Colônia Mineira em

1862, Tomazina em 1865 e Santo Antonio da Platina em 1866; logo depois Jacarezinho.

No oeste-sudoeste, na década de 1920, pro ocasião do Governo do Interventor Manoel Ribas que concedeu permissão a uma grande companhia a Industrial Madeireira e Colonizadora Rio Paraná S/A, bem mais conhecida pela sigla MARIPA. Os ítalo-alemães que ali se fixaram reproduziram o mesmo modelo de ocupação do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Despossuídos de relevante capital, os novos colonos se restringiam à aquisição de pequenas propriedades passíveis de serem exploradas pela mão-de-obra familiar.

A fortificação do fluxo migratório, principalmente de paulistas, mas também de mineiros e nordestinos, fez a história da colonização do norte do Paraná; oriunda de uma combinação de alguns fatores que provocaram um súbito aumento dos preços de café no mercado internacional, após a Primeira Grande Guerra; que foi o esgotamento do solo em áreas tradicionais associado, ao aumento das infestações da broca do café e o baixo preço das terras.

A atração exercida pelas férteis terras do lado de cá do Rio Itararé, inicia movimentos de ocupação mais organizados e planejados. O exemplo notável disso foi a instalação da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná; ao adquirir uma área contínua correspondente à 16ª parte da área total do Estado, propiciou a instalação de um grande número de colonos não só nacionais como estrangeiros e planejou a edificação das cidades de Londrina (1930), Maringá (1947), Cianorte (1953), Umuarama (1955).

O Paraná, portanto, encontra-se totalmente ocupado; fruto de uma história que se inicia no séc. XVII, num processo de colonização e ocupação que ainda não

terminou, dada as características mutacionais das grandes regiões que compõem o Estado. O grande êxodo rural, consequência das transformações nas estruturas agrárias, advindas da incorporação de pacotes tecnológicos intensificadores do uso da mecanização e insumos agrícolas e com a introdução/exploração de novas espécies vegetais (soja/trigo); sem esquecer o processo de urbanização que, segundo dados do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), o Paraná, no ano 2000, apresentava um grau de urbanização na média de 81,4%, com uma população total de 9.563.458 habitantes.

TABELA – 09 – QUADRO DE ESTABELECIMENTOS POR GRUPO DE ÁREA TOTAL – PARANÁ

PARANÁ	ESTABELECIMENTOS SEGUNDO OS GRUPOS DE ÁREA TOTAL (ha)						
	Menos de 10	10 a menos de 100	100 a menos de 200	200 a menos de 500	500 a menos de 2000	2000 e mais	Sem declaração
TOTAIS	154620	188305	13482	933 9	364 0	421	68

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 1995

TABELA – 10 – QUADRO DA CONDIÇÃO DO PRODUTOR – PARANÁ

PARANÁ	PROPRIETÁRIO		ARRENDATÁRIO		PARCEIRO		OCUPANTE	
	Estab.	Área (ha)	Estab.	Área (há)	Estab.	Área (ha)	Estab.	Área (ha)
TOTAIS	282175	14279371	26945	799326	28117	399357	32638	468578

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 1995

TABELA - 11 - QUADRO DEMONSTRATIVO DAS PROPRIEDADES RURAIS DO PARANÁ

CLASSIFICAÇÃO FUNDIÁRIA	CCIR EMITIDOS	ÁREA EM HECTARES	CCIR NÃO EMITIDOS	ÁREA EM HECTARES	TOTAL CIR	Área em Hecta res
GRANDE PROPRIEDADE						
Produtiva	4.818	-	1.099	-	5.917	4.220.949
Improdutiva	1.914	-	1.076	-	2.990	2.183.030
Cadastro Inibido	-	-	221	-	221	305.624
MÉDIA PROPRIEDADE						
Produtiva	15.886	-	1.910	-	17.796	2.433.181
Improdutiva	9.062	-	3.600	-	12.662	1.637.071
Cadastro Inibido	-	-	35	-	35	7.335
PEQUENA PROPRIEDADE						
Produtiva	64.246	-	1.618	-	65.864	2.127.370
Improdutiva	59.578	-	1.905	-	61.483	2.012.566
Cadastro Inibido	16.833	-	7.046	-	23.879	658.504
MINIFÚNDIO						
MINIFÚNDIO	280.387	-	14.903	-	295.290	2.539.219
NÃO CLASSIFICADA						
NÃO CLASSIFICADA	2.369	-	5.299	-	7.668	308.264
Artigo 7º Lei 8629/93	-	-	8	-	8	103.550
TOTAL	455.093	-	33.175	-	493.813	18.536.663

FONTE: DADOS RETIRADOS DA DIVISÃO DE ORDENAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA - INCRA - 2005

Constata-se, na totalização de área recebida em 493.813 declarações para fins do ITR, no ano de 2005, o número, para o Paraná de 18.536.663 hectares. Já o IBGE, apresenta no censo, o cômputo de 369.875 estabelecimentos rurais que somam 15.946.632 hectares.

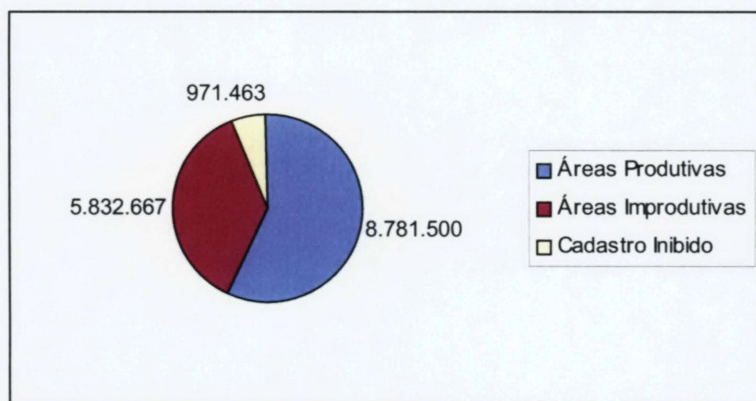
A comparação entre os números de propriedades rurais que apresentaram declaração no INCRA e os estabelecimentos visitados pelo IBGE, apresentam um total de 31,51% de propriedades a mais que apresentaram declaração no INCRA.

Concernente ao total de área, fazendo a comparação dos dados, alcança-se uma diferença correspondente a 16,24% superior de área declarada, em comparação à censitada pelo IBGE.

O GRÁFICO 06 representa o quantitativo de área das grandes propriedades cadastradas pelo INCRA no estado do Paraná. Destaca-se a significativa área classificada como improdutiva, que perfaz um total de 37,42% sobre o total de área das grandes propriedades.

Classifica-se como propriedade produtiva aquela que, explorada econômica e racionalmente, atinge, simultaneamente, Grau de Utilização da Terra (GUT), igual ou superior a 80%, calculado pela relação percentual entre a área efetivamente utilizada e a área aproveitável total do imóvel, e Grau de Eficiência na Exploração da (GEE), igual ou superior a 100% sobre índices de produtividade fixados pelo órgão federal competente.

GRÁFICO – 06 – ÁREAS OCUPADAS DAS GRANDES PROPRIEDADES RURAIS NO PARANÁ EM HECTARES

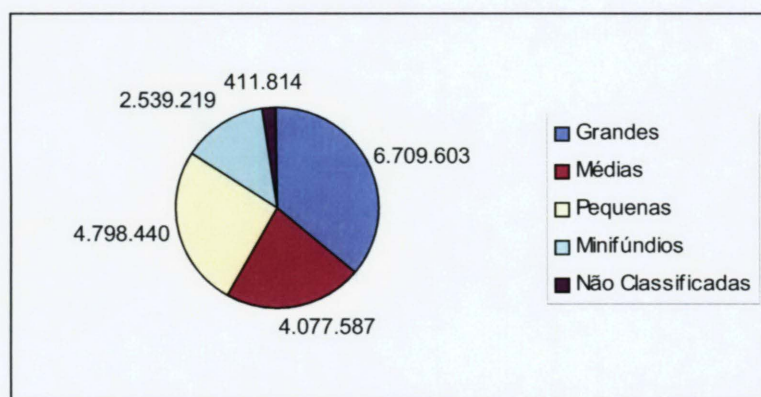


FONTE: DADOS OBTIDOS EM TABELAS DO INCRA – 2005

O GRÁFICO 07 representa o quantitativo de área, distribuído por classe fundiária no estado do Paraná, cujos percentuais são:

- GRANDES PROPRIEDADES – 36,19%;
- MÉDIAS PROPRIEDADES – 21,00%;
- PEQUENAS PROPRIEDADES – 25,88%
- MINIFÚNDIOS – 13,70%
- NÃO CLASSIFICADAS – 2,22%

GRÁFICO – 07 – PROPRIEDADES RURAIS DO PARANÁ EM HECTARES



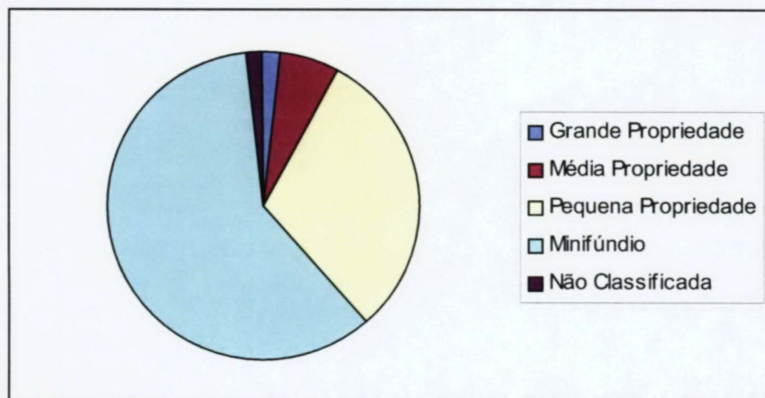
FONTE: DADOS OBTIDOS EM TABELAS DO INCRA – 2005

O GRÁFICO 08 representa a participação das propriedades por classificação fundiária no estado do Paraná, sobre o total de cadastros levantados pelo INCRA, que, percentualmente, estão assim distribuídos:

- GRANDES PROPRIEDADES – 1,85%;
- MÉDIAS PROPRIEDADES – 6,18%;
- PEQUENAS PROPRIEDADES – 30,62%

- MINIFÚNDIOS – 59,80%
- NÃO CLASSIFICADAS – 1,55%

GRÁFICO – 08 – TOTAL DE CCIR NO PARANÁ POR TIPO DE PROPRIEDADE



FONTE: DADOS OBTIDOS EM TABELAS DO INCRA – 2005

2.3.1. Leis de Terras do Estado do Paraná

A primeira Lei de Terras do Estado do Paraná remonta a data de 20 de dezembro de 1892, Lei nº 68, que só foi promulgada em função da transferência das terras devolutas ao domínio dos estados, por força da Constituição Federal de 1891; cujo diploma legal permaneceu idêntico aos princípios exarados na Lei Imperial de Terras de 1850, principalmente quanto ao conceito, apuração física e destinação das terras devolutas.

O contido na Lei nº 68, de 20 de dezembro de 1892, no que diz respeito aos modos de apuração das terras devolutas, assim como, a maioria das leis estaduais, limitou-se a reproduzir os princípios esposados na Lei Imperial e de seu regulamento (Decreto nº 1318, de 1854).

O Estado do Paraná, pouco evoluiu no sentido de aprimorar a sua legislação sobre seus assuntos fundiários; o que se verificou com o transcorrer dos anos calçou-se em cima de uma sucessão de medidas de cunho eminentemente casuísticos; cujo objetivo visava tão somente dar solução às necessidades imediatas à medida que se apresentam os problemas; pautando-se em conduzir o processo de apuração de suas terras sem a concepção de formalidades e requisitos fundamentais a uma discriminação segura, embasada em princípios jurídicos sólidos e irrefutáveis.

Esse quadro acima retratado ficava bem evidenciado ao se analisar o problema tendo como pano de fundo as regiões de colonização recente e as regiões de colonização antiga do Paraná. O fato de não se ter contestado o caráter devoluto das terras nas regiões de colonização recente, como as regiões norte e noroeste, o processo de apuração das terras obteve auspiciosos resultados; à medida que, a discriminação da terra nessas regiões balizava-se predominantemente nos procedimentos de ordem cartográfica ao atuar no assentamento dos grupos de pioneiros recém-chegados ou colonizar as terras desocupadas, não havendo, portanto, nenhuma preocupação quanto à existência de conflitos.

Bastante diferente era a realidade nas regiões onde se deu origem à colonização e ocupação das terras paranaenses. Aí, as questões envolvendo o domínio se apresentavam em um amplo leque de situações; era complexo definir com exatidão os limites entre a propriedade pública (devoluta) e a propriedade particular. Como evidência da caótica e imbricada situação, podia-se diagnosticar a existência de:

- a) terras particulares já estremadas (separadas) do domínio público nos termos da Lei nº 601, de 1850;
- b) terras particulares já estremadas do domínio público (legitimação de posse e revalidação de direitos) nos termos da mesma Lei;
- c) títulos transcritos em registros imobiliários sobre terras não estremadas do domínio público (devolutas), nos termos da mesma Lei;
- d) terras devolutas ocupadas por agricultores que não as requereram;
- e) terras devolutas ocupadas por agricultores que não ostentam título algum e que as requereram ao Estado por compra;
- f) terras devolutas sem ocupação.

Sendo esse o quadro e permanecendo indefinida a situação da propriedade fundiária nas regiões de colonização antiga, a legislação tradicional mostrava-se inteiramente inadequada para, com segurança e acerto, apurar e dar destinação ao patrimônio devoluto do Estado.

Dessa forma, carecendo o poder público de instrumentos legais para agir com rapidez e eficácia, expunha o seu patrimônio devoluto à voragem dos grileiros, que mediante falsificação de títulos amealhavam riqueza à custa da coisa pública e de humildes posseiros, estes, invariavelmente esbulhados e expulsos da terra.

A ausência de uma legislação atual e consentânea com a nova realidade imobilizava a administração pública, em sua atividade definidora e ordenadora do meio rural. A aquisição das terras devolutas já não obedecia ao processo regular de colonização. Não era mais ao poder executivo que o particular recorria; o instrumento de regularização das terras devolutas passou a ser a ação de usucapião.

O recrudescimento das solicitações de informações junto ao órgão estadual responsável pelo patrimônio das terras pertencentes ao Estado, indagando sobre o caráter devoluto dos imóveis objetos das ações de usucapião que tramitavam na justiça comum, assumiram proporções exorbitantes.

O delineamento de um quadro que tendia a estabelecer um elevado grau de entropia com o aumento de tensões no campo; representava uma ameaça até mesmo ao estabelecimento de circunstâncias tranqüilizadoras e possibilitadoras do incremento da produção e produtividade agrícolas e da preservação dos recursos naturais. Era cada vez mais nítido que desenvolvimento rural só seria alcançado mediante a fixação do homem na terra, orientando-o no sentido de explorá-la racionalmente objetivando a obtenção de satisfatórios índices de produtividade, sem que se cometesse a degradação dos recursos naturais, fato tão nocivo à toda a sociedade e causador do aporte de vultosas cifras quando utilizados para recuperação do próprio meio ambiente.

Focado no alcance do desenvolvimento rural competia ao Estado a reestruturação do meio rural; tendo em vista a criação e o florescimento da propriedade familiar, assim definida pelo Estatuto da Terra, Lei nº 4.504, de novembro de 1965: "Propriedade familiar, o imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorve toda a força de trabalho, garantindo-lhe a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalhada com a ajuda de terceiros."

Sem embargo, o estímulo à formação da propriedade familiar implicar necessariamente em limitações ao direito de propriedade, na medida em que a

legislação já vigente à época, estabelecia princípios segundo os quais a propriedade rural devia desempenhar uma função social. O arrefecimento do caráter especulativo da apropriação de terras, muitas das vezes adquiridas a preços ridiculamente baixos e mantidas inexploradas, era pedra de toque no qual o Estado deveria intervir focado na obtenção de formas impulsionadoras para permitir que o exercício do direito pudesse se estabelecer com resultados socialmente mais valiosos. O combate ao latifúndio, ou seja, um vasto domínio rural constituído de terras não cultivadas, cujo objetivo visava proporcionar o surgimento e a difusão de uma propriedade agrícola economicamente produtiva e socialmente justa, expressava a vontade do Estado.

Como se observa, trata-se de limitações ao direito de propriedade em função da produção da estabilidade e do desenvolvimento. Sob essa ótica, as terras devolutas devem ser destinadas à colonização, mediante a implantação de unidades de produção e estruturada fundamentalmente na propriedade familiar.

Dentro dos princípios acima expostos, é que a Lei Estadual nº 7.055, de 04 de dezembro de 1978, pretende traduzir seu conteúdo alicerçada em três grandes títulos, a saber: das terras devolutas e da sua regularização; das terras devolutas e da sua destinação e, da expedição de títulos e do cadastro imobiliário.

Referente ao primeiro título, sua estrutura se deu pensando em conceituar terras devolutas, em seu primeiro capítulo, num total de quatro capítulos, sobre a conceituação, o texto não apresenta nenhuma alteração do contido em toda a legislação de terras até aquela data produzida; ou seja, utilizaram-se do método da exclusão para chegar ao universo das terras devolutas, pautando-se em uma definição de sentido amplo, terras devolutas são as terras que não entram legitimamente no domínio particular.

O capítulo segundo, trata do registro de posse e da licença de ocupação, com relação às ocupações existentes em terras devolutas não discriminadas e de valor meramente declaratório. O registro de posse, funcionava mais como uma peça de arregimentação, pois o estímulo ao posseiro para registrar a sua posse, passava a ser uma relevante informação para a regularização fundiária que, em última análise, era a detecção de novos e representativos segmentos de terras devolutas a serem discriminadas. Depois de declarada a regularidade da ocupação, fazia-se o registro e a expedição da Licença de Ocupação ao posseiro.

Trata o terceiro capítulo da discriminação das terras devolutas, instrumento utilizado até os nossos dias, que apresenta todo um arcabouço disciplinar inculcado na legislação federal, Lei nº 6.383 de 7 de setembro de 1976, com um sistema duplo para utilização, podendo ser discriminatória, administrativa ou judicial. A administrativa se compara a um juízo de conciliação entre a administração pública e os particulares nela envolvidos.

A discriminatória administrativa tem caráter acentuadamente declaratório da relação jurídica de propriedade, o processo administrativo encerra com o negócio juridicamente declarado; cujo ponto culminante é a homologação do acordo entre, a autoridade administrativa competente que subscreve em nome e no interesse do Estado do Paraná, sem aquela discriminação não produz os seus efeitos legais e, os particulares diretamente interessados. Quanto ao expediente judicial, o encaminhamento será efetuado contra os que discordarem ou forem insurgentes no processo administrativo; ou então, por suposta ineficácia deste último; também poderá o poder público, utilizar a via judicial para definir, dirimir, e solucionar casos em que se tenha confusão sobre a devolutibilidade das terras ou, ocupadas

ilegitimamente, a posse das violentamente e registradas indevidamente como particulares.

O quarto capítulo da Lei 7.055, cuida do procedimento administrativo a ser desenvolvido, encerrado o processo discriminatório. Nesse capítulo, efetua-se o levantamento no perímetro discriminado, objetivando apurar os possuidores em condições de legitimar suas posses, quais os que carecem dessa condição, quais as áreas encontradas vagas e a cobertura florestal existente. Ao possuidor de área sem condições de legitimar sua posse, mas que a exerça sem oposição, será expedida licença de ocupação, insuscetível de transferência. Quando aos demais casos, serão delineados nos demais títulos da Lei.

O segundo título disciplina a destinação que as terras devolutas deveriam ter depois de vistoriado o perímetro discriminado.

Inicialmente, é dever de o Estado legitimar as posses que preencheram o requisito de serem exploradas ao patrimônio do ITC, para fins de pesquisa ou comento; de constituição de reservas florestais e de venda aos que se dedicarem a atividade agrícola ou pastoril. Na venda; deverá ser obedecida a seguinte ordem de preferência; primeiro, aos que ocupam o imóvel, segundo, aos agricultores cujos imóveis rurais sejam comprovadamente insuficientes para o sustento próprio e o de sua família; terceiro, aos que venham dedicando, há méis de três anos, à atividade agrícola, na qualidade de arrendatários, parceiros ou assalariados e por último aos que forem membros de cooperativa ou sociedade de agricultores.

Os contratos de venda outorgados pelo ITC, ficam subordinados às seguintes condições resolutivas; conservar o adquirente no mínimo a quarta parte da área do imóvel em mata e pagar as prestações na data de vencimento.

2.4. CONCEITUAÇÃO DE CADASTRO TÉCNICO RURAL

É o levantamento geométrico das propriedades rurais para a definição de suas divisas e obtenção da área correspondente ao perímetro da propriedade obtendo pleno conhecimento da realidade rural.

De acordo com LOCH (1993 p.14) “O cadastro deve ser entendido como um sistema de registro da propriedade imobiliária, feito na forma descritiva em conjunto com o registro de imóveis e principalmente na forma cartográfica”.

A parte descritiva do Cadastro, além de atender as necessidades informais concernentes aos proprietários e/ou usuários dos imóveis, deve servir como banco de dados para o uso das entidades públicas e privadas que necessitam desta espécie de informações ou dados.

A finalidade do Cadastro Técnico Rural tem como ápice o conhecimento da estrutura fundiária de um Estado e como sub-produtos de que forma são explorados a composição de seus solos, relevo, vegetação e hidrografia, culminando com a implantação de um sistema tributário rural justo.

2.5. HISTÓRICO DO CADASTRO TÉCNICO RURAL

Segundo PRESCOT (1988, p.2-4) “Muito antes dos romanos atentarem para a necessidade da criação do seu primeiro cadastro- capitastrum – o catastrum atribuído a Túlio Sérvio cerca de 500 a.C., já os egípcios haviam cadastrado as propriedades existentes nas terras férteis do Delta e do baixo Vale do Nilo, entre os anos 3.000 e 2.000 a.C.”.

Todo o florescimento e magnificência da civilização egípcia repousaram no cultivo das terras do Vale do Nilo que as inundava e fertilizava anualmente nas estações. Se as cheias do Nilo representavam uma dádiva dos deuses, constituíram, por outro lado, um tremendo transtorno, porquanto removiam ou soterravam as estacas que demarcavam as propriedades. Em tal circunstância, quando as águas baixavam era indispensável remarcar os campos e dirimir as dúvidas suscitadas nessa redemarcação entre os detentores ou proprietários.

Segundo menciona Prescott:

O redimensionamento e redemarcação das terras por força da necessidade levaram os egípcios a desenvolverem o conhecimento matemático e especialmente aquele a que os gregos chamaram de geometria. Esses redimensionamentos datam de 3.000 a.C. e cenas representando a medição de terras pelos geômetras estão preservadas nas paredes das tumbas em Tebas. (PRESCOTT, 1988, p.7)

Por volta de 2.300 a.C. a quantidade das terras já era dada nos registros dos cadastros e, conforme demonstra a história, as medidas das divisas no cadastro devem ter sido relativamente de alta ordem de acuidade, em face de exatidão dos monumentos deixados pela civilização egípcia.

Tinha assim o cadastro não só a finalidade de taxaço sobre a propriedade ou posse ou o uso da terra, mas constituía também um inventário das terras cultiváveis e seus detentores e, dado ao conhecimento de sua qualidade permitir estimativas da receita dos tributos a serem arrecadados a partir do conhecimento da produção colhida.

Dos modernos cadastros, após a idade média, destaca-se o sueco, que não ficou limitado a identificar e registrar simplesmente as propriedades, mas incluiu também as principais terras ocorrentes em cada localidade e os mapeadores estavam imbuídos de poder para ajustar e corrigir as propriedades.

No início do século passado, os franceses instituíram o chamado cadastro de Napoleão. Este cadastro tinha como unidade a parcela e as informações geométricas sobre as propriedades eram obtidas por levantamentos de campo e em seis anos foram levantados trinta e sete milhões de parcelas.

Os mapas obtidos a partir destes levantamentos, completados com informações sobre o uso da terra, proporcionavam a avaliação da propriedade que eram utilizadas em operações de interesse público, notadamente, a cobrança de impostos.

O cadastro de Napoleão influenciou fortemente os conceitos sobre o registro de terras que na época dominava a Europa.

Posteriormente, com o advento da industrialização na Europa, se por um lado a mecanização da lavoura, até então manual, gerou desemprego, por outro lado fez surgir novas profissões e maior número de empregos, provocando o êxodo rural e a imigração dos campos para os centros industriais. Algumas cidades européias foram palcos de grandes explosões demográficas onde se pode sentir com clareza que a ocupação do homem no meio ambiente mal administrado tendia para o caos.

A concentração populacional nas áreas urbanas exigiu um ritmo acelerado da construção de casas, edifícios, ruas, rodovias, rede de abastecimento de água e esgotos. Problema com o planejamento de transporte e trânsito, disposição de áreas verdes, erosão, controle de poluição e muitos outros surgiram ou foram agravados.

As necessidades de mapas em escalas grandes foram aumentando e passou-se a utilizar mapas cadastrais para outros fins. Desse modo, o mapa cadastral passou a conter dados que interessavam à administração de serviços públicos, porém continuando a ter o mesmo nome.

2.5.1. Cadastro Rural no Brasil

O cadastro rural no Brasil passou a ser implementado pelo Governo Federal de forma organizada e com tratamento homogeneizado em todo o território nacional, a partir do advento da Lei nº 4504 de 30 de novembro de 1964. Até então as atividades de cadastro e tributação rural eram de responsabilidade dos governos municipais e estaduais e tinham os mais diferentes tratamentos.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) iniciou os primeiros projetos de cadastro técnico no Brasil através dos Projetos de Integração e Colonização (PIC) por todas as regiões brasileiras, projetos estes que visavam uma reforma agrária em áreas públicas da União. As propriedades eram medidas geometricamente e posteriormente eram tituladas aos detentores de cadastro no INCRA.

Posteriormente, o Governo Federal e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) realizaram um projeto de cadastro técnico rural nas regiões norte e nordeste do Brasil e, o objetivo principal era o levantamento geométrico de todas as propriedades rurais dos estados destas regiões, projeto este coordenado pelo INCRA.

A experiência foi desastrosa, pois gerou um volume enorme de mapas cadastrais que foram entregues aos estados participantes e estes não estavam preparados tecnicamente para receber este material e o mesmo se perdeu com o tempo causando, desta forma, um grande prejuízo financeiro e de tempo como também abalou a credibilidade do projeto junto às instituições financeiras mundiais como o BID e Banco Mundial.

Na grande maioria das propriedades rurais os dados de localização do imóvel e a área do mesmo são extraídos das declarações de propriedade, são oferecidos declaratoriamente pelos proprietários dos imóveis ou pelos detentores das posses e estes dados, raríssimas vezes, não são confrontados com a exata situação da localização e área do lote e, ao serem sistematizados para efeito de divulgação ou outro fim como da pesquisa, afloram verdadeiros absurdos como pro exemplo a soma das áreas dos imóveis de um município, muitas vezes, são maiores que a superfície total do município.

A inoperância na aplicação do imposto territorial rural, como instrumento penalizador da manutenção de terras ociosas, acarreta em altos índices de sonegação e evasão, resultantes da apropriação dos dados declaratórios. A ausência de fiscalização eficiente, cria circunstâncias indutoras para burlar o pagamento de imposto, com a omissão dos verdadeiros valores que deveriam ser declarados.

A situação anteriormente delineada representava a praxe na conduta da grande maioria de proprietários rurais, à medida que não existiam parâmetros ou conjunto de medidas que, em seu conteúdo, expressasse a necessidade de cumprir o que passou a ter um foco bem definido com o advento do Estatuto da Terra, que em seu bojo, centrava no objetivo de estabelecer a necessidade do cumprimento de critérios norteadores e determinadores do cumprimento da função social que a propriedade passa a ter em sua exploração.

Através do estabelecido na Lei nº 10.267, de 28 de agosto de 2001, que determina o georreferenciamento das propriedades rurais os problemas com os dados falsos serão amenizados ou até eliminados.

2.5.2. Cadastro Rural no Paraná

No Estado do Paraná, o cadastro técnico rural, teve início em 1982 no Município de Porto Vitória, utilizando-se a experiência alemã. Em 1983, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) do Ministério das Relações Exteriores e a Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit (GTZ) proporcionaram ao Governo do Paraná um convênio para a implantação de um projeto de cadastro técnico rural nos municípios de Mallet, Rio Azul, Paulo Frontin, Paula Freitas, São Mateus do Sul, Rebouças e União da Vitória, totalizando aproximadamente 5.000 km quadrados de área.

O convênio teve uma duração de 08 anos e seu término foi em 1992. Toda a experiência desse projeto ficou registrada em dois seminários de cadastro técnico rural, realizados em Curitiba, nos anos de 1987 e 1992 com os anais devidamente publicados.

Com a aprovação de vários órgãos em nível federal e estadual, o projeto foi interrompido pela mudança de governo, isto é, embora o cadastro técnico rural, devido à sua importância e com o amparo na Constituição Estadual de 1989, em seu artigo 154º, que diz expressamente que o Estado do Paraná implantará o sistema de cadastro técnico rural e inclusive, isso está repetido na Lei nº 10.066, de julho de 1992.

Muito embora o cabedal legal dê todo o suporte necessário para a implantação do cadastro técnico rural, observa-se uma dicotomia política pautada num processo onde se evidencia a descontinuidade das ações governamentais que

dificulta sobremaneira a implantação de projetos em benefício da coletividade como um todo.

Sob essa ótica, o quadro situacional do cadastro técnico rural no Paraná não logrou o êxito e os objetivos que dele se esperavam. Não obstante, se tenha produzido uma gama de peças técnicas valiosas em seu conteúdo na elucidação dos problemas fundiários envolvidos na consecução do cadastro, estes ficaram arquivados no órgão oficial de terra do Estado, sem que essa ferramenta pudesse ser aproveitada pelas instituições e empresas públicas ou privadas caracterizando-se como uma base norteadora na implementação de programas e projetos.

2.6. TIPOS DE CADASTRO

São dois tipos de cadastro técnicos geométricos existentes; o cadastro técnico urbano e o cadastro técnico rural e basicamente se diferenciam na dimensão das propriedades, e na escala de sua representação gráfica.

2.6.1. Cadastro Técnico Urbano

O cadastro técnico urbano compreende um conjunto de subsistemas compatibilizados sobre uma base cartográfica homogênea. Em outras palavras, um cadastro técnico compõe-se de vários tipos de cadastro, a saber: cadastro imobiliário; cadastro de infra-estrutura urbana; cadastro de equipamentos e serviços; cadastro de produtores e prestadores de serviços; cadastro de usuários; cadastro fiscal; cadastro do patrimônio público. Todos esses tipos são cadastros

multifinalitários. A rigor, a definição de um cadastro está vinculada à sua utilização, de modo que, o cadastro multifinalitário abre um amplo espectro de possibilidades do seu manuseio.

Segundo LOCH (1998, p. 46) “o cadastro técnico urbano compreende o conjunto de informações descritivas sobre a propriedade imobiliária (pública e particular) dentro do perímetro urbano de uma cidade.”

Com informações de Loch:

Base cartográfica é a representação topográfica, da superfície terrestre, adequada ao planejamento urbano nas escala de 1:1000 ou 1:2000, formada desde croquis à mapeamentos por processos computacionais com precisões compatíveis com as finalidades de trabalho desenvolvido a partir de levantamentos realizados diretamente em campo ou por uma restituição aerofotogramétrica. (LOCH, 1994, p.16)

Normalmente, os municípios brasileiros possuem em sua base cartográfica urbana, as Plantas de Quadra na escala 1:1000, e a Planta da Cidade na escala 1:5000. A Planta de Quadra apresenta o desenho e o número da quadra e dos lotes, as cotas e áreas de cada terreno, a denominação do bairro e do loteamento, o Norte e a denominação das ruas. A Planta da Cidade costuma conter as mesmas informações, deixando de apresentar apenas as cotas e áreas dos lotes.

Devem-se lançar nas Plantas de Quadras quaisquer transformações sofridas pelos imóveis quando os pedidos dos proprietários são aprovados para o parcelamento do solo urbano ou para construção de edificações.

2.6.2. Cadastro Técnico Rural

É o levantamento geométrico das propriedades rurais; isto é, a medição georreferenciada das divisas das propriedades rurais gerando, desta forma, planta e memorial descritivo do imóvel; em conjunto com os dados do proprietário e do imóvel

rural respectivo, representa um importante instrumento do conhecimento da realidade rural.

A diferença entre o cadastro rural e o urbano está fixada, principalmente, na escala do levantamento, pois no rural se trabalha com áreas geralmente grandes e escalas pequenas e, no urbano, se trabalha com áreas pequenas de valores de mercado maiores e escalas grandes. A multifinalidade do cadastro técnico rural se dá aos diversos temas associados à base geométrica do cadastro como exemplo temos: a planta de uso atual do solo, planta de declividade (curva de nível), planta do uso potencial do solo, planta de valores e planta cadastral.

Sendo assim, o cadastro técnico de imóveis rurais uma atribuição estatal, pode ser definida como uma disposição oficial que registra informações sobre imóveis rurais diretamente relacionados a uma base cartográfica e o pleno conhecimento da situação dos imóveis rurais é de fundamental importância para o Estado, principalmente, quanto à regularização fundiária para determinação de domínio, do uso atual à potencialidade produtiva, para a infra-estrutura e os critérios para justa tributação.

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

Seguindo os passos lógicos do método científico, em primeiro lugar, é formulada a situação problematizadora abordando quanto ao conhecimento da estrutura fundiária dos municípios da região a ser estudada, com base na observação da realidade e em alguns fundamentos empíricos.

Segundo Lakatos:

Toda pesquisa implica o levantamento de dados de variadas fontes, quaisquer que sejam os métodos ou técnicas empregadas. Os dois processos pelos quais se podem obter os dados são a **documentação** e a **indireta**. (...) A segunda serve-se de fontes de dados coletados por outras pessoas, podendo constituir-se de material já elaborado ou não, dessa forma, divide-se em **pesquisa documental** (ou de fontes primárias) e **pesquisa bibliográfica** (ou de fontes secundárias). (LAKATOS, 1994. p.43).

A justificativa, bem como os objetivos, geral e específicos da pesquisa, pretenderam responder a questão levantada; uma vez que, essas podem mostrar os fatos que estão ocorrendo na zona estudada.

A pesquisa, primeiramente, desenvolveu, utilizando-se de levantamento de bibliografia publicada em forma de livros, revistas, teses, monografias e publicações avulsas, notadamente via internet; cuja finalidade foi de traçar um perfil histórico, sintético sobre a evolução da estrutura fundiária, do cadastro técnico rural, envolvendo o Brasil, a Região Sul, o Estado do Paraná e a Região do Vale do Ribeira.

Segundo Gil:

A pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica, a diferença essencial entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados com os objetos da pesquisa. (GIL, 1991, p.51)

O segundo passo na pesquisa foi o processo e obtenção de dados, por intermédio de documentação proveniente de órgãos oficiais, federal e estadual, competentes nos assuntos envolvidos na temática do trabalho.

INCRA, IBGE, EMATER e ITCG, seguramente detém o maior acervo de documentos sobre a estrutura fundiária e de proprietários rurais acerca do Vale do Ribeira. A análise de dados foi executada pelo método de procedimento comparativo, entre os dados dessas instituições; notadamente, entre as duas primeiras.

4. REGIÃO DO VALE DO RIBEIRA NO PARANÁ

A grande região que forma o Vale do Ribeira e Guaraqueçaba está inserida, por uma parte no território do Estado de São Paulo e, por outra parte do Estado do Paraná, onde abrange 38 municípios, sendo 23 no Estado de São Paulo e 15 no Paraná, onde perfaz uma área total de 29.774 km². O Estudo em tela, versa sobre parte desta região, delimitada pelo 07 municípios inclusos na Região Metropolitana de Curitiba conforme ANEXO I, composta por Adrianópolis, Bocaiúva do Sul, Cerro Azul, Doutor Ulysses, Itaperuçu, Rio Branco do Sul e Tunas do Paraná. Esses municípios localizam-se na porção norte e nordeste da mencionada mesorregião, conforme ANEXO II, onde predomina as classes de relevo montanhoso a fortemente ondulado, com declividades maiores que 45%, o que corresponde superior a 25 graus de inclinação; além desse acidentado relevo, a formação edafológica é constituída de áreas inaptas à agricultura e à pecuária; em função da vulnerabilidade erosiva, o potencial de aproveitamento aponta no sentido da exploração das terras destinarem-se ao manejo florestal.

Essas características impingem o estabelecimento de perspectivas desanimadoras no que tange o crescimento econômico social para os seus 6.106,14 km², onde no censo demográfico do IBGE/2000 apresenta uma população de, aproximadamente, 90.000 habitantes à proporção que, à exceção dos municípios de Itaperuçu e Rio Branco do Sul, todos os demais municípios apresentam população rural superior à população urbana, evidenciando uma situação tendendo à redução da população rural; uma vez que depõe desfavoravelmente as potencialidades de exploração agropastoril, diante de circunstâncias marcadas por solos de a baixa

fertilidade natural, ácidos e de relevo acidentado, indicadores e geradores de processo erosivos, lixiviadores da pequena camada superficial de solo que concentra os nutrientes necessários para o bom desenvolvimento das plantas, conforme a Tabela abaixo:

TABELA – 12 – POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO VALE DO RIBEIRA – 2000

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO RURAL	POPULAÇÃO URBANA	POPULAÇÃO TOTAL
Adrianópolis	5.394	1.613	7.007
Bocaiúva do Sul	5.488	3.562	9.050
Cerro Azul	12.436	3.916	16.352
Doutor Ulysses	5.302	701	6.003
Itaperuçu	3.110	16.234	19.344
Rio Branco do Sul	9.292	20.049	29.341
Tunas do Paraná	2.190	1.421	3.611
TOTAL	43.212	47.496	90.708

Fonte: Censo Demográfico Anuário Estatístico, IBGE (2000)

4.1. EVOLUÇÃO HISTÓRICA

Remonta o ano de 1531, as primeiras informações sobre o processo ocupacional da Região do Vale do Ribeira; sendo, face o mencionado ano, uma das primeiras áreas desbravadas no Brasil Colônia; sua importância econômica assentava-se na exploração mineral. O donatário Martim Afonso de Souza, Governador das Capitanias de São Vicente e Rio de Janeiro, ancorou pela primeira vez no litoral da Ilha de Cananéia, local onde mais tarde deu origem a duas

comunidades pioneiras que serviram ao escoamento de ouro da região através de seus portos, Cananéia e Iguape, foram as bases de controle da navegação na região. Afirma BUENO (1998, p.37) que “fundada por espanhóis em 1537 e situada em terras dos índios Tupiniquins, era por Iguape que passavam as embarcações que se dirigiam ao continente; já Cananéia, Vila dos Tupis, foi colonizada por portugueses que se dedicavam à produção de gêneros alimentícios”.

À medida que as atividades mineradoras ganhavam destaque sendo, por conseguinte, a matriz impulsionadora das história de ocupação, inclusive, segundo a AGÊNCIA DA MESORREGIÃO VALE DO RIBEIRA – GUARAQUEÇABA (2002, p.46) “onde foi fundada, em 1635, a primeira casa de fundição de ouro do país denominada de Oficina Real de Fundição de Ouro”.

Pelo fato do Vale situar-se paralelamente aos limites estabelecidos pelo Tratado de Tordesilhas, a ocupação do território, inicialmente, acompanhou a linha do litoral indo à direção ao sul, chegando a Paranaguá; na direção sudoeste, subindo as corredeiras do Ribeira e Açungui até os Campos de Curitiba.

O ciclo do ouro no Vale do Ribeira teve início com a descoberta do metal na região do médio Ribeira, onde foram encontradas as primeiras jazidas auríferas do Brasil, o que provocou significativo aumento no desenvolvimento, concentrando em Iguape o escoamento do metal. E em 29 de março de 1693, os moradores com a anuência de Mateus Leme, Capitão-mor Povoador eleva à categoria de Vila a povoação de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, atual Curitiba.

Ao longo do Séc. XVIII a principal atividade econômica da Colônia calcava-se na mineração intensiva efetuada na região de Minas Gerais. O deslocamento do eixo do processo produtivo capitaneado pela ascensão das empresas de mineração

em detrimento da grande empresa açucareira, muito em função da maior rentabilidade, alta capitalização e um alto nível de especialização, imposta pela atividade de mineração; esta se tornou o carro chefe entre os segmentos econômicos permitindo, inclusive, articulação e desenvolvimento de novos setores econômicos, até mesmo em regiões distantes do país. Como consequência ocorreu a expansão da pecuária no Sul do Brasil, tornando-se uma atividade vantajosa e possibilitadora da integração entre a economia paranaense às demais estruturas econômicas do país.

Sem embargo, o forte incremento da criação e venda de gado, comercializado, via de regra, em Sorocaba – SP, que impulsionava a economia, paradoxalmente agia como um impeditivo ao estabelecimento de explorações agrícolas destinadas à subsistência, à proporção que, além de comercialmente não oferecer preços compensadores, o cultivo agrícola baseava-se em métodos bastante rudimentares como limpeza manual das lavouras, emprego de queimadas, baixa utilização de equipamentos e fertilizantes e pouca preocupação em adotar procedimentos visando a contenção dos processos erosivos do solo.

A somatória de fatores envolvidos nas atividades agro-econômicas, conspirou para a instalação de um cenário onde predominava a crise no abastecimento alimentar, recrudescida, segundo SANTOS (1995, p. 21) “com o aquecimento provocado pelas vantagens econômicas da extração da erva-mate e da pecuária, que, em última análise, desestimulava o trabalho agrícola e provocava o abandono na exploração de produtos destinados à subsistência”.

Com o advento da Lei Imperial de Terras (1850), onde estabelecia a devolução ao governo das terras inexploradas associada, à abolição do tráfico de

escravos, uma severa crise se abateu sobre a cadeia do mate. Para que não se multiplicasse um processo de estagnação da economia no meio rural, optou-se, como uma das alternativas, tendo como escopo o aumento da oferta de gêneros alimentícios, o estímulo ao processo imigratório de colonização das terras do Paraná.

Essa medida, tomada em conjunto pelos Governos Provincial e Imperial, centrava-se em atender emergencialmente o desabastecimento instalado, bem como, a mais longo prazo, consolidar a existência de colônias agrícolas voltadas fundamentalmente à exploração de lavouras de subsistências. Focado nessa realidade é que, dentre uma série de colônias que se estabeleceu, foi fundada em 1860 a Colônia do Açungui no Vale do Ribeira, cujo núcleo deu origem à cidade de Cerro Azul.

Segundo WACHOWICZ (1968, p. 32) “com uma gleba selecionada para a instalação da Colônia com 59.681 hectares foi dividida em, aproximadamente, 400 lotes destinado ao assentamento de famílias de brasileiros, ingleses, alemães, franceses, italianos e suíços”.

Não obstante, toda expectativa depositada na criação da Colônia Açungui, com alvíssaras à grande produção de milho, feijão, batata, cana-de-açúcar e outros gêneros alimentícios; esta não se confirmou, sequer alcançou patamar mínimo de expectativa efetuada. Um expressivo contingente de colonos estrangeiros abandonou seus lotes, muito em função das dificuldades enfrentadas; notadamente, a colocação dos produtos colhidos junto ao mercado consumidor. Esta fática situação evidenciava o próprio descaso do Governo Imperial, conjuntamente com os provinciais, com relação às culturas de subsistência à época, em direcionar seus

esforços no sentido de incentivar as culturas de exportação colimando, pela busca de divisas amarrada com uma draconiana política arrecadadora de tributos; relegando a um plano inferior a produção de alimentos destinados ao consumo interno.

Outro município objeto da região em epígrafe, refere-se a Adrianópolis, conhecido originalmente como Eptácio Pessoa, foi desmembrado em 1960 de Bocaiúva do Sul, onde lhe foi dado o atual nome.

Adrianópolis cinge-se à exploração de suas reservas minerais, principalmente o chumbo. As investigações geológicas na região iniciaram-se na primeira década do século passado. Porém, somente em 1936 começaram a se ter comprovação da existência de importantes jazidas de galena, mineral, que tem em sua composição de 50 a 60% do elemento chumbo, no distrito de Brejaúvas; e, em 1937, instala-se no município uma grande empresa multinacional, a Plumbum S/A que desenvolveu suas atividades até a década de 90.

No transcorrer da Segunda Grande Guerra (1939-1945) inicia-se a exploração do elemento cobre, nas jazidas localizadas às margens do Ribeirão Grande, junto à Serra do Cadeado. Esse minério era extraído à céu aberto, transportado em fardos sobre o lombos de mulas numa viagem de seis horas de duração realizado em terreno muito acidentado, compreendendo o trecho entre Peraú e a Estrada Curitiba-Capela da Ribeira, onde o transporte do minério era feito por caminhão até Itapeva-SP, onde era processado.

O Vale do Ribeira foi, durante a primeira metade do século XX, uma das maiores províncias metalogênicas e um dos maiores produtores de chumbo do país.

Além do arrefecimento das atividades mineradoras, dois acontecimentos impactaram o processo de estagnação econômica da região; o primeiro foi a alteração do projeto na construção da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, levada a cabo, entre 1890 a 1910, que deixou de passar por Cerro Azul e foi desviada para Ponta Grossa. O segundo, foi a construção da Rodovia ligando São Paulo a Curitiba que também foi desviada para longe do núcleo da Colônia.

Destarte, a região de distanciou do eixo do desenvolvimento e paulatinamente foi perdendo o ritmo do desenvolvimento.

4.2. USO DO SOLO

O processo de ocupação da região, com a finalidade de explorá-la agricolamente, remonta ao início do Século XX. Entretanto, as difíceis condições naturais para as atividades agrícolas, determinaram a implantação de um processo econômico calcado em 03 (três) grandes sistemas para a região:

a) Sistema Econômico da Fruticultura – Baseia-se na exploração das culturas cítricas (tangerina e laranja), que está centrado nos municípios de Cerro Azul, Doutor Ulysses e pequena influência em Itaperuçu e Rio Branco do Sul;

b) Sistema Agroflorestal da Bracatinga – Espécie que se destina à produção de lenha e estaca para construção civil. Sua abrangência está circunscrita aos municípios de Bocaiúva do Sul, Tunas do Paraná, Itaperuçu e Rio Branco do Sul;

c) Sistema de Produção de Leite – Este sistema estende-se por todo o Vale do Ribeira. Sua produção destina-se, majoritariamente, ao abastecimento da Região Metropolitana de Curitiba (RMC).

Segundo BRASIL:

A Região do Vale do Ribeira, se caracteriza pela predominância de montanhas, morros e vales; há a ocorrência de escarpas abruptas esculpindo anfiteatros sucessivos que se separam por espigões. A cobertura florestal predominante na região é caracterizada pela Mata Atlântica e por seus ecossistemas associados, como os mangues, restingas e florestas de encostas da Serra do Mar. A Floresta Ombrófila Densa cobre a região de encosta da Serra do Mar e está localizada entre 50 e 900m de altitude. Apresenta-se com dois extratos arbóreos (entre 05 e 10m e entre 15 e 20m de altura), podendo atingir 30m de altura. Aparecem ainda, ocorrências da Floresta Ombrófila Mista com Araucárias nas zonas de transição dos campos para locais com relevos mais irregulares. São observadas ainda extensas áreas de bracinga, que ocorrem em grande intensidade nos Municípios de Bocaiúva do Sul, Rio Branco do Sul e Itaperuçu. Esse tipo de vegetação cobre os mais diversos tipos de solos, predominando nos locais de relevo fortemente ondulado a montanhoso. (BRASIL, 1984, p.54-56)

TABELA – 13 – USO ATUAL DO SOLO (EM HECTARES)

MUNICÍPIOS	LAVOURAS ANUAIS	LAVOURAS PERENES	PASTOS NATURAIS	PASTOS ARTIFICIAIS	REFLORESTAMENTOS	OUTRAS ÁREAS	MATAS EM PP	MATAS NATURAIS	TOTAL
ADRIANÓPOLIS	3.000	3.000	12.000	42.000	40.000	7.926	16.000	12.000	135.926
BOCAIÚVA DO SUL	1.187	820	5.000	2.600	35.592	12.374	15.000	10.596	83.169
CERRO AZUL	17.000	5.500	13.000	7.000	56.507	19.086	27.000	1.000	146.093
DOUTOR ULYSSES	5.000	2.200	6.000	2.000	28.000	13.710	5.500	12.000	74.410
ITAPERUÇU	3.120	480	4.000	1.500	19.900	5.000	1.500	1.500	37.000
RIO BCO. DO SUL	8.949	720	10.850	6.500	10.128	13.158	6.276	8.327	64.908
TUNAS DO PARANÁ	300	100	300	650	33.295	19.130	14.500	13.155	81.430
TOTAL	38.556	12.820	51.150	62.250	223.422	90.384	85.776	58.578	622.936

FONTE: PERFIL DA REALIDADE MUNICIPAL - EMATER-PR - 2006

Ao contrário de outras regiões do Estado nas quais se praticou a agricultura do Café ou a sucessão soja/trigo, a região do Vale do Ribeira não teve como suporte, a fertilidade natural dos solos nem uma topografia adequada à mecanização. Apresentando generalizadamente deficiência do nutriente fósforo, acidez elevada e redução da taxa de matéria orgânica em seu solo; muito em função

da topografia acidentada que favorece a erosão hídrica; são características que atuam no sentido de restringir a produtividade e competitividade das explorações agropecuárias da região.

Observa-se, face às características mencionadas, que dentre as atividades agropecuárias da região, não se verifica nenhum destaque quando comparado com as demais regiões do estado; apenas a exploração de algumas frutas cítricas representa uma participação significativa da produção estadual.

Segundo o IPARDES (2003, p.5) “à exceção de produção de frutas, nos municípios de Cerro Azul e Doutor Ulysses que representam, respectivamente, 6,3% e 2,9% da produção estadual”.

Constata-se, conforme números exarados na Tabela 13, que os estabelecimentos rurais que compõem a região, utilizam suas terras predominantemente com matas, nativas ou plantadas, ou com pastagens, também naturais ou plantadas. O cultivo de lavoura é pouco expressivo nesses municípios, ainda que a cultura e o comércio da tangerina em grande escala dêem uma posição destacada ao município de Cerro Azul; muito embora essas lavouras de tangerinas sejam implantadas e conduzidas tecnicamente equivocadas. São pomares situados em terrenos montanhosos, com declives superiores a 35% sem que se utilize as mais primárias técnicas de conservação do solo, acarretando a erosão em sulco, com significativa superficial onde ocorre a presença de adubos e defensivos agrícolas, que são conduzidos através dos locais de drenagem naturais que não passam só assorear os rios como a contaminá-los.

A Tabela 14 mostra o número de agricultores e suas respectivas categorias que leva em consideração o tamanho da propriedade, valor de benfeitorias produtivas, equipamentos agrícolas e participação de mão-de-obra familiar:

TABELA - 14 - CATEGORIA DOS PRODUTORES RURAIS

MUNICÍPIOS	PS/PSM1	PSM2/PSM3	EF/ER	TR	TOTAL
ADRIANÓPOLIS	800	230	100	500	1630
BOCAIUVA DO SUL	450	570	140	800	1960
CERRO AZUL	1850	1260	150	1200	4460
DOUTOR ULYSSES	860	600	40	250	1750
ITAPERUÇU	478	880	137	700	2195
RIO BRANCO DO SUL	860	617	212	83	1772
TUNAS DO PARANÁ	85	70	30	500	685
TOTAL	5383	4227	809	4033	14452

FONTE: PERFIL DA REALIDADE MUNICIPAL – EMATER - 2006

Sendo:

a) Produtor de Subsistência, ou PSM1(PS/PSM1) – Categoria constituída por produtores que detenham área inferior a 25 hectares, benfeitorias produtivas com valor inferior a (R\$ 12.150,00), equipamentos agrícolas com valor inferior a (R\$ 9.720,00) e participação de mão-de-obra familiar na unidade produtiva superior a 80%;

b) Produtor Simples de Mercadorias 2 (PSM2) – Categoria constituída por produtores que detenham área inferior a 40 hectares, benfeitorias produtivas com valor inferior a (R\$29.160,00), equipamentos agrícolas com valor inferior a (R\$29.160,00) e participação de mão-de-obra familiar na unidade produtiva superior a 50%;

c) Produtor Simples de Mercadorias (PSM3) – Categoria constituída por produtores que detenham área inferior a 50 hectares, benfeitorias produtivas com valor inferior a (R\$97.200,00), equipamentos agrícolas com valor inferior a

(R\$87.480,00) e participação de mão-de-obra familiar na unidade produtiva superior a 50%;

d) Empresário familiar (EF) – É um médio produtor que possui domínio e exerce atividade agrícola sob área de terra de até 100 hectares com emprego de mão-de-obra familiar ou eventualmente contratada. Para efeitos de enquadramento devem ser verificados os seguintes parâmetros: área da unidade produtiva maior que 50 hectares, benfeitorias produtivas com valor superior a (R\$97.200,00), equipamentos agrícolas com valor superior a (R\$87.480,00) e emprego de mão-de-obra familiar superior a 50%;

e) Empresário Rural (ER) – É definido como o Grande Produtor. Tem como principal característica o emprego prioritário de mão-de-obra contratada;

f) Trabalhador Rural (TR) – É aquele que tem como principal fonte de renda a venda de sua força de trabalho a terceiros, com ou sem vínculo empregatício, podendo ainda produzir alimentos para consumo familiar.

O percentual de produtores pertencentes ao primeiro grupo (PS/PSM1) atinge 43% do total de produtores; demonstrando enfaticamente a condição de baixa renda e o conseqüente aparecimento do bolsão de pobreza e estagnação econômica que abrange toda a região.

Segundo a AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA MESORREGIÃO VALE DO RIBEIRA – GUARAQUEÇABA (2002 b, p.73) “entre outras coisas, um dos grandes entraves para a melhoria dos índices de produtividade na região reside no fato de que uma substancial parcela dos agricultores não possui títulos de posse de suas propriedades. Esse fato implica na impossibilidade ao crédito rural”.

4.3. ASPECTOS SÓCIO-ECONÔMICOS

Os municípios da região têm suas economias dependentes da agricultura familiar e estão alicerçados nas lavouras de subsistência e na extração mineral e vegetal. No primeiro caso, a baixa renda familiar e a falta de perspectivas estão contribuindo para o abandono das zonas rurais e o conseqüente fenômeno da urbanização. Consoante com o IPARDES:

À exceção dos municípios de Itaperuçu e Rio Branco do Sul, a população é predominantemente rural. Na década de 1990, apenas Adrianópolis evidenciou um ritmo de crescimento da população total negativo. Em nível dos setores urbano e rural, no entanto, observa-se que o crescimento urbano tem sido elevado na maior parte da região, em contraposição à dinâmica rural, paulatinamente, a ampliar seu processo de urbanização, apresentando em 2000, um grau de urbanização de 52,4% (IPARDES, 2003, p.2)

Reflexo imediato dessa situação, a falta de perspectivas de melhoria nas condições de vida leva as pessoas à migrarem em busca de outros centros.

A Tabela 15 - apresenta o fluxo migratório ocorrido entre os anos de 1980 a 2000, com projeção para 2005 e 2010.

TABELA –15 - FLUXO MIGRATÓRIO DOS MUNICÍPIOS DO VALE DO RIBEIRA

MUNICÍPIO	1980	1990	2000	2005	2010
Adrianópolis	11.096	8.935	7.006	4.866	3.803
Bocaiúva do Sul	12.119	10.657	9.047	9.691	10.073
Cerro Azul	20.003	21.073	16.345	18.283	18.474
Doutor Ulysses	-	-	5.984	6.989	7.569
Itaperuçu	-	-	19.139	29.273	37.542
Rio Branco do Sul	31.767	38.296	29.321	20.695	18.864
Tunas do Paraná	-	-	3.615	4.766	5.535

Fonte: IBGE, 2000.

No quadro acima, num intervalo compreendido entre 1980 e 2000, ocorreu uma significativa migração dessa população. Os municípios de Doutor Ulysses, Itaperuçu e Tunas do Paraná, foram emancipados após esse período. O Vale do Ribeira vem apresentando uma perda populacional crescente para outros centros urbanos, em virtude da falta de infra-estrutura básica, de oportunidades de empregos e de ocupação da mão-de-obra como fonte geradora de renda. A estimativa, segundo dados do IBGE, para os municípios de Adrianópolis e Rio Branco do Sul, para os próximos anos, é de queda acentuada na população.

A malha viária existente no Vale do Ribeira é incapaz de atender as necessidades para o escoamento da produção, quanto mais de atuar como fator de desenvolvimento regional. Acredita-se que essa deficiência do quantitativo da malha viária explique a estagnação econômica e a marginalização da região frente ao processo expansivo da economia do Estado. Com todo o seu leito pavimentado concluído somente em 2005, a Rodovia Federal BR 476, que faz a ligação entre Curitiba e Adrianópolis e a outra Rodovia que atende a região, a Estadual PR 092, que faz a conexão entre Curitiba e Cerro Azul, finalizado seu asfaltamento em 2006, são as duas rodovias, com traçados bastantes sinuosos, de difícil manutenção, construídos nos anos de 1930/1940 e que não sofreram qualquer alteração em todos os seus percursos.

O quadro situacional dentro dos municípios referente à malha viária, além de ser pequena é mal conservada, gerando sérios complicadores para os estabelecimento de atividades produtivas e proporcionadoras da fixação do homem à terra, bem como para a atração de investimentos incrementadores da geração de emprego e renda.

A Tabela 16 traz à lume o tamanho da malha viário nos municípios e a distância desses à Capital Curitiba.

TABELA-16- QUADRO DA MALHA VIÁRIA MUNICIPAL E DISTÂNCIA À CURITIBA

MUNICÍPIO	MALHA VIÁRIA MUNICIPAL (km)	DISTÂNCIA À CAPITAL
Adrianópolis	210	122
Bocaiúva do Sul	351	29
Cerro Azul	428	87
Doutor Ulysses	198	127
Itaperuçu	112	25
Rio Branco do Sul	300	25
Tunas do Paraná	145	70
TOTAL	1744	-

Fonte: EMATER-PR, 2002.

Um indicador que expressa o estágio do desenvolvimento da região diz respeito ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Elaborado com base nos indicadores de educação (alfabetização e taxa de frequência escolar), longevidade e renda da população. A taxa de alfabetização com peso 2, representa o percentual da população com idade de 15 anos ou acima que tem a capacidade de ler ou escrever um bilhete simples; a taxa de frequência escolar com peso 1, é o somatório, independentemente de idade, dos que freqüentam os cursos fundamental, médio (inclusive supletivo) e superior (incluindo pós-graduações), dividido pela população de 07 a 22 anos; a longevidade (esperança de vida ao nascer), sintetiza as condições de saúde e salubridade do local, uma vez que quanto mais morte nas

faixas etárias mais precoces, menor é a expectativa de vida e, finalmente, a renda municipal per capita, é o somatório das rendas (no caso do Brasil), conforme respostas ao questionário expandido do censo demográfico) de todos os residentes, dividido pela população.

Esse conjunto de indicadores compõe os índices IDH-E (Educação), IDH-L (longevidade) e IDH-R (renda). Esses índices variam de 0 a 1 sendo 1 a posição correspondente aos melhores valores, enquanto o 0 representa nenhum desenvolvimento humano.

Segundo o IPARDES:

Os países ou zonas geográficas com IDH de até 0,499 são considerados de baixo desenvolvimento humano, aqueles com IDH entre 0,500 e 0,799 tem médio desenvolvimento humano e, os com IDH igual ou superior a 0,800 tem alto desenvolvimento. O Município de Curitiba apresenta-se como o de maior IDH-M, no Paraná, com índice de 0,856. (IPARDES, 2000, p. 27)

A tabela abaixo apresenta o IDH-M dos municípios do Vale do Ribeira.

TABELA – 17 – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL

MUNICÍPIO	IDH-M	RANKING ESTADUAL	REND PER CAPITA (R\$)
Adrianópolis	0,683	374	115,19
Bocaiúva do Sul	0,719	273	185,81
Cerro Azul	0,684	372	123,80
Doutor Ulysses	0,627	398	86,00
Itaperuçu	0,675	381	133,47
Rio Branco do Sul	0,702	330	178,95
Tunas do Paraná	0,686	370	136,68

Fonte: IPARDES, 2003.

Esses baixos índices são decorrentes da baixa renda auferida pela população em todos esses municípios; evidenciado na tabela anterior contundentemente. Outros indicadores complementam esse quadro de insatisfatório IDH-M (ANEXO III), como a existência de uma grande proporção de chefe de família com baixa escolaridade, níveis de ingresso escolar reduzido e expressivos níveis de analfabetismo. A expectativa de vida ao nascer está situada em níveis iguais ou menores aos da média estadual, e, o fator mais marcante, a desigualdade da renda é muito superior à média do Paraná.

Outros fatores que implicam em qualidade de vida, os dados alcançam proporções alarmantes. De acordo com o IPARDES:

O abastecimento com água tratada não chega a metade da população em cinco, dos sete municípios; o total de domicílios atendidos por rede geral de esgoto ou pluvial, não ultrapassa 17,44%, na melhor situação que é em Rio Branco do Sul, com Doutor Ulysses tendo apenas 0,07%. A coleta de lixo atinge apenas 81% dos domicílios de Itaperaçu, porém não ultrapassa 28% em Cerro Azul, abaixo da média estadual que já atingiu 82%. (IPARDES, 2003, p. 14-18)

4. 4. ESTRUTURA FUNDIÁRIA

No sentido estrito, a expressão estrutura fundiária, diz respeito à forma de acesso à propriedade da terra e a explicação da distribuição da propriedade, sendo o seu estudo de grande importância, porque dele vai depender a melhor compreensão da estrutura agrária que é definida como a maneira de como estão sendo exploradas as propriedades rurais, tendo assim grande importância nas relações existentes entre proprietário e trabalhadores agrícolas.

De acordo com LOCH (1990, p.06) “a importância das áreas rurais e sua estrutura fundiária não podem ser discutidas, mas é, muitas das vezes um dos problemas mais sérios de um país”.

O mecanismo de coleta dos dados em informações das propriedades rurais utilizado pelo IBGE e INCRA, inicia com a logística criada para atuar no município. A partir da compilação, análise e cruzamento dos dados coletados, tona-se possível a identificação de uma gama de parâmetros, inclusive a mensuração, caso exista, de grau de divergência entre os próprios dados coletados dessas instituições; levando-se em conta a devida proporção entre os procedimentos metodológicos e o espaço de tempo determinado para a atualização dos dados. O IBGE atualiza os dados levantados com uma periodicidade de, aproximadamente, de 10 em 10 anos no que concerne à aplicação do censo agropecuário; enquanto o INCRA é municiado anualmente de dados, devido à obrigatoriedade da entrega da Declaração do Imposto Territorial Rural (ITR). Ambas as instituições compilam seus dados partindo do município, que representa a unidade político-administrativa dentre os entes federados de dimensões mais reduzidas, possibilitando o monitoramento de parâmetros e indicadores que detectam as mudanças na dinâmica das relações política, econômica e social, que acontecem, indubitavelmente, com o passar do tempo entre as populações.

Desta sorte, a análise comparativa centrada nos dados levantados censitariamente por uma instituição e, de forma declaratória pela outra instituição, ambas oficiais, nos municípios componentes do Vale do Ribeira que possibilita o conhecimento da estrutura fundiária existente; representa uma boa oportunidade de checar os procedimentos adequados, bem como identificar eventuais distorções praticadas pelo entrevistado no que concerne o Censo e declarante referente ao Imposto.

4.4.1 Adrianópolis

A origem de Adrianópolis foi em homenagem ao pioneiro Dr. Adriano Seabra da Fonseca, por ser o primeiro a instalar no município uma indústria de mineração de chumbo localizada no bairro Panelas do Brejaúva, sendo a Brejaúva, uma fruta nativa, própria da região e Panelas pelo fato da mina localizar-se perto de uma cratera vulcânica extinta a milhares de anos, cratera esta em formato de uma panela. Na data de 25 de julho de 1960, conforme a Lei n. 4247, foi criado o Município de Adrianópolis desmembrado da jurisdição administrativa de Bocaiúva do Sul.

Adrianópolis tem uma área terrestre, segundo a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Paraná (SEMA-PR) de 1.341, 34 km², com uma população de 7.007 habitantes no ano de 2000, com estimativa do IBGE, atribuindo para 2006, uma população de 5.582 habitantes; portanto, diminuída em 20,03%. Os dados constantes no Perfil Municipal de Adrianópolis, confeccionado pelo IPARDES, conforme o ANEXO IV, elenca uma gama de dados estatísticos relacionando o nome oficial da fonte e o respectivo ano onde se deu a última atualização, possibilitando a obtenção de uma radiografia da realidade socioeconômico municipal.

Concernente à estrutura fundiária do município, o IBGE, no último censo agropecuário datado de 31 de dezembro de 1995, apresenta os seguintes números sobre os estabelecimentos rurais:

TABELA – 18 – QUADRO DE ESTABELECIMENTOS SEGUNDO GRUPOS DE ÁREA TOTAL (ha) – MUNICÍPIO ADRIANÓPOLIS

MUNICÍPIO	ESTABELECIMENTOS SEGUNDO GRUPOS DE ÁREA TOTAL (ha)							
	Menos de 10	10 a menos de 100	100 a menos de 200	200 a menos de 500	500 a menos de 2000	2000 a mais	Sem declaração	Total
ADRIANÓPOLIS	185	211	35	36	17	-	-	484

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 1995

TABELA – 19 – QUADRO DA CONDIÇÃO DO PRODUTOR – MUNICÍPIO ADRIANÓPOLIS

MUNICÍPIO	PROPRIETÁRIO		ARRENDATÁRIO		PARCEIRO		OCUPANTE	
	Estab.	Área (ha)	Estab.	Área (ha)	Estab.	Área (ha)	Estab.	Área (ha)
ADRIANÓPOLIS	428	43420	18	435	08	144	30	511

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 1995

O INCRA apresenta os dados conforme tabela abaixo estabelecendo o módulo fiscal de 30 hectares para o município :

TABELA – 20 – QUADRO DEMONSTRATIVO DAS PROPRIEDADES RURAIS DE ADRIANÓPOLIS

CLASSIFICAÇÃO FUNDIÁRIA	CCIR EMITIDOS	ÁREA EM HECTARES	CCIR NÃO EMITIDOS	ÁREA EM HECTARES	TOTAL CCIR	Área em Hectares
GRANDE PROPRIEDADE						
Produtiva	16	21.906,60	10	35.905,40	26	57.812,00
Improdutiva	12	20.130,30	20	37.459,70	32	57.590,00
Cadastro Inibido	-	-	-	-	-	-
MÉDIA PROPRIEDADE						
Produtiva	53	13.186,60	4	998,80	57	14.185,40
Improdutiva	49	11.497,51	10	2.700,50	59	14.198,01
Cadastro Inibido	-	-	-	-	-	-
PEQUENA PROPRIEDADE						
Produtiva	77	5.132,10	-	-	77	5.132,10
Improdutiva	121	7.553,80	3	169,20	124	7.723,00
Cadastro Inibido	35	2.058,30	15	189,10	50	2.247,40
MINIFÚNDIO						
MINIFÚNDIO	356	4.324,08	37	304,40	393	4.628,48
NÃO CLASSIFICADA						
NÃO CLASSIFICADA	11	833,80	47	37.521,20	58	38.355,00
Artigo 7º Lei 8629/93	-	-	-	-	-	-
TOTAL	730	86.623,09	146	115.248,30	876	201.871,39

Fonte: DADOS RETIRADOS DA DIVISÃO DE ORDENAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA - INCRA - 2005

A comparação entre os dados apresentados pelo IBGE e INCRA, em suas totalizações é de que foram censitados pela primeira, num total de 484 estabelecimentos rurais, enquanto que a segunda recebeu 876 declarações; representando uma diferença, a mais, de 80,99 declarações de propriedades rurais entregues ao INCRA comparativamente ao número de estabelecimentos levantados pelo Censo Agropecuário em Adrianópolis.

No tocante ao total de área em ha, atingem-se os números de 44.510 no Censo do IBGE e, 201.871, 39 declarados ao INCRA; perfazendo uma diferença de 453,54% entre o total declarado e o total censitado; e curiosamente, também ultrapassa em 50,5% a área terrestre do Município que é, segundo a SEMA-PR, de 134.133,40 ha.

4.4.2. Bocaiúva do Sul

No século XVIII, com frágeis registros de que na região próximo ao litoral sul do país, uma pequena povoação da Capitania de Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá, foi concedida Carta de Sesmaria ao Senhor Domingos Fernandes Grosso, abrangendo áreas denominadas Arraial Queimado, nome originado de um grande incêndio ocorrido em período desconhecido. Após sucessivas transferências hereditárias e vendas, a população do Arraial já crescera tanto que em 22 de abril de 1870, foi aprovada à elevação de categoria passando a ser Freguesia; e, após um ano, em 12 de abril de 1871, era criado o município de Arraial Queimado.

Após várias denominações em sua história, na Proclamação da República, recebeu o nome de Bocaiúva, em homenagem ao Ministro das Relações Exteriores do Governo Provisório Quintino Bocaiúva. A denominação de Bocaiúva do Sul se deu em fins de 1964.

No Perfil Municipal de Bocaiúva do Sul, conforme ANEXO V, estão relacionados os principais dados e indicadores sobre o município.

As tabelas abaixo retratam a estrutura fundiária do Município.

TABELA – 21 – QUADRO DE ESTABELECIMENTOS SEGUNDO GRUPOS DE ÁREA TOTAL (ha) – MUNICÍPIO BOCAIÚVA DO SUL

MUNICÍPIO	ESTABELECIMENTOS SEGUNDO GRUPOS DE ÁREA TOTAL (ha)							
	Menos de 10	10 a menos de 100	100 a menos de 200	200 a menos de 500	500 a menos de 2000	2000 a mais	Sem declaração	Total
BOCAIÚVA DO SUL	470	407	45	37	09	01	-	969

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 1995

TABELA – 22 – QUADRO DA CONDIÇÃO DO PRODUTOR – MUNICÍPIO BOCAIÚVA DO SUL

MUNICÍPIO	PROPRIETÁRIO		ARRENDATÁRIO		PARCEIRO		OCUPANTE	
	Estab.	Área (ha)	Estab.	Área (ha)	Estab.	Área (ha)	Estab.	Área (ha)
BOCAIÚVA DO SUL	858	43855	09	18	24	343	77	1219

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 1995.

Para Bocaiúva do Sul, o INCRA apresenta, como resultado, os números consignados conforme tabela a seguir, definindo 20 hectares para o módulo fiscal:

TABELA – 23 - QUADRO DEMONSTRATIVO DAS PROPRIEDADES RURAIS DE BOCAIUVA DO SUL

CLASSIFICAÇÃO FUNDIÁRIA	CCIR EMITIDOS	ÁREA EM HECTARES	CCIR NÃO EMITIDOS	ÁREA EM HECTARES	TOTAL CCIR	Área em Hectares
GRANDE PROPRIEDADE						
Produtiva	31	21.868,40	5	8.514,40	36	30.382,80
Improdutiva	31	17.798,90	12	18.741,40	43	36.540,30
Cadastro Inibido	-	-	-	-	-	-
MÉDIA PROPRIEDADE						
Produtiva	46	6.895,70	7	1.424,40	53	8.320,10
Improdutiva	82	10.874,80	31	4.809,40	113	15.684,20
Cadastro Inibido	-	-	-	-	-	-
PEQUENA PROPRIEDADE						
Produtiva	163	6.322,70	9	392,20	172	6.714,90
Improdutiva	279	10.854,50	7	373,30	286	11.227,80
Cadastro Inibido	55	2.083,10	14	181,10	69	2.264,20
MINIFÚNDIO						
MINIFÚNDIO	822	6.681,67	34	234,50	856	6.916,17
NÃO CLASSIFICADA						
NÃO CLASSIFICADA	7	969,70	22	-	29	969,70
Artigo 7º Lei 8629/93	-	-	1	2.420,00	1	2.420,00
TOTAL	1.516	84.349,47	142	37.090,70	1.658	121.440,17

FONTE: DADOS RETIRADOS DA DIVISÃO DE ORDENAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA - INCRA - 2005

De acordo com a Tabela 14, a EMATER – PR totaliza 1.360 produtores rurais em atividade no município de Bocaiúva do Sul, o IBGE tem a soma de 968 estabelecimentos e o INCRA tem o total de 1658 cadastros, todos referentes a esse município.

Comparativamente, o total de área computada pelo IBGE e INCRA, foram respectivamente 45.435 e 121.139, 77 ha; e, com relação aos estabelecimentos rurais os dados são 969 e 1658. O quantitativo de área declarada para fins de ITR atinge um percentual de 46,70% superior à área terrestre do município que é de 82.575,70 ha.

4.4. 3. Cerro Azul

O Município de Cerro Azul teve sua origem com a Colônia Assunguy, fundada no ano de 1860 ao norte de Curitiba. A Colônia prosperou rapidamente e já em 1882, fica elevada à categoria de Vila; a Freguesia de Nossa Senhora da Guia do Serro Azul, passa a denominar Vila do Assunguy.

Em 1885, teve sua denominação alterada para Serro Azul em virtude de estar próxima do morro de igual nome, o qual pertence a uma ramificação da Serra Geral.

Em 1897, foi alçada à condição de Município e em 1929, a grafia de seu nome foi mudada de Serro Azul para Cerro Azul. As atividades do município ficaram praticamente estacionadas até o ano de 1940, quando a construção da estrada de rodagem ligando Cerro Azul à Rodovia que leva à Curitiba. Fato que possibilitou o efetivo escoamento da produção agrícola e pastoril do Município.

No ANEXO VI encontram-se relacionados dados e indicadores do Perfil Municipal de Cerro Azul, que auxilia na compreensão da realidade existente no município.

Atinente à estrutura fundiária, se apropria de seu conhecimento, por intermédio dos dados disponibilizados pelas duas instituições oficiais federais com competência e atribuição para realizar a obtenção dos mesmos.

Nesse sentido, as tabelas seguintes expressam os dados compilados sobre a estrutura fundiária de Cerro Azul, que tem seu módulo fiscal fixado em 30hectares:

TABELA – 24 – QUADRO DE ESTABELECIMENTOS SEGUNDO GRUPOS DE ÁREA TOTAL (ha) – MUNICÍPIO CERRO AZUL

MUNI CÍPIO	ESTABELECIMENTOS SEGUNDO GRUPOS DE ÁREA TOTAL (ha)							
	Menos de 10	10 a menos de 100	100 a menos de 200	200 a menos de 500	500 a menos de 2000	2000 a mais	Sem declaração	Total
CERRO AZUL	1530	889	70	23	11	02	-	2525

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 1995

TABELA – 25 – QUADRO DA CONDIÇÃO DO PRODUTOR – MUNICÍPIO CERRO AZUL

MUNICÍPIO	PROPRIETÁRIO		ARRENDATÁRIO		PARCEIRO		OCUPANTE	
	Estab.	Área (ha)	Estab.	Área (ha)	Estab.	Área (ha)	Estab.	Área (ha)
CERRO AZUL	1583	58140	54	886	438	2432	450	4307

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 1995.

TABELA – 26 – QUADRO DEMONSTRATIVO DAS PROPRIEDADES RURAIS DE CERRO AZUL

CLASSIFICAÇÃO FUNDIÁRIA	CCIR EMITIDOS	ÁREA EM HECTARES	CCIR NÃO EMITIDOS	ÁREA EM HECTARES	TOTAL CCIR	Área em Hectares
GRANDE PROPRIEDADE						
Produtiva	55	65.643,10	7	5.964,70	62	71.607,80
Improdutiva	25	24.959,80	10	17.826,70	35	42.786,50
Cadastro Inibido	-	-	-	-	-	-
MÉDIA PROPRIEDADE						
Produtiva	78	16.880,80	12	2.997,80	90	19.878,60
Improdutiva	69	15.550,80	25	4.554,00	94	20.104,80
Cadastro Inibido	-	-	-	-	-	-
PEQUENA PROPRIEDADE						
Produtiva	136	7.150,30	3	218,10	139	7.368,40
Improdutiva	200	11.552,10	4	316,20	204	11.868,30
Cadastro Inibido	85	4.161,53	13	156,10	98	4.317,63
MINIFÚNDIO						
MINIFÚNDIO	1057	12.833,11	30	316,80	1087	13.149,91
NÃO CLASSIFICADA						
NÃO CLASSIFICADA	30	1.960,40	12	546,70	42	2.507,10
Artigo 7º Lei 8629/93	-	-	-	-	-	-
TOTAL	1735	160.691,94	116	32.897,10	1851	193.589,04

FONTE: DADOS RETIRADOS DA DIVISÃO DE ORDENAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA - INCRA - 2005

Relativo à totalização dos estabelecimentos apurados pelo IBGE, que alcançou o número de 2.525, abrangendo uma área de 65.765 ha; quando comparados com a somatória dos números de propriedades rurais compilados pelo INCRA, logra-se uma significativa diferença; à medida que neste último, o total é de 1.852 cadastros envolvendo 193.589,04 ha, dessa forma, registra-se uma diferença de área que alcança 194,36% de área declarada maior que a área coletada em censo. Inversamente, o número de estabelecimentos censitados pelo IBGE é 36,34% maior que as propriedades declaradas por ocasião do ITR. Comparativamente à área total declarada no INCRA atinge um percentual de 44,33% maior que toda a área terrestre do município, que é de 134.132,30 há.

4.4.4. Doutor Ulysses

O Município de Doutor Ulysses foi desmembrado de Cerro Azul e elevado à categoria de Município em 20 de novembro de 1990, através da Lei Estadual n. 9.443, possuía inicialmente a denominação de Vila Branca e, em 07 de dezembro de 1992, mudou sua denominação para Doutor Ulysses; sendo instalado em 01 de Janeiro de 1993 seu novo nome.

O Perfil Municipal de Doutor Ulysses, conforme ANEXO VII, elaborado pelo IPARDES, possui um conjunto de dados que capta, razoavelmente, a realidade deste município.

As listas de dados constantes dos acervos do IBGE e do INCRA sobre a estrutura fundiária do Município de Doutor Ulysses estão discriminadas conforme as tabelas abaixo, com o módulo fiscal fixado em 18 hectares para o município:

TABELA – 27 – QUADRO DE ESTABELECIMENTOS SEGUNDO GRUPOS DE ÁREA TOTAL (ha) – – MUNICÍPIO DOUTOR ULYSSES

MUNI CÍPIO	ESTABELECIMENTOS SEGUNDO GRUPOS DE ÁREA TOTAL (ha)							
	Menos de 10	10 a menos de 100	100 a menos de 200	200 a menos de 500	500 a menos de 2000	2000 a mais	Sem declaração	Total
DOUTOR ULYSSES	552	424	36	18	08	03	-	1041

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 1995

TABELA – 28 – QUADRO DA CONDIÇÃO DO PRODUTOR – MUNICÍPIO DOUTOR ULYSSES

MUNICÍPIO	PROPRIETÁRIO		ARRENDATÁRIO		PARCEIRO		OCUPANTE	
	Estab.	Área (ha)	Estab.	Área (ha)	Estab.	Área (ha)	Estab.	Área (ha)
DOUTOR ULYSSES	670	40316	79	1676	112	822	180	1271

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 1995.

TABELA – 29 - QUADRO DEMONSTRATIVO DAS PROPRIEDADES RURAIS DE DOUTOR ULYSSES

CLASSIFICAÇÃO FUNDIÁRIA	CCIR EMITIDOS	ÁREA EM HECTARES	CCIR NÃO EMITIDOS	ÁREA EM HECTARES	TOTAL CCIR	Área em Hectares
GRANDE PROPRIEDADE						
Produtiva	4	10.513,20	3	1.815,40	7	12.328,60
Improdutiva	19	17.029,70	1	-	20	17.029,70
Cadastro Inibido	-	-	-	-	-	-
MÉDIA PROPRIEDADE						
Produtiva	15	3.482,70	7	1.721,40	22	5.204,10
Improdutiva	14	3.443,90	2	556,60	16	4.000,50
Cadastro Inibido	-	-	-	-	-	-
PEQUENA PROPRIEDADE						
Produtiva	13	780,60	-	-	13	780,60
Improdutiva	16	935,20	1	72,60	17	1.007,80
Cadastro Inibido	52	2.763,40	3	221,20	55	2.984,60
MINIFÚNDIO						
MINIFÚNDIO	137	1.862,50	7	104,80	144	1.967,30
NÃO CLASSIFICADA						
NÃO CLASSIFICADA	1	7,80	3	-	4	7,80
Artigo 7º Lei 8629/93	-	-	-	-	-	-
TOTAL	271	40.819,00	27	4.492,00	298	45.311,00

FONTE: DADOS DA DIVISÃO DE ORDENAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA - INCRA - 2005

Pela leitura das tabelas colocadas acima, constata-se a existência de 298 cadastros declarados sobre imóveis rurais, sendo 271 com certificados efetivamente emitidos e 27 cadastros inibidos pelo INCRA. O IBGE apurou o número de 1.041 estabelecimentos; e conforme Tabela 14, a EMATER-PR trabalha com um total de 1.500 produtores em diversas categorias no Município de Doutor Ulysses.

Com relação ao quantitativo de área, tem-se que o INCRA totaliza 45.311 ha, o IBGE censitou 44.085 ha e, o município de Doutor Ulysses tem uma área terrestre, segundo a SEMA-PR, de 78.732 ha. Portanto, o total de área declarada sobre a área terrestre do município atinge um percentual de 57,55%.

4.4.5. Ipareruçu

O Município foi criado pela Lei Estadual n.9.437 de 09 de setembro de 1990, tendo sido desmembrado do Município de Rio Branco do Sul. Sua ocupação foi realizada, inicialmente, por famílias italianas e depois, por mascates de origem árabe. Itaperuçu, na língua tupi-guarani, significa caminho da Pedra Grande, que se explica pela formação geológica da região.

O ANEXO VIII apresenta um rol de dados sobre o município de Itaperuçu, nas áreas político-administrativa, social, econômica e de infra-estrutura, além de disponibilizar os números obtidos através de indicadores oficiais.

A estrutura fundiária do município é retratada pelos dados constantes nas tabelas que seguem do IBGE e do INCRA, onde este último estabelece para o município 13 hectares para o módulo fiscal:

TABELA – 30 – QUADRO DE ESTABELECIMENTOS SEGUNDO GRUPOS DE ÁREA TOTAL (ha) – MUNICÍPIO ITAPERUÇU

MUNI CÍPIO	ESTABELECIMENTOS SEGUNDO GRUPOS DE ÁREA TOTAL (ha)							
	Menos de 10	10 a menos de 100	100 a menos de 200	200 a menos de 500	500 a menos de 2000	2000 a mais	Sem declaração	Total
ITAPERUÇU	332	209	21	12	-	-	-	574

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 1995

TABELA – 31– QUADRO DA CONDIÇÃO DO PRODUTOR - MUNICÍPIO ITAPERUÇU

MUNICÍPIO	PROPRIETÁRIO		ARRENDATÁRIO		PARCEIRO		OCUPANTE	
	Estab.	Área (ha)	Estab.	Área (ha)	Estab.	Área (ha)	Estab.	Área (ha)
ITAPERUÇU	412	13396	57	188	11	70	94	752

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 1995.

TABELA – 32 - QUADRO DEMONSTRATIVO DAS PROPRIEDADES RURAIS DE ITAPERUÇU

CLASSIFICAÇÃO FUNDIÁRIA	CCIR EMITIDOS	ÁREA EM HECTARES	CCIR NÃO EMITIDOS	ÁREA EM HECTARES	TOTAL CCIR	Área em Hectares
GRANDE PROPRIEDADE						
Produtiva	5	3.934,70	9	13.783,90	14	17.718,60
Improdutiva	4	8.772,80	2	5.169,30	6	13.942,10
Cadastro Inibido	-	-	-	-	-	-
MÉDIA PROPRIEDADE						
Produtiva	1	89,70	6	721,00	7	810,70
Improdutiva	1	120,00	6	556,40	7	676,40
Cadastro Inibido	-	-	-	-	-	-
PEQUENA PROPRIEDADE						
Produtiva	10	169,20	7	247,50	17	416,70
Improdutiva	16	271,60	26	854,70	42	1.126,30
Cadastro Inibido	5	148,00	6	72,10	11	220,10
MINIFÚNDIO						
MINIFÚNDIO	102	627,40	6	14,10	108	641,50
NÃO CLASSIFICADA						
NÃO CLASSIFICADA	-	-	1	69,30	1	69,30
Artigo 7º Lei 8629/93	-	-	-	-	-	-
TOTAL	144	14.133,40	69	21.488,30	213	35.621,70

FONTE: DADOS DA DIVISÃO DE ORDENAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA - INCRA – 2005

A comparação entre os dados apresentados pelas instituições relacionadas alcança os seguintes números: o IBGE contabiliza um total de 574 estabelecimentos rurais ao passo que o INCRA somente chega a 213 propriedades rurais declaradas, sendo que dessas, 69 estão com o certificado de cadastro de imóvel rural retido, torna-se visível a existência de 09 grandes propriedades produtivas com o CCIR retido que envolve 13.783,90 ha, número este 3,5 vezes a mais do que a área com certificados emitidos. O total de área expressa na tabela do INCRA alcança o número de 35.622 ha, ou seja, praticamente o mesmo número de área terrestre do município de Itaperuçu que é de 35.004, 40 ha.

O IBGE totaliza uma área de 14.406 ha, este número representa 40% do total de área declarada no INCRA e, 41,15% da área terrestre do município oficializada pela SEMA-PR; já a EMATER-PR, tem a soma de 1.495 produtores fixados no município nas suas diversas categorias conforme tabela número 14.

4.4.6. Rio Branco do Sul

Foram mineradores os primeiros povos brancos a penetrarem no interior dos sertões de Curitiba. Esses mineradores, a princípio, não tinham parada fixa; viviam errantes e, quando muito, se estabeleciam em arraiais cuja permanência também era transitória. Muitos desses arraiais serviam de base para fundação de pequenos povoados que, com o decorrer dos anos e a evolução do povoamento do planalto, se transformaram em vilas e cidades. Apesar de não ter documentação comprobatória, é bem provável que o município de Rio Branco do Sul tenha sido originado por um desses arraiais nas margens do Rio Açungui. Sua elevação à qualidade de município ocorreu no ano de 1947 com a denominação de Rio Branco do Sul.

O ANEXO IX tem, em seu conteúdo, dados sobre as áreas político-administrativa, territorial, social, econômica e de infra-estrutura do município que possibilita traçar uma espinha dorsal sustentadora do município.

Versa sobre sua estrutura fundiária os dados e informações colhidas pelas instituições que operam no meio rural conforme as tabelas abaixo discriminadas, consignando uma área de 14 hectares para o módulo fiscal deste município:

TABELA – 33 – QUADRO DE ESTABELECIMENTOS SEGUNDO GRUPOS DE ÁREA TOTAL (ha) – MUNICÍPIO RIO BRANCO DO SUL

MUNI CÍPIO	ESTABELECIMENTOS SEGUNDO GRUPOS DE ÁREA TOTAL (ha)							
	Menos de 10	10 a menos de 100	100 a menos de 200	200 a menos de 500	500 a menos de 2000	2000 a mais	Sem declaração	Total
RIO BRANCO DO SUL	374	333	17	07	04	-	-	735

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 1995

TABELA – 34– QUADRO DA CONDIÇÃO DO PRODUTOR – MUNICÍPIO RIO BRANCO DO SUL

MUNICÍPIO	PROPRIETÁRIO		ARRENDATÁRIO		PARCEIRO		OCUPANTE	
	Estab.	Área (ha)	Estab.	Área (ha)	Estab.	Área (ha)	Estab.	Área (ha)
RIO BRANCO DO SUL	526	18577	100	360	03	35	106	950

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 1995.

TABELA – 35 - QUADRO DEMONSTRATIVO DAS PROPRIEDADES RURAIS DE RIO BRANCO DO SUL

CLASSIFICAÇÃO FUNDIÁRIA	CCIR EMITIDOS	ÁREA EM HECTARES	CCIR NÃO EMITIDOS	ÁREA EM HECTARES	TOTAL CCIR	Área em Hectares
GRANDE PROPRIEDADE						
Produtiva	24	12.454,10	3	1.748,60	27	14.202,70
Improdutiva	20	9.341,20	12	4.792,90	32	14.134,10
Cadastro Inibido	-	-	-	-	-	-
MÉDIA PROPRIEDADE						
Produtiva	23	2.853,60	12	1.552,60	35	4.406,20
Improdutiva	71	7.140,10	47	4.477,50	118	11.617,60
Cadastro Inibido	-	-	-	-	-	-
PEQUENA PROPRIEDADE						
Produtiva	71	1.897,80	2	48,90	73	1.946,70
Improdutiva	412	11.359,50	4	150,20	416	11.509,70
Cadastro Inibido	-	-	-	-	-	-
MINIFÚNDIO						
MINIFÚNDIO	691	4.210,80	63	85,90	754	4.296,70
NÃO CLASSIFICADA						
NÃO CLASSIFICADA	49	923,50	57	-	106	923,50
Artigo 7º Lei 8629/93	-	-	-	-	-	-
TOTAL	1.361	50.180,60	200	12.856,60	1.561	63.037,20

FONTE: DADOS RETIRADOS DA DIVISÃO DE ORDENAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA – INCRA – 2005

Desta sorte, obtem-se do IBGE a somatória de 735 estabelecimentos rurais quantificando 19.995 ha. O INCRA compila um total de 1561 cadastros de propriedades rurais com 63.037,20 ha de área total. A EMATER-PR, conforme tabela 14, totaliza para o município 1689 produtores e o município tem área terrestre de 81.671,20 ha. A comparação entre os dois totais, estabelece uma diferença de 215,26% sobre o total de área cadastrada no INCRA e o total censitado pelo IBGE.

4.4.7. Tunas do Paraná

O atual município de Tunas chamava-se antigamente de Pedra Preta, devido ao afloramento de rocha conhecida comercialmente por granito tunas. A geologia identifica esta pedra como cianito, uma rocha vulcânica extrusiva, escura, de textura homogênea e fina. A origem de Tunas deve a uma planta cactácea muito encontrada na região. O município foi criado em 30 de abril de 1990, desmembrado de Bocaiúva do Sul.

A consulta ao ANEXO X, construído pelo IPARDES, descreve os dados e indicadores estatísticos que retratam a situação fática da realidade municipal em suas áreas político-administrativa, territorial, social, econômica e de infra-estrutura.

A estrutura fundiária do município está identificada através da obtenção e compilação dos dados dos imóveis ou estabelecimentos rurais realizadas pelas duas instituições oficiais com atribuições e competências, conforme as tabelas abaixo, sendo que o INCRA fixa em 20 hectares o módulo fiscal:

TABELA – 36 – QUADRO DE ESTABELECIMENTOS SEGUNDO GRUPOS DE ÁREA TOTAL (ha) – MUNICÍPIO TUNAS DO PARANÁ

MUNICÍPIO	ESTABELECIMENTOS SEGUNDO GRUPOS DE ÁREA TOTAL (ha)							
	Menos de 10	10 a menos de 100	100 a menos de 200	200 a menos de 500	500 a menos de 2000	2000 a mais	Sem declaração	Total
TUNAS DO PARANÁ	11	67	11	06	07	02	-	104

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 1995

TABELA – 37– QUADRO DA CONDIÇÃO DO PRODUTOR – MUNICÍPIO TUNAS DO PARANÁ

MUNICÍPIO	PROPRIETÁRIO		ARRENDATÁRIO		PARCEIRO		OCUPANTE	
	Estab.	Área (ha)	Estab.	Área (ha)	Estab.	Área (ha)	Estab.	Área (ha)
TUNAS DO PARANÁ	79	23338	01	73	01	05	23	678

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 1995.

TABELA – 38 - QUADRO DEMONSTRATIVO DAS PROPRIEDADES RURAIS DE TUNAS DO PARANÁ

CLASSIFICAÇÃO FUNDIÁRIA	CCIR EMITIDOS	ÁREA EM HECTARES	CCIR NÃO EMITIDOS	ÁREA EM HECTARES	TOTAL CCIR	Área em Hectares
GRANDE PROPRIEDADE						
Produtiva	21	16.025,80	3	3.680,00	24	19.705,80
Improdutiva	6	10.719,70	-	-	6	10.719,70
Cadastro Inibido	-	-	-	-	-	-
MÉDIA PROPRIEDADE						
Produtiva	14	2.274,00	-	-	14	2.274,00
Improdutiva	24	3.983,60	1	268,60	25	4.252,20
Cadastro Inibido	-	-	-	-	-	-
PEQUENA PROPRIEDADE						
Produtiva	15	647,60	-	-	15	647,60
Improdutiva	20	808,40	-	-	20	808,40
Cadastro Inibido	16	517,60	3	88,30	19	605,90
MINIFÚNDIO						
MINIFÚNDIO	39	428,40	7	20,30	46	448,70
NÃO CLASSIFICADA						
NÃO CLASSIFICADA	-	-	-	-	-	-
Artigo 7º Lei 8629/93	-	-	-	-	-	-
TOTAL	155	35.405,10	14	4.057,20	169	39.462,30

FONTE: DADOS DA DIVISÃO DE ORDENAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA - INCRA – 2005

Confrontando os dados de estabelecimentos rurais do IBGE, num total de 104, com os imóveis rurais declarados no INCRA, num total de 169, e o constante da Tabela 14 da EMATER-PR, que totaliza 185 produtores rurais. Referente à comparação de áreas, tem-se uma diferença de 63,72% a mais de área declarada ao INCRA da área censitada pelo IBGE.

Para explicitar o conjunto da estrutura fundiária do Brasil, Região Sul, Paraná e municípios do Vale do Ribeira, através de dados obtidos pelo INCRA e pelo IBGE, a TABELA 39 consolida os dados e destaca as diferenças percentuais entre essas duas instituições, quando comparados os mesmos quesitos.

TABELA – 39 – QUADRO CONSOLIDADO/COMPARATIVO – DADOS DECLARADOS AO INCRA E CENSITADOS PELO IBGE

REGIÃO DE ABRANGÊNCIA	INCRA ⁽¹⁾		IBGE ⁽²⁾		Diferença em (%)	
	Total de CCIR (a)	Total de Área - ha (b)	Total de Estab. (c)	Total de Área - ha (b)	(a) / (c)	(b) / (d)
Brasil *	4.931.607	623.410.705	4.859.865	353.611.246	1,42	76,29
Região Sul **	1.424.714	49.403.764	1.003.180	44.360.364	42,02	11,37
Paraná ***	493.833	18.536.663	369.875	15.946.632	33,51	16,24
Adrianópolis	876	201.871	484	44.510	80,99	353,54
Bocaiúva do Sul	1.658	121.440	969	45.435	71,11	167,28
Cerro Azul	1.851	193.589	2.525	65.765	(26,69)	194,36
Doutor Ulysses	298	45.311	1.041	44.085	(71,37)	2,8
Itaperuçu	213	35.621	574	14.406	(62,89)	147,27
Rio Branco do Sul	1.561	63.037	735	19.922	112,38	216,42
Tunas do Parana	169	39.462	104	24.094	62,50	63,78

⁽¹⁾ FONTE: Dados da Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária do INCRA – 2005

⁽²⁾ FONTE: IBGE, Censo Agropecuário – 1995

* ÁREA TERRITORIAL: 851.487.660ha (IBGE)

** ÁREA TERRITORIAL: 57.640.956ha (IBGE)

*** ÁREA TERRITORIAL: 19.931.485ha (IBGE)

A TABELA 40 também é um quadro comparativo que ressaltava os dados sobre imóveis rurais, traçando uma correlação entre as propriedades cadastradas no INCRA, os estabelecimentos censitados pelo IBGE e os produtores rurais, nas suas diversas categorias, conforme demonstradas na TABELA 14, onde se evidencia significativas diferenças de dados.

Notadamente, o total de produtores compilados pela EMATER-PR é de 62% maior do que o total de estabelecimentos do IBGE.

TABELA – 40 – QUADRO COMPARATIVO – CERTIFICADOS/INCRA, ESTABELECIMENTOS/IBGE E PRODUTORES/EMATER-PR

MUNICÍPIO	INCRA ⁽¹⁾	IBGE ⁽²⁾	EMATER ⁽³⁾
ADRIANÓPOLIS	876	484	1.130
BOCAIUVA DO SUL	1.658	969	1.160
CERRO AZUL	1.851	2.525	3.260
DOUTOR ULYSSES	298	1.041	1.500
ITAPERUÇU	213	574	1495
RIO BRANCO DO SUL	1.561	735	1.689
TUNAS DO PARANÁ	169	104	185
TOTAL	6.626	6.432	10.419

⁽¹⁾ FONTE: Dados da Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária do INCRA – 2005

⁽²⁾ FONTE: IBGE, Censo Agropecuário – 1995

⁽³⁾ FONTE: PERFIL DA REALIDADE MUNICIPAL - EMATER - 2006

4.5. METODOLOGIA PARA IMPLANTAÇÃO DO CADASTRO TÉCNICO RURAL

Para a confecção deste trabalho utilizou-se cartas planialtimétricas nas escalas de 1: 100.000, 1: 50.000 e 1: 25.000 e com equidistância vertical entre as curvas de nível de 40, 20 e 10 metros respectivamente, o DATUM horizontal de Córrego Alegre e SAD69 e o Marégrafo de Imbituba como DATUM vertical. Os equipamentos de apoio a realização deste estudo foram: GPS geodésico de frequência simples e dupla das marcas Trimble e Leica; processador de 3.00 GHz, 1 GB de memória ram e HD de 80 GB.

Os softwares utilizados foram: AutoCad versão 2000, o de Posição e o de processamento fornecido pela empresa fabricante dos equipamentos GPS.

A utilização de moderna tecnologia de informática, em mapeamentos gráficos digitais e a utilização do GPS (*Geographic Position Sistem*), possibilitou dotar as peças técnicas confeccionadas da exigida precisão cartográfica, conforme legislação disciplinadora sobre o assunto.

O levantamento ocupacional, visando as informações literais, foi obtido mediante o preenchimento de formulário (Laudo de Vistoria), previamente elaborado e direcionado para o conhecimento da relação fática do proprietário e sua vinculação com a propriedade, através de entrevista realizada por técnico das instituições parceiras (BALATA, 1982, p.17).

Consentaneamente ao consignado nos objetivos geral e específicos, as instituições parceiras atuaram em conformidade com as suas áreas de ação.

Nesse sentido, o INCRA desempenha a função compiladora dos dados e informações, armazenando-os em um sistema com tecnologia compatível com a

magnitude do volume obtido; assim como, tem a incumbência de atuar, em conjunto com o ITCG e os Cartórios dos Registros de Imóveis, propugnando a articulação de mecanismos de troca de informações, a fim de unificar os dados constantes nas peças técnicas com os dados dos registros imobiliários.

Os trabalhos foram subsidiados em informações e levantamentos topográficos, cartográficos e os dados do proprietário e da propriedade, com o envolvimento de instituições que atuam nos serviços de campo e na confecção de peças técnicas (planta e memorial descritivo).

Os dados e informações foram compilados e armazenados nas dependências da matriz do Instituto responsável pelo desenvolvimento das atividades, direcionadas ao conhecimento da estrutura fundiária da região objeto de atuação.

O envolvimento da população rural, para a obtenção dos dados, se deu após reuniões esclarecedoras com as lideranças políticas, religiosas, comunitárias e com as próprias comunidades - objetos do levantamento.

A utilização de moderna tecnologia de informática, em mapeamentos gráficos digitais e a utilização do GPS (*Geographic Position Sistem*), possibilitou dotar as peças técnicas confeccionadas da exigida precisão cartográfica, conforme legislação disciplinadora sobre o assunto.

O levantamento ocupacional, visando as informações literais, foi obtido mediante o preenchimento de formulário (Laudo de Vistoria), previamente elaborado e direcionado para o conhecimento da relação fática do proprietário e sua vinculação com a propriedade, através de entrevista realizada por técnico das instituições parceiras.

Consentaneamente ao consignado nos objetivos geral e específicos, as instituições parceiras atuaram em conformidade com as suas áreas de ação.

Nesse sentido, o INCRA desempenhou a função compiladora dos dados e informações, armazenando-os em um sistema com tecnologia compatível com a magnitude do volume obtido; assim como, teve a incumbência de atuar, em conjunto com o ITCG e os Cartórios dos Registros de Imóveis, propugnando a articulação de mecanismos de troca de informações, a fim de unificar os dados constantes nas peças técnicas com os dados dos registros imobiliários.

4.6 PROPOSTA DE CADASTRO TÉCNICO RURAL PARA OS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO VALE DO RIBEIRA

A execução do projeto de Cadastro Técnico dos Municípios que compõe o Vale do Ribeira ficará sob a responsabilidade do ITCG (Instituto de Terras, Cartografia e Geociências) órgão oficial de Cartografia do Estado do Paraná tanto na parte Técnica como na parte financeira do projeto.

Levando-se em consideração que esta é uma proposta de curto prazo, isto é, para a sua conclusão o tempo gasto será de 2 anos, envolvendo 1 (um) Técnico de nível superior; 6 (seis) equipes de levantamento e 6 (seis) cadastradores.

Estima-se em 7.000 (sete mil) propriedades rurais de acordo com dados do CENSO do IBGE/INCRA e a produtividade é de 3.500 (três mil e quinhentas) propriedades georeferenciadas por ano, que somente será executada mediante a emissão da respectiva anotação de responsabilidade técnica – ART, visando atender o estabelecido na Lei Federal nº 10267/01 e o Decreto Federal nº 4449/02.

A área de abrangência deste projeto compõe 07 (sete) municípios pertencentes a região do Vale do Ribeira: Adrianópolis, Doutor Ulysses, Tunas, Cerro Azul, Rio Branco do Sul, Itaperuçu e Bocaiúva do Sul totalizando 6.134,2 km² com aproximadamente 7000 propriedades rurais.

Os investimentos iniciais apresentam um impacto maior, tendo em vista a aquisição de equipamentos e veículos necessários a implantação do projeto. Os recursos humanos estão alocados no corpo técnico do ITCG.

Para a execução das atividades previstas nesta proposta, dar-se-á o valor total de R\$ 6.308.000,00 (seis milhões, trezentos e oito mil reais) provenientes dos recursos próprios do ITCG.

A composição do valor da proposta é o produto do custo da propriedade medida e vistoriada pelo número total de propriedades, conforme composição de custos para trabalho de campo de topografia e cadastro (ANEXO XI), somado ao custo da aquisição de equipamentos e veículos, conforme Tabela 41 abaixo:

TABELA – 41 - PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS

ITEM	UNIDADE	QUANTIDADE	CUSTO (R\$)
Receptor GPS	par	6	600.000,00
Notebook	unidade	6	12.000,00
Micro PC	unidade	2	5.000,00
Impressora	unidade	2	2.000,00
Palm Top	unidade	6	9.000,00
SUBTOTAL			628.000,00
Automóveis	unidade	7	210.000,00
Utilitários	unidade	6	420.000,00
SUBTOTAL			630.000,00
TOTAL GERAL			1.258.000,00

A composição do valor da proposta é o produto do custo da propriedade medida e vistoriada, multiplicado pelo número total de propriedades, que leva em consideração, os trabalhos de campo, topografia e cadastramento da propriedade; sendo que o custo desses trabalhos, perfaz um total de R\$ 740,00 (setecentos e quarenta reais) por propriedade medida e vistoriada. Alcançando um valor total para medição e cadastramento das 3.500 propriedades: R\$ 2.590.000,00 (dois milhões quinhentos e noventa mil reais).

Assim, para a execução das atividades previstas no primeiro ano do projeto, a somatória total de valores corresponde aos R\$ 1.258.000,00 (um milhão duzentos e cinquenta e oito mil reais) para aquisição de equipamentos (Tabela 39), mais o valor de R\$ R\$ 2.590.000,00 (dois milhões quinhentos e noventa mil reais), referente as

3.500 propriedades, totalizando R\$ 3.848.000,00 (três milhões oitocentos e quarenta e oito mil reais).

Para a execução das atividades previstas no segundo ano do projeto, dar-se-á o valor global de R\$ 2.590.000,00 (dois milhões e quinhentos e noventa mil reais), correspondente aos custos de medição e vistoria das 3.500 propriedades restantes.

4.7. IMPLANTAÇÃO DO CADASTRO TÉCNICO RURAL NO VALE DO RIBEIRA

O cadastro técnico rural se dará justamente entre os levantamentos das informações cartográficas e os dados do proprietário e da propriedade, envolvendo as equipes que irão atuar diretamente na execução dos serviços de campo e na confecção das peças técnicas (planta, cálculo da área do imóvel e memorial descritivo da propriedade) e o armazenamento dos dados e informações efetuadas no escritório.

O envolvimento da população rural para a obtenção dos dados do proprietário e propriedade será realizado após reuniões esclarecedoras na apresentação do projeto com as lideranças políticas, religiosas e comunitárias e com as próprias comunidades objeto do levantamento.

A Lei de Georreferenciamento de Imóveis Rurais, Lei federal nº 10.267 de 21 de agosto de 2001, sem dúvida, deu um novo impulso à área de levantamentos de campo.

A identificação e o reconhecimento dos limites do imóvel rural é uma tarefa que precede necessariamente a etapa de medição. Destina-se a assegurar que o profissional não cometerá erros no caminho a ser percorrido.

O processo de identificação dos limites do imóvel rural deverá ser iniciado por uma coleta e rigorosa avaliação da sua documentação, especialmente a descrição imobiliária do Registro de Imóveis e a documentação técnica existente no INCRA, sobretudo eventuais coordenadas já determinadas e certificadas por essa Autarquia, em atendimento à Lei nº 10.267/01. Essa avaliação deve se estender à todos os imóveis vizinhos.

Vértices comuns a dois ou mais imóveis rurais devem manter, ao final dos serviços, as suas respectivas localizações descritas pelo mesmo par de coordenadas.

A entrevista com o proprietário para coleta de dados deve ser feita antes da identificação das divisas do imóvel, por ser oportuno para a análise da documentação imobiliária existente, a qual poderá contribuir para o esclarecimento de dúvidas durante a medição, bem como esclarecer, detalhes do trabalho ou prestar informações necessárias com o objetivo de conquistar a confiança e a cooperação do proprietário, conforme Laudo de Vistoria (ANEXO XII) .

Pela necessidade de qualificação de cada um dos proprietários de um imóvel, face às exigências jurídicas para a retificação do registro imobiliário a cada lote cadastrado, corresponderão tantos laudos cadastrais quantos forem seus proprietários, por exemplo, um lote que pertença a 06 herdeiros (ainda não inventariado) deverá ter 06 laudos de cadastro, sendo preenchido um dos formulários com todas as informações técnicas e os demais apenas com a qualificação de cada proprietário.

A execução dos serviços de identificação deverá ser sempre acompanhada pelos proprietários confinantes ou seus representantes legais, devidamente identificados para que não paire qualquer dúvida quanto aos limites comuns levantados.

Ao final dos serviços de identificação, o proprietário do imóvel, objeto da medição, deverá obter de cada confrontante uma declaração de que não há discordância quanto aos respectivos limites comuns percorridos pelo cadastrador encarregado do serviço de georreferenciamento. Esta declaração, sempre que

possível, deverá ser de natureza pública e registrada em Cartório de Títulos e Documentos da mesma Comarca.

Na impossibilidade deste atendimento, a declaração poderá ser um documento particular contendo a identificação do declarante, com firma reconhecida. Depois de identificada, a divisa é materializada artificialmente através de marcos de concreto antes do processo de medição.

As divisas já monumentalizadas através de palanques, mourões ou com pedras, poderão ser aproveitadas desde que, devidamente identificadas.

A técnica de levantamento (medição dos pontos de divisa) deve ser observada como ferramenta facilitadora para atingir a precisão necessária e a mais adequada ao levantamento. No entanto, é uma escolha essencialmente do técnico, na qual, o encarregado pelo planejamento e execução deve considerar as variáveis como eficiência e economia.

As divisas localizadas, entre outras, em serras inacessíveis, encostas de morros, áreas com cobertura vegetal protegidas por lei e área alagadiças, poderão ter suas coordenadas determinadas a partir de cartas topográficas produzidas ou contratadas por órgãos públicos.

O Sistema Cartográfico Nacional adota, para a Cartografia Sistemática Terrestre Básica, nas escalas de 1:250.000 até a de 1: 25.000, a projeção Universal Transversa de Mercator – UTM. As cartas com escalas superiores (1: 10.000, 1: 5.000, 1: 2.000, etc.) nas quais incluem-se as cartas cadastrais, não possuem regulamentação sistemática no Brasil. Apesar dessa ausência de sistematização, a maioria dos órgãos públicos e privados adota, para a execução do cálculo de coordenadas distância, área e azimute, o plano de projeção UTM (ANEXO XIII).

O Referencial Planimétrico (datum horizontal), em vigor no país, corresponde ao Sistema Geodésico Sul-americano – South American Datum 1969 (SAD 69).

As altitudes fundamentais são referenciadas ao zero do marégrafo de Imbituba, SC; o referencial altimétrico coincide com o nível médio dos mares no Porto Henrique Laje, na Baía de Imbituba, SC (datum vertical).

Dessa forma, todo cálculo, visando atender a medição, demarcação e georreferenciamento de imóveis rurais, deverá ser realizado no plano de projeção UTM (ANEXO XIV).

Toda infra-estrutura geodésica, indispensável aos trabalhos de georreferenciamento, deverá ser obtida de dados fundamentais do Sistema Geodésico Brasileiro, oriundo exclusivamente de rede geodésica estadual estabelecida a partir do rastreamento de sinais de satélites de posicionamento e homologada pelo IBGE.

A inexistência de infra-estrutura geodésica na Região do trabalho, implicará na determinação de coordenadas de uma base, preferencialmente, por rastreamento de sinais de satélite do GPS com as convenientes técnicas de processamento e redução.

Com o advento da Lei 10.267/01, o levantamento do perímetro do imóvel rural adquire uma importância fundamental. As coordenadas dos seus vértices devem ser determinadas atendendo a precisão posicional com tolerância máxima de 0,50m, conforme estabelecido pela Portaria INCRA/P/nº 954/01, bem como o capítulo 1, item 1.2, Tabela 1 – P3, desta norma.

O método de levantamento adotado por GPS - 4 deverá prever a propagação de erros desde o ponto de referência do SGB, a fim de se obter o valor da precisão das coordenadas dos vértices determinados.

No levantamento por GPS a precisão posicional é verificada pelo resultado do ajustamento vetorial (Método dos Mínimos Quadrados) que pode ser proporcionado pelo respectivo módulo de ajustamento dos próprios programas de processamento de dados ou por programas específicos para este fim.

A avaliação o georreferenciamento deverá ser rigorosa para minimizar o potencial de prejuízos diversos, bem como a degradação do sistema cadastral comprometendo a individuação dos imóveis.

As coordenadas dos pontos já levantados mediante análise, amostragem e aprovação das determinações e ele submetidas, terá o efeito de produzir direitos legais, quando do registro do imóvel georreferenciado. Constituem, portanto, pontos de referência para novos levantamentos.

Os vértices comuns a dois ou mais imóveis, cujas coordenadas já foram certificadas vão permitir que se possa obter não apenas a precisão atingida nas observações, mas também no erro cometido na sua determinação.

Portanto, a avaliação será realizada através da análise dos parâmetros estatísticos dos ajustamentos das coordenadas, obtidas em todos os vértices do imóvel e demais procedimentos desta Norma.

O órgão executor deverá, obrigatoriamente, levantar todos os vértices do imóvel rural, incluindo aqueles vértices comuns aos imóveis contíguos cujas coordenadas já foram levantadas e certificadas.

Após a execução dos cálculos para a determinação do valor mais provável das coordenadas será feita a avaliação do mesmo a partir de duas análises:

- a) a verificação da precisão atingida nas coordenadas de cada vértice do imóvel, deverá ser sempre melhor que 0,50m;
- b) a verificação do erro cometido na determinação das coordenadas dos vértices comuns aos imóveis contíguos cujas coordenadas já tenham sido certificadas. Essas coordenadas quando comparadas com aquelas já certificadas não deverá apresentar discrepância superior a 0,50m.

O rigor técnico exigido na caracterização topográfica do imóvel rural e suas feições através de planta e memorial descritivo visam permitir, de forma inequívoca, que se obtenha, a partir de sua leitura, a forma, dimensão e exata localização do imóvel rural.

A planta objetiva proporcionar uma visão detalhada do imóvel rural, através de seus limites, forma e confrontações e se destina juntamente com o memorial descritivo, possibilitar as decorrentes alterações no Registro Imobiliário no Sistema Nacional de Cadastro e no Cadastro Nacional de Imóveis Rurais.

A escala da planta individual será compatível e adequada ao formato da folha padrão e deverá descrever os elementos técnicos como azimuth e distâncias entre todos os vértices do perímetro do imóvel e estes identificados com as respectivas coordenadas em UTM e o memorial descritivo irá discorrer sobre o perímetro do imóvel, suas confrontações e sua área, de acordo com os dados técnicos determinados em campo.

A apresentação gráfica da planta individual (ANEXO XV) obedece as seguintes especificações:

- formato A-4 recomendado pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT);
- azimutes dos lados, em graus, minutos e segundo-arco;
- comprimento dos lados e perímetro expressos em metros com duas casas decimais;
- área expressa ao antiare;
- representação de acidentes planimétricos julgados importantes;
- meridiano central (MC) e datum;
- coordenadas plano-retangulares (UTM) de todos os vértices do imóvel rural;
- deverá ser destacada, em detalhe, a área de preservação permanente, se existir e, área de reserva legal, se averbada;
- indicação do norte da quadrícula, norte geográfico ou verdadeiro e convergência meridiana;
- indicação de todos os confrontantes, nomes de fazendas, estradas e rios, nome do proprietário;
- número da matrícula atribuído pelo cartório do registro de imóveis;
- município e estado;
- data do levantamento;
- assinatura do responsável técnico; e
- o fator de escala.

As convenções da representação gráfica dos imóveis devem seguir aquelas já estabelecidas pela ABNT.

Além da versão impressa, a representação gráfica do imóvel rural deve ser produzida também em meio digital. Os arquivos magnéticos poderão ser elaborados nos seguintes formatos: DGN, QWG ou DXF.

As feições devem ser produzidas em níveis distintos.

O cabeçalho que precede a descrição do perímetro deve incluir os seguintes atributos: imóvel; proprietário, município; Comarca; área em hectare; perímetro em metros e Unidade Federativa.

A transcrição dos dados relativos ao perímetro, confrontações e área será em escrita corrente, sem rasuras, preenchidos os espaços em branco da descrição, guardando absoluta identidade com aqueles lançados na planta do imóvel.

O desenvolvimento da descrição do perímetro, confrontações, será no sentido direto (sentido horário), a partir do ponto situado na posição mais ao norte da área descrita, indicando as coordenadas UTM referenciadas ao meridiano central (MC) da região, tendo como referencial planimétrico o Datum SAD 69, além da identificação do vértice do SGB mais próximo, adotado como referência e suas respectivas coordenadas.

Os lados do perímetro e suas confrontações são caracterizados pelos seus comprimentos reduzidos ao plano UTM e seus respectivos azimutes planos.

As confrontações devem ser descritas conforme o desenvolvimento da descrição do perímetro do imóvel não sendo necessário repetir os confrontantes comuns a cada lado do desenvolvimento.

A descrição deverá conter os azimutes requeridos das respectivas distâncias e as coordenadas nos sistema UTM, de todos os vértices, reparando cada lado descrito por ponto e vírgula (ANEXO XVI).

Os córregos e rios serão descritos na forma de pequenos segmentos de reta, com azimutes distâncias e respectivas coordenadas dos pontos extremos de cada segmento, de forma que o seu desenvolvimento fique perfeitamente caracterizado. Será indicado se o imóvel se desenvolve pela margem direita ou esquerda do curso d'água e se a jusante ou a montante.

Confrontando com as estradas federais, estaduais ou municipais, a descrição do perímetro se desenvolve pelo respectivo limite da faixa de domínio da estrada.

5. CONCLUSÃO

Ao longo de toda nossa história, as atividades direcionadas para a medição e demarcação de áreas de terra, realizada de maneira tecnicamente correta, na prática, sempre foi um grande complicador; quer seja, pelo reduzido número de técnicos especializados no assunto, quer seja pelas dificuldades impostas pelas próprias barreiras naturais.

Sem embargo, desde os primórdios, como Colônia até, os dias atuais, uma gama de dispositivos legais foi decretada, exigindo o cumprimento da apresentação de peças técnicas comprobatórias do quantitativo de área, concedida ou adquirida. Entretanto, o cumprimento dessas leis, sempre foi muito pouco aplicado, bem como, muito pouco fiscalizado.

Ao longo dos séculos, o acúmulo desse descaso com a medição e demarcação de terra, estabelece uma complexa situação; cujo deslinde requer, a determinante atuação do Poder Público, avocando a problemática fundiária e, aquilatá-la com o grau de relevância que esta tem.

De importância basilar, a adoção de aparelhamento técnico, como o Cadastro Técnico Rural, que proporciona o conhecimento definitivo de como estão distribuídas as terras que compõem o Vale do Ribeira, é muito importante à medida que fornece condição para implantação de políticas públicas, direcionadas no sentido de fixar o homem à terra, promover a cidadania com inclusão social e, fundamentalmente, corrigir distorções praticando, por exemplo, o reordenamento territorial.

O Cadastro Técnico Rural, pelo fato de ser um instrumento de base utilizável, por todo e qualquer órgão da esfera pública em nível federal, estadual e municipal,

faz com que os custos necessários para, consecução de uma metodologia direcionada à sua instrumentação, a elaboração de uma lista de tarefas para executá-lo e a criação de uma organização administrativa para conservá-lo e mantê-lo sempre atualizado com o aporte constante de informações; possa ser repartido nos citados níveis da administração pública.

Fato de capital importância, diz respeito à contribuição do cadastro técnico rural no desenvolvimento das atividades cingidas com a regularização fundiária e reforma agrária. A primeira, refere-se a perspectiva de criar celeridade nos atuais duradouros trabalhos das arcaicas e inoperantes ações discriminatórias. A segunda, facilita o critério de avaliação dos imóveis expropriados e destinados ao assentamento de famílias.

Acrescente-se, ainda que ao desdobrar-se a estrutura fundiária o surgimento de uma base consolidada geométrica para o conhecimento real das áreas dos imóveis intervindo diretamente aonde este pré-requisito é fundamental para o recebimento de recursos, como exemplo o fundo de participação do município e ao mesmo tempo concluir com exatidão a criação de novos municípios, evitando aberrações até hoje cometidas em seus limites.

Apesar de estar legalmente amparada na constituição estadual a implantação do cadastro técnico rural em todo estado do Paraná, é fundamental que exista uma determinação política para que uma ferramenta como o cadastro técnico seja um instrumento auxiliar de grande valia para um planejamento de governo.

O cadastro técnico rural abre uma temática que envolve uma gama de desdobramentos que acreditamos não se esgotar com este trabalho.

6. REFERÊNCIAS

ABREU, João Capistrano de. **Capítulos de história colonial: 1500-1800**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976. p.77.

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA MESORREGIÃO VALE DO RIBEIRA. **Guaraqueçaba: impasses e desafios da mesorregião Vale do Ribeira/Guaraqueçaba**. Curitiba: [s.n.], 2002. p. 46, 73.

ARAÚJO JUNIOR, V. G. Vale do Ribeira: carências e oportunidades. **IPARDES: análise conjuntural**. Curitiba, v.20, n. 3-4, mar./abr. 1998. p. 20.

BALATA, K. S. O cadastro técnico rural, metodologia e objetivos. ITC, Curitiba, 1982, 42 p.

BALATA, K. S. Planejamento rural, cadastros e descentralização da reforma agrária. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO, 3, 1998, Florianópolis. **Anais**. Florianópolis: UFSC, 1998. p. 8, 28.

BALATA, K. S. Planejamento rural, cadastros e descentralização de reforma agrária. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO. **Anais**. Florianópolis, 2006. CD-ROM

BRASIL. Ministério das Minas Energias. **Bacia do Rio Ribeira do Iguape: caracterização dos usos e disponibilidades hídricas**. Brasília: Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, 1984. p. 54-56.

BUENO, E. **Capitães do Brasil, a saga dos primeiros colonizadores**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1999. p. 36.

BUENO, E. **Náufragos, traficantes e degredados: as primeiras expedições do Brasil – 1500 a 1530**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1998. p. 37.

CARNEIRO, A. F. T. **Uma proposta de reforma cadastral visando a vinculação entre cadastro e registro de imóveis**. Tese de Doutorado em Engenharia da Produção. Florianópolis: UFSC, 2000. 170 p.

COSTA, D. G. Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR: uma proposta para o cadastro técnico multifinalitário rural único. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO. **Anais**. Florianópolis, 2006. CD-ROM

D'ASSUNÇÃO, C. E. O Cadastro Técnico de Imóveis Rurais: instrumento básico para execução da reforma agrária. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE CADASTRO TÉCNICO RURAL E URBANO. **Anais**. Curitiba, 1987. p. 78-90.

FERREIRA, J. C. V. **Municípios paranaenses: origens e significados de seus nomes**. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 2006. 342p. (Cadernos do Paraná da gente, 5).

FONTE, J. R. **Limitações e possibilidades para o desenvolvimento do Vale do Ribeira**. 01 vol. Tese (Doutorado em Agronomia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3.ed. – SP. Atlas, 1991, p.51

GIL, A.C. **Metodologia do ensino superior**. 3.ed – SP. Atlas, 1997, 118 p.

GOMES, E. et all. **Medindo imóveis rurais com o GPS**. Brasília: LK, 2001. 87 p.

GOVERNO DO PARANÁ. **Portal de serviços e informações do Governo do Paraná**. Legislação estadual. Disponível em: <http://www.pr.gov.br/casacivil/legislacao.shtml> Acesso em: 22h30min, 05 jun. 2007.

GRAZIANO NETO, F. Recolocando a questão agrária. In: STÉDILE, J. P. **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/ UFRGS, 1994, p.251.

HOLANDA, S. B. **História geral da civilização brasileira**. São Paulo: USP: Difusão Européia do Livro, 1960.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE . **Censo Agropecuário**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/default.sh> Acesso em: 19h45min, 02 maio 2007.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA. **Estrutura fundiária do Brasil**. Brasília, 2005. CD-ROM

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA. **Norma técnica para georreferenciamento de imóveis rurais**. Brasília, 2003.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES. **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal IDH-M - 2000**. Anotações sobre o desenvolvimento do Paraná. [S.I.]. 2000. p.27.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES. **Leituras regionais – mesorregião geográfica metropolitana de Curitiba**. Curitiba: IPARDES, 2003. 219 p.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES. **Perfil dos municípios**. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/> Acesso em: 20h32min, 13 jun. 2007.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES. **Vale do Ribeira: preferências da dinâmica regional.** Curitiba, 2003. p. 2 - 18.

INSTITUTO DE TERRAS, CARTOGRAFIA E FLORESTA - ITCF. **Terras devolutas: processo discriminatório, doutrina, legislação.** Curitiba, [1990], 124 p.

INSTITUTO DE TERRAS, CARTOGRAFIA E FLORESTA - ITCF. **Cadastro de imóveis rurais.** Disponível em: <http://www.itcg.pr.gov.br/>. Acesso em: 10h32min, 10 maio 2007.

LAKATOS, E.V. **Metodologia do Trabalho Científico.** 4.ed. – SP Atlas, 1992, p.43

LIMA, R. C. **Pequena história territorial do Brasil: sesmarias e terras devolutas.** 2. ed. Porto Alegre: Livraria Sulina, 1954. 63p.

LOCH, C. **Cadastro técnico rural multifinalitário com base à organização espacial do uso da terra a nível de propriedade rural.** Tese de Professor Titular. Edital 502/DP/92. Florianópolis: UFSC, 1993. p. 9, 14.

LOCH, C. **Cadastro técnico multifinalitário rural e urbano.** Florianópolis: Ed. da UFSC, 1998. p. 28, 46.

LOCH, C. et. All. Mapeamento rural como instrumento para otimização do uso da terra. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO. **Anais.** Florianópolis, v.1, 1990.

LOCH, C. **Mapeamento global integrado de propriedades rurais a nível municipal utilizando técnicas de sensoriamento remoto.** Florianópolis: Ed. da UFSC, 1990. 136p.

MOTIN, B. M. L. **Estrutura fundiária do Paraná tradicional : Castro, 1850-1900.** Curitiba: UFPR, 1987. Dissertação de Mestrado.

NADALIN, S. O. **Paraná: ocupação do território, população e migrações.** Curitiba: UFPR, 2002. 123 p.

PORTO, J. C. **O sistema sesmarial no Brasil.** Brasília: Universidade de Brasília, 1987. 124 p.

PRESCOTT, B. **Avaliação de resultados do cadastro técnico rural.** Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 1988. p. 2- 4, 7.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Legislação.** Leis e Decretos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil03/leis/decretos>. Acesso em: 19h45min, 3 Mai. 2007.

RITTER, M. L. **As sesmarias do Paraná no século XVIII.** Curitiba: Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. 1980. 223 p.

ROGIS, J. B. **Evolução da estrutura fundiária rural: o caso da região sul do Brasil e do sul da Mesopotâmia Argentina.** Disponível em: <http://www.geodesia.ufsc.br/geodesia-online/arquivo/1999/RR>>. Acesso em: 22h15min, 07 maio 2007.

SANTOS, C. R. A. **História da alimentação do Paraná.** Curitiba: Fundação Cultural, 1995. p. 21.

SILVA, J. G. **Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira.** 2.ed. São Paulo: HUCITEC, 1980. 249 p.

SILVA, J. G. **A questão agrária.** São Paulo: Brasiliense, 1981

STÉDILE, J. P. **A questão agrária hoje.** Porto Alegre: Ed. da Universidade/ UFRGS, 1994. p. 23

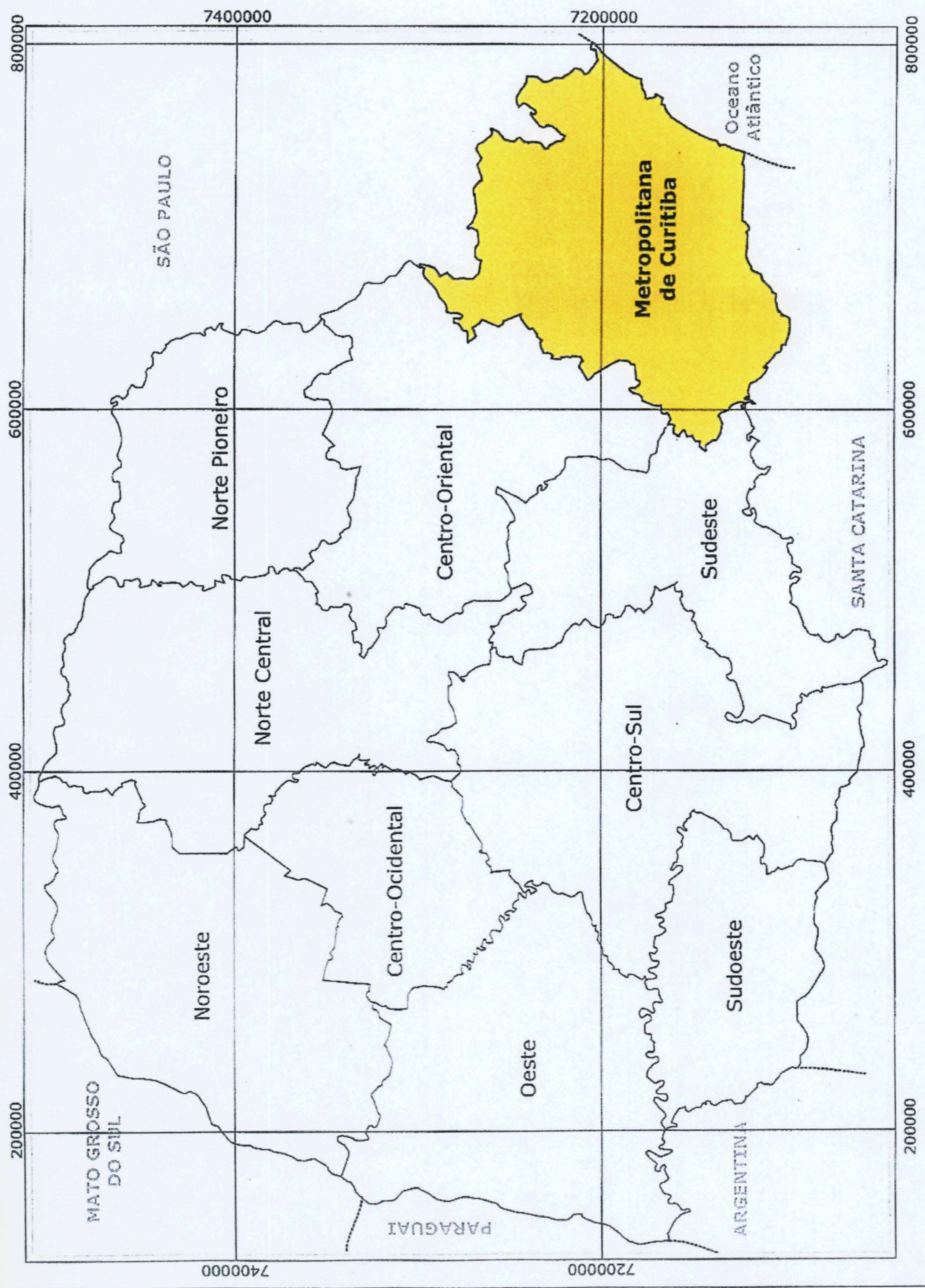
WACHOWICZ, R. C. **História do Paraná.** Curitiba: Ed. dos Professores, 1968. p. 32.

7. ANEXOS

7.1. ANEXO – I – LOCALIZAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

LOCALIZAÇÃO DA
MESORREGIÃO
METROPOLITANA
DE CURITIBA

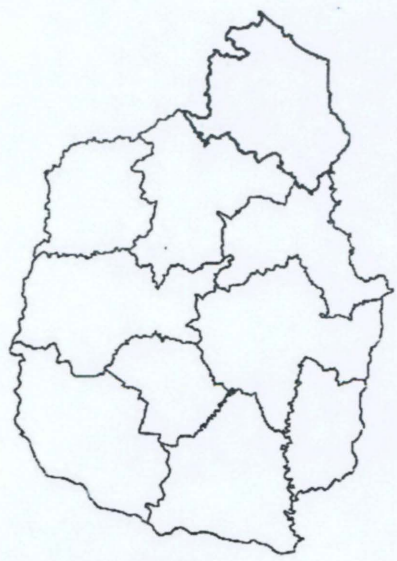
FONTE: SEMA (2002)



**7.2. ANEXO – II – MESOREGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA –
DIVISÃO POLÍTICO ADMINISTRATIVA**

Mesotectico Metropolitana de Curitiba

DIVISÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA



FEA - CEN - CUBA

7.3. ANEXO – III – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL - IDH-M

ESTADO DO PARANÁ

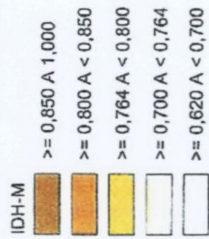
MAPA 3

MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO

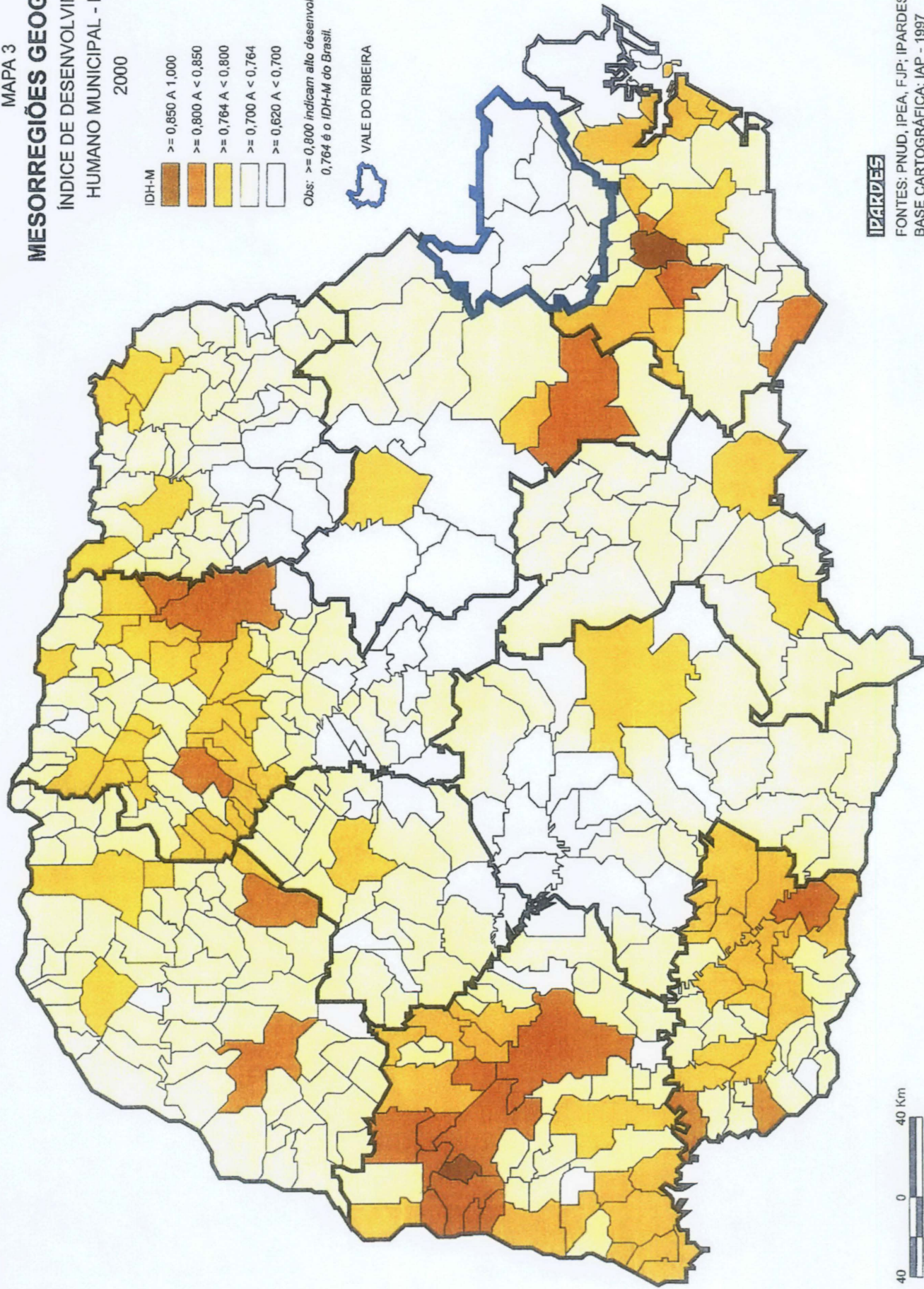
HUMANO MUNICIPAL - IDH-M

2000



Obs: >= 0,800 indicam alto desenvolvimento,
0,764 é o IDH-M do Brasil.

VALE DO RIBEIRA



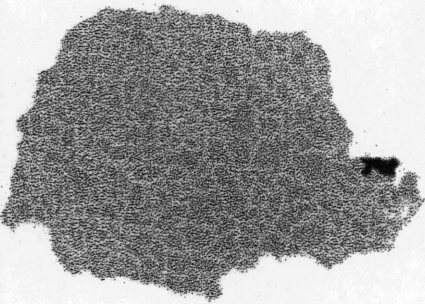
IPARDES

FONTES: PNUD, IPEA, FJP; IPARDES - Tabulações Especiais
BASE CARTOGRÁFICA: IAP - 1997

... e a agricultura

7.4. ANEXO – IV – PERFIL MUNICIPAL DE ADRIANÓPOLIS

TERRITÓRIO			
INFORMAÇÃO	FONTE	DATA	
Altitude	IBGE	2007	154 metros
Desmembrado	IPARDES	2007	Bocaiúva do Sul
Instalação	IPARDES	2007	15/11/1961
Área Terrestre	SEMA	2007	1.341,334 km ²
Distância à Capital	SETR	2007	134,90 km

**ÁREA POLÍTICO-ADMINISTRATIVA**

INFORMAÇÃO	FONTE	DATA	ESTATÍSTICA	
Número de Eleitores	TSE	2006	4.774	pessoas
Prefeito(a)	TRE	2007	Osmar Maia	

ÁREA SOCIAL

INFORMAÇÃO	FONTE	DATA	ESTATÍSTICA	
População Censitária - Total	IBGE	2000	7.007	habitantes
População Estimada - Total	IBGE	2006	5.582	habitantes
Pessoas em Situação de Pobreza	IBGE/IPARDES	2000	3.713	
Famílias em Situação de Pobreza	IBGE/IPARDES	2000	863	
População Economicamente Ativa	IBGE	2000	2.507	pessoas
População Ocupada	IBGE	2000	1.958	pessoas
Número de Domicílios - Total	IBGE	2000	2.555	
Matrículas na Pré-escola	MEC/INEP	2005	122	alunos
Matrículas no Ensino Fundamental	MEC/INEP	2005	1.311	alunos
Matrículas no Ensino Médio	MEC/INEP	2005	362	alunos
Matrículas no Ensino Superior	MEC/INEP	2003	-	alunos

ECONOMIA

INFORMAÇÃO	FONTE	DATA	ESTATÍSTICA	
Número de Estabelecimentos - RAIS	MTE	2005	46	
Número de Empregos - RAIS	MTE	2005	549	

Produção de Milho	IBGE	2005	8.710	toneladas
Produção de Feijão	IBGE	2005	1.890	toneladas
Produção de Mandioca	IBGE	2005	12.864	toneladas
Bovinos	IBGE	2005	19.887	cabeças
Eqüinos	IBGE	2005	871	cabeças
Galinhas	IBGE	2005	42.210	cabeças
Ovinos	IBGE	2005	131	cabeças
Suínos	IBGE	2005	3.228	cabeças
Valor Adicionado - Produção Primária	SEFA	2005	5.388.194	R\$ 1,00 (P)
Valor Adicionado - Indústria	SEFA	2005	1.027.921	R\$ 1,00 (P)
Valor Adicionado - Comércio/Serviços	SEFA	2005	2.535.658	R\$ 1,00 (P)
Valor Adicionado - Recursos/Autos	SEFA	2005	2.297.678	R\$ 1,00 (P)
Valor Adicionado - Total	SEFA	2005	11.249.451	R\$ 1,00 (P)
Receitas Municipais	Prefeitura	2005	-	R\$ 1,00
Despesas Municipais	Prefeitura	2005	-	R\$ 1,00

INFRA-ESTRUTURA

INFORMAÇÃO	FONTE	DATA	ESTATÍSTICA	
Abastecimento de Água	SANEPAR	2006	979	unid. atend. *
Atendimento de Esgoto	SANEPAR	2006	-	unid. atend. *
Consumo de Energia Elétrica - Total	COPEL	2006	3.398	mwh
Consumidores de Energia Elétrica - Total	COPEL	2006	1.720	

INDICADORES

INFORMAÇÃO	FONTE	DATA	ESTATÍSTICA	
Densidade Demográfica	IPARDES	2006	4,16	hab/km ²
Índice de Desenvolvimento Humano - IDH-M	PNUD/IPEA/FJP	2000	0,683	
PIB <i>Per Capita</i>	IBGE/IPARDES	2004	5.430	R\$ 1,00
Índice de Gini	IBGE	2000	0,590	
Grau de Urbanização	IBGE	2000	23,02	%
Taxa de Crescimento Geométrico	IBGE	2000	-2,69	%
Taxa de Pobreza	IBGE/IPARDES	2000	43,44	%

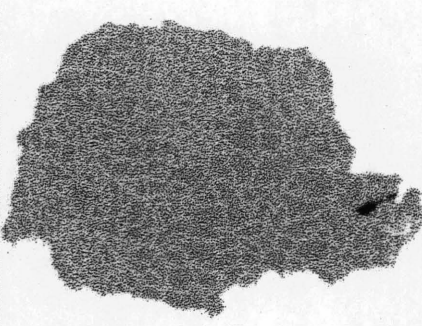
- * Unidades (economias) atendidas é todo imóvel (casa, apartamento, loja, prédio, etc.) ou subdivisão independente do imóvel para efeito de cadastramento e cobrança de tarifa (Adaptado do IBGE, CIDE, SANEPAR).

Pessoas em situação de pobreza é a população calculada em função da renda familiar *per capita* de até 1/2 salário mínimo. Os dados referentes a Situação de Pobreza são provenientes dos microdados do Censo Demográfico (IBGE) e das Tabulações especiais feitas pelo Ipardes.

Convenção Utilizada	
...	Dado não disponível
-	Fenômeno não existe
(P)	Dado preliminar

7.5. ANEXO – V – PERFIL MUNICIPAL DE BOCAIÚVA DO SUL

TERRITÓRIO			
INFORMAÇÃO	FONTE	DATA	
Altitude	IBGE	2007	980 metros
Desmembrado	IPARDES	2007	Colombo
Instalação	IPARDES	2007	12/04/1871
Área Terrestre	SEMA	2007	825,757 km ²
Distância à Capital	SETR	2007	41,60 km



ÁREA POLÍTICO-ADMINISTRATIVA				
INFORMAÇÃO	FONTE	DATA	ESTATÍSTICA	
Número de Eleitores	TSE	2006	6.484	pessoas
Prefeito(a)	TRE	2007	Lindiara Santana Santos	

ÁREA SOCIAL				
INFORMAÇÃO	FONTE	DATA	ESTATÍSTICA	
População Censitária - Total	IBGE	2000	9.050	habitantes
População Estimada - Total	IBGE	2006	9.983	habitantes
Pessoas em Situação de Pobreza	IBGE/IPARDES	2000	3.083	
Famílias em Situação de Pobreza	IBGE/IPARDES	2000	738	
População Economicamente Ativa	IBGE	2000	3.948	pessoas
População Ocupada	IBGE	2000	3.573	pessoas
Número de Domicílios - Total	IBGE	2000	3.265	
Matrículas na Pré-escola	MEC/INEP	2005	172	alunos
Matrículas no Ensino Fundamental	MEC/INEP	2005	1.989	alunos
Matrículas no Ensino Médio	MEC/INEP	2005	360	alunos
Matrículas no Ensino Superior	MEC/INEP	2003	-	alunos

ECONOMIA				
INFORMAÇÃO	FONTE	DATA	ESTATÍSTICA	
Número de Estabelecimentos - RAIS	MTE	2005	158	
Número de Empregos - RAIS	MTE	2005	1.171	

Produção de Milho	IBGE	2005	19.239	toneladas
Produção de Feijão	IBGE	2005	1.621	toneladas
Produção de Tomate	IBGE	2005	1.645	toneladas
Bovinos	IBGE	2005	11.851	cabeças
Eqüinos	IBGE	2005	2.278	cabeças
Galinhas	IBGE	2005	51.334	cabeças
Ovinos	IBGE	2005	4.534	cabeças
Suínos	IBGE	2005	5.732	cabeças
Valor Adicionado - Produção Primária	SEFA	2005	8.386.220	R\$ 1,00 (P)
Valor Adicionado - Indústria	SEFA	2005	54.600.568	R\$ 1,00 (P)
Valor Adicionado - Comércio/Serviços	SEFA	2005	13.744.390	R\$ 1,00 (P)
Valor Adicionado - Recursos/Autos	SEFA	2005	2.159.771	R\$ 1,00 (P)
Valor Adicionado - Total	SEFA	2005	78.890.949	R\$ 1,00 (P)
Receitas Municipais	Prefeitura	2005	8.256.293,51	R\$ 1,00
Despesas Municipais	Prefeitura	2005	7.418.180,73	R\$ 1,00

INFRA-ESTRUTURA

INFORMAÇÃO	FONTE	DATA	ESTATÍSTICA	
Abastecimento de Água	SANEPAR	2006	1.743	unid. atend. *
Atendimento de Esgoto	SANEPAR	2006	-	unid. atend. *
Consumo de Energia Elétrica - Total	COPEL	2006	12.227	mwh
Consumidores de Energia Elétrica - Total	COPEL	2006	3.248	

INDICADORES

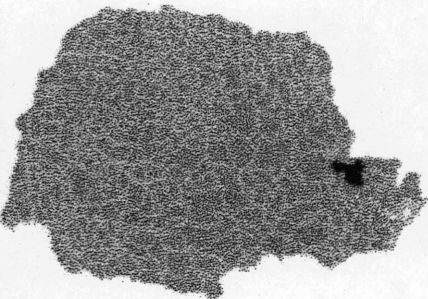
INFORMAÇÃO	FONTE	DATA	ESTATÍSTICA	
Densidade Demográfica	IPARDES	2006	12,09	hab/km ²
Índice de Desenvolvimento Humano - IDH-M	PNUD/IPEA/FJP	2000	0,719	
PIB <i>Per Capita</i>	IBGE/IPARDES	2004	4.839	R\$ 1,00
Índice de Gini	IBGE	2000	0,550	
Grau de Urbanização	IBGE	2000	39,36	%
Taxa de Crescimento Geométrico	IBGE	2000	1,68	%
Taxa de Pobreza	IBGE/IPARDES	2000	29,02	%

- * Unidades (economias) atendidas é todo imóvel (casa, apartamento, loja, prédio, etc.) ou subdivisão independente do imóvel para efeito de cadastramento e cobrança de tarifa (Adaptado do IBGE, CIDE, SANEPAR).

Pessoas em situação de pobreza é a população calculada em função da renda familiar *per capita* de até 1/2 salário mínimo. Os dados referentes a Situação de Pobreza são provenientes dos microdados do Censo Demográfico (IBGE) e das Tabulações especiais feitas pelo Ipardes.

Convenção Utilizada	
...	Dado não disponível
-	Fenômeno não existe
(P)	Dado preliminar

7.6. ANEXO – VI – PERFIL MUNICIPAL DE CERRO AZUL

TERRITÓRIO				
INFORMAÇÃO	FONTE	DATA		
Altitude	IBGE	2007	393 metros	
Desmembrado	IPARDES	2007	Rio Branco do Sul	
Instalação	IPARDES	2007	27/12/1897	
Área Terrestre	SEMA	2007	1.341,323 km ²	
Distância à Capital	SETR	2007	84,56 km	

ÁREA POLÍTICO-ADMINISTRATIVA

INFORMAÇÃO	FONTE	DATA	ESTATÍSTICA	
Número de Eleitores	TSE	2006	10.784	peessoas
Prefeito(a)	TRE	2007	Dalton Luiz de Moura e Costa	

ÁREA SOCIAL

INFORMAÇÃO	FONTE	DATA	ESTATÍSTICA	
População Censitária - Total	IBGE	2000	16.352	habitantes
População Estimada - Total	IBGE	2006	16.559	habitantes
Pessoas em Situação de Pobreza	IBGE/IPARDES	2000	9.633	
Famílias em Situação de Pobreza	IBGE/IPARDES	2000	2.191	
População Economicamente Ativa	IBGE	2000	6.951	peessoas
População Ocupada	IBGE	2000	6.484	peessoas
Número de Domicílios - Total	IBGE	2000	5.500	
Matrículas na Pré-escola	MEC/INEP	2005	208	alunos
Matrículas no Ensino Fundamental	MEC/INEP	2005	3.247	alunos
Matrículas no Ensino Médio	MEC/INEP	2005	454	alunos
Matrículas no Ensino Superior	MEC/INEP	2003	-	alunos

ECONOMIA

INFORMAÇÃO	FONTE	DATA	ESTATÍSTICA	
Número de Estabelecimentos - RAIS	MTE	2005	116	
Número de Empregos - RAIS	MTE	2005	1.332	

Produção de Tangerina	IBGE	2005	143.999	toneladas
Produção de Milho	IBGE	2005	32.148	toneladas
Produção de Laranja	IBGE	2005	16.340	toneladas
Bovinos	IBGE	2005	20.686	cabeças
Eqüinos	IBGE	2005	2.528	cabeças
Galinhas	IBGE	2005	106.872	cabeças
Ovinos	IBGE	2005	339	cabeças
Suínos	IBGE	2005	12.795	cabeças
Valor Adicionado - Produção Primária	SEFA	2005	26.441.145	R\$ 1,00 (P)
Valor Adicionado - Indústria	SEFA	2005	4.881.023	R\$ 1,00 (P)
Valor Adicionado - Comércio/Serviços	SEFA	2005	12.359.034	R\$ 1,00 (P)
Valor Adicionado - Recursos/Autos	SEFA	2005	1.732.398	R\$ 1,00 (P)
Valor Adicionado - Total	SEFA	2005	45.413.600	R\$ 1,00 (P)
Receitas Municipais	Prefeitura	2004	-	R\$ 1,00
Despesas Municipais	Prefeitura	2004	-	R\$ 1,00

INFRA-ESTRUTURA

INFORMAÇÃO	FONTE	DATA	ESTATÍSTICA	
Abastecimento de Água	SANEPAR	2006	2.181	unid. atend. *
Atendimento de Esgoto	SANEPAR	2006	47	unid. atend. *
Consumo de Energia Elétrica - Total	COPEL	2006	7.441	mwh
Consumidores de Energia Elétrica - Total	COPEL	2006	3.897	

INDICADORES

INFORMAÇÃO	FONTE	DATA	ESTATÍSTICA	
Densidade Demográfica	IPARDES	2006	12,35	hab/km ²
Índice de Desenvolvimento Humano - IDH-M	PNUD/IPEA/FJP	2000	0,684	
PIB Per Capita	IBGE/IPARDES	2004	5.041	R\$ 1,00
Índice de Gini	IBGE	2000	0,620	
Grau de Urbanização	IBGE	2000	23,95	%
Taxa de Crescimento Geométrico	IBGE	2000	0,18	%
Taxa de Pobreza	IBGE/IPARDES	2000	48,66	%

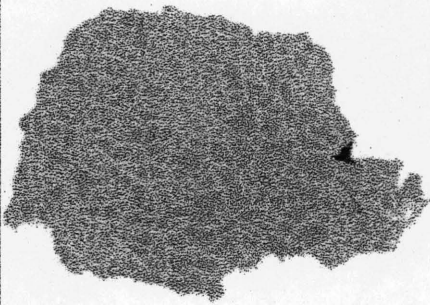
- * Unidades (economias) atendidas é todo imóvel (casa, apartamento, loja, prédio, etc.) ou subdivisão independente do imóvel para efeito de cadastramento e cobrança de tarifa (Adaptado do IBGE, CIDE, SANEPAR).

Pessoas em situação de pobreza é a população calculada em função da renda familiar *per capita* de até 1/2 salário mínimo. Os dados referentes a Situação de Pobreza são provenientes dos microdados do Censo Demográfico (IBGE) e das Tabulações especiais feitas pelo Ipardes.

Convenção Utilizada	
...	Dado não disponível
-	Fenômeno não existe
(P)	Dado preliminar

7.7. ANEXO – VII – PERFIL MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES

TERRITÓRIO			
INFORMAÇÃO	FONTE	DATA	
Altitude	IBGE	2007	800 metros
Desmembrado	IPARDES	2007	Cerro Azul
Instalação	IPARDES	2007	01/01/1993
Área Terrestre	SEMA	2007	787,320 km ²
Distância à Capital	SETR	2007	131,45 km



ÁREA POLÍTICO-ADMINISTRATIVA				
INFORMAÇÃO	FONTE	DATA	ESTATÍSTICA	
Número de Eleitores	TSE	2006	4.142	pessoas
Prefeito(a)	TRE	2007	Pedro Júnior Anselmo de Assis	

ÁREA SOCIAL				
INFORMAÇÃO	FONTE	DATA	ESTATÍSTICA	
População Censitária - Total	IBGE	2000	6.003	habitantes
População Estimada - Total	IBGE	2006	6.744	habitantes
Pessoas em Situação de Pobreza	IBGE/IPARDES	2000	4.099	
Famílias em Situação de Pobreza	IBGE/IPARDES	2000	917	
População Economicamente Ativa	IBGE	2000	3.391	pessoas
População Ocupada	IBGE	2000	3.289	pessoas
Número de Domicílios - Total	IBGE	2000	1.954	
Matrículas na Pré-escola	MEC/INEP	2005	59	alunos
Matrículas no Ensino Fundamental	MEC/INEP	2005	1.363	alunos
Matrículas no Ensino Médio	MEC/INEP	2005	184	alunos
Matrículas no Ensino Superior	MEC/INEP	2003	-	alunos

ECONOMIA				
INFORMAÇÃO	FONTE	DATA	ESTATÍSTICA	
Número de Estabelecimentos - RAIS	MTE	2005	40	
Número de Empregos - RAIS	MTE	2005	724	

Produção de Tangerina	IBGE	2005	67.611	toneladas
Produção de Milho	IBGE	2005	16.317	toneladas
Produção de Feijão	IBGE	2005	1.375	toneladas
Bovinos	IBGE	2005	10.245	cabeças
Eqüinos	IBGE	2005	1.620	cabeças
Galinhas	IBGE	2005	73.856	cabeças
Ovinos	IBGE	2005	776	cabeças
Suínos	IBGE	2005	10.065	cabeças
Valor Adicionado - Produção Primária	SEFA	2005	1.744.349	R\$ 1,00 (P)
Valor Adicionado - Indústria	SEFA	2005	4.729.225	R\$ 1,00 (P)
Valor Adicionado - Comércio/Serviços	SEFA	2005	12.799.263	R\$ 1,00 (P)
Valor Adicionado - Recursos/Autos	SEFA	2005	84.646	R\$ 1,00 (P)
Valor Adicionado - Total	SEFA	2005	19.357.483	R\$ 1,00 (P)
Receitas Municipais	Prefeitura	2005	5.519.599,14	R\$ 1,00
Despesas Municipais	Prefeitura	2005	5.285.590,82	R\$ 1,00

INFRA-ESTRUTURA

INFORMAÇÃO	FONTE	DATA	ESTATÍSTICA	
Abastecimento de Água	FUNASA	2006	-	unid. atend. *
Atendimento de Esgoto	FUNASA	2006	-	unid. atend. *
Consumo de Energia Elétrica - Total	COPEL	2006	2.443	mwh
Consumidores de Energia Elétrica - Total	COPEL	2006	1.482	

INDICADORES

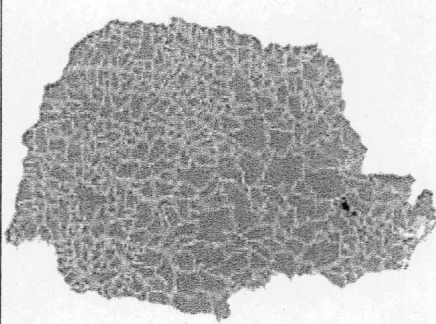
INFORMAÇÃO	FONTE	DATA	ESTATÍSTICA	
Densidade Demográfica	IPARDES	2006	8,57	hab/km ²
Índice de Desenvolvimento Humano - IDH-M	PNUD/IPEA/FJP	2000	0,627	
PIB Per Capita	IBGE/IPARDES	2004	6.692	R\$ 1,00
Índice de Gini	IBGE	2000	0,570	
Grau de Urbanização	IBGE	2000	11,68	%
Taxa de Crescimento Geométrico	IBGE	2000	2,12	%
Taxa de Pobreza	IBGE/IPARDES	2000	57,29	%

- * Unidades (economias) atendidas é todo imóvel (casa, apartamento, loja, prédio, etc.) ou subdivisão independente do imóvel para efeito de cadastramento e cobrança de tarifa (Adaptado do IBGE, CIDE, SANEPAR).

Pessoas em situação de pobreza é a população calculada em função da renda familiar *per capita* de até 1/2 salário mínimo. Os dados referentes a Situação de Pobreza são provenientes dos microdados do Censo Demográfico (IBGE) e das Tabulações especiais feitas pelo Ipardes.

Convenção Utilizada	
...	Dado não disponível
-	Fenômeno não existe
(P)	Dado preliminar

7.8. ANEXO – VIII – PERFIL MUNICIPAL DE ITAPERUÇU

TERRITÓRIO				
INFORMAÇÃO	FONTE	DATA		
Altitude	IBGE	2007	1.000 metros	
Desmembrado	IPARDES	2007	Rio Branco do Sul	
Instalação	IPARDES	2007	01/01/1993	
Área Terrestre	SEMA	2007	350,044 km ²	
Distância à Capital	SETR	2007	30,76 km	

ÁREA POLÍTICO-ADMINISTRATIVA				
INFORMAÇÃO	FONTE	DATA	ESTATÍSTICA	
Número de Eleitores	TSE	2006	15.493	pessoas
Prefeito(a)	TRE	2007	José de Castro França	

ÁREA SOCIAL				
INFORMAÇÃO	FONTE	DATA	ESTATÍSTICA	
População Censitária - Total	IBGE	2000	19.344	habitantes
População Estimada - Total	IBGE	2006	25.692	habitantes
Pessoas em Situação de Pobreza	IBGE/IPARDES	2000	7.910	
Famílias em Situação de Pobreza	IBGE/IPARDES	2000	1.914	
População Economicamente Ativa	IBGE	2000	6.831	pessoas
População Ocupada	IBGE	2000	5.303	pessoas
Número de Domicílios - Total	IBGE	2000	6.022	
Matrículas na Pré-escola	MEC/INEP	2005	517	alunos
Matrículas no Ensino Fundamental	MEC/INEP	2005	4.127	alunos
Matrículas no Ensino Médio	MEC/INEP	2005	680	alunos
Matrículas no Ensino Superior	MEC/INEP	2003	-	alunos

ECONOMIA				
INFORMAÇÃO	FONTE	DATA	ESTATÍSTICA	
Número de Estabelecimentos - RAIS	MTE	2005	191	
Número de Empregos - RAIS	MTE	2005	1.586	
Produção de Tangerina	IBGE	2005	13.392	toneladas
Produção de Milho	IBGE	2005	8.025	toneladas
Produção de Feijão	IBGE	2005	1.029	toneladas
Bovinos	IBGE	2005	4.254	cabeças
Eqüinos	IBGE	2005	918	cabeças
Galinhas	IBGE	2005	39.574	cabeças
Ovinos	IBGE	2005	299	cabeças
Suínos	IBGE	2005	4.336	cabeças
Valor Adicionado - Produção Primária	SEFA	2005	50.836	R\$ 1,00 (P)
Valor Adicionado - Indústria	SEFA	2005	28.181.832	R\$ 1,00 (P)
Valor Adicionado - Comércio/Serviços	SEFA	2005	30.296.807	R\$ 1,00 (P)
Valor Adicionado - Recursos/Autos	SEFA	2005	7.503	R\$ 1,00 (P)
Valor Adicionado - Total	SEFA	2005	58.536.978	R\$ 1,00 (P)
Receitas Municipais	Prefeitura	2005	12.306.392,31	R\$ 1,00
Despesas Municipais	Prefeitura	2005	10.940.472,06	R\$ 1,00

INFRA-ESTRUTURA				
INFORMAÇÃO	FONTE	DATA	ESTATÍSTICA	
Abastecimento de Água	SANEPAR	2006	4.759	unid. atend. *
Atendimento de Esgoto	SANEPAR	2006	-	unid. atend. *
Consumo de Energia Elétrica - Total	COPEL	2006	16.717	mwh
Consumidores de Energia Elétrica - Total	COPEL	2006	5.699	

INDICADORES				
INFORMAÇÃO	FONTE	DATA	ESTATÍSTICA	
Densidade Demográfica	IPARDES	2006	73,40	hab/km ²
Índice de Desenvolvimento Humano - IDH-M	PNUD/IPEA/FJP	2000	0,675	
PIB <i>Per Capita</i>	IBGE/IPARDES	2004	3.220	R\$ 1,00
Índice de Gini	IBGE	2000	0,510	
Grau de Urbanização	IBGE	2000	83,92	%
Taxa de Crescimento Geométrico	IBGE	2000	6,83	%
Taxa de Pobreza	IBGE/IPARDES	2000	35,64	%

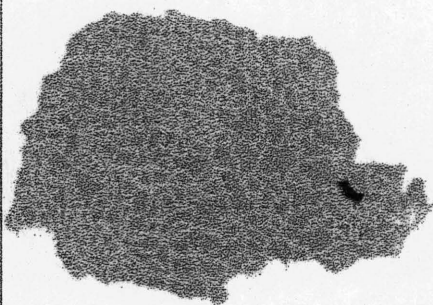
- * Unidades (economias) atendidas é todo imóvel (casa, apartamento, loja, prédio, etc.) ou subdivisão independente do imóvel para efeito de cadastramento e cobrança de tarifa (Adaptado do IBGE, CIDE, SANEPAR).

Pessoas em situação de pobreza é a população calculada em função da renda familiar *per capita* de até 1/2 salário mínimo. Os dados referentes a Situação de Pobreza são provenientes dos microdados do Censo Demográfico (IBGE) e das Tabulações especiais feitas pelo Ipardes.

Convenção Utilizada	
...	Dado não disponível
-	Fenômeno não existe
(P)	Dado preliminar

7.9. ANEXO – IX – PERFIL MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO SUL

TERRITÓRIO			
INFORMAÇÃO	FONTE	DATA	
Altitude	IBGE	2007	892 metros
Desmembrado	IPARDES	2007	Cerro Azul
Instalação	IPARDES	2007	11/10/1947
Área Terrestre	SEMA	2007	816,712 km ²
Distância à Capital	SETR	2007	28,36 km



ÁREA POLÍTICO-ADMINISTRATIVA				
INFORMAÇÃO	FONTE	DATA	ESTATÍSTICA	
Número de Eleitores	TSE	2006	22.115	peessoas
Prefeito(a)	TRE	2007	Amauri Cezar Johnsson	

ÁREA SOCIAL				
INFORMAÇÃO	FONTE	DATA	ESTATÍSTICA	
População Censitária - Total	IBGE	2000	29.341	habitantes
População Estimada - Total	IBGE	2006	30.671	habitantes
Pessoas em Situação de Pobreza	IBGE/IPARDES	2000	10.753	
Famílias em Situação de Pobreza	IBGE/IPARDES	2000	2.623	
População Economicamente Ativa	IBGE	2000	12.067	peessoas
População Ocupada	IBGE	2000	10.661	peessoas
Número de Domicílios - Total	IBGE	2000	9.276	
Matrículas na Pré-escola	MEC/INEP	2005	669	alunos
Matrículas no Ensino Fundamental	MEC/INEP	2005	6.672	alunos
Matrículas no Ensino Médio	MEC/INEP	2005	1.285	alunos
Matrículas no Ensino Superior	MEC/INEP	2003	-	alunos

ECONOMIA				
INFORMAÇÃO	FONTE	DATA	ESTATÍSTICA	
Número de Estabelecimentos - RAIS	MTE	2005	318	
Número de Empregos - RAIS	MTE	2005	3.574	

Produção de Milho	IBGE	2005	23.560	toneladas
Produção de Tangerina	IBGE	2005	16.082	toneladas
Produção de Feijão	IBGE	2005	2.178	toneladas
Bovinos	IBGE	2005	16.357	cabeças
Eqüinos	IBGE	2005	1.355	cabeças
Galinhas	IBGE	2005	62.705	cabeças
Ovinos	IBGE	2005	464	cabeças
Suínos	IBGE	2005	8.788	cabeças
Valor Adicionado - Produção Primária	SEFA	2005	2.239.958	R\$ 1,00 (P)
Valor Adicionado - Indústria	SEFA	2005	599.582.751	R\$ 1,00 (P)
Valor Adicionado - Comércio/Serviços	SEFA	2005	68.643.717	R\$ 1,00 (P)
Valor Adicionado - Recursos/Autos	SEFA	2005	405.534	R\$ 1,00 (P)
Valor Adicionado - Total	SEFA	2005	670.871.960	R\$ 1,00 (P)
Receitas Municipais	Prefeitura	2005	32.991.581,87	R\$ 1,00
Despesas Municipais	Prefeitura	2005	29.903.731,79	R\$ 1,00

INFRA-ESTRUTURA

INFORMAÇÃO	FONTE	DATA	ESTATÍSTICA	
Abastecimento de Água	Prefeitura	2006	-	unid. atend. *
Atendimento de Esgoto	Prefeitura	2006	-	unid. atend. *
Consumo de Energia Elétrica - Total	COPEL	2006	46.135	mwh
Consumidores de Energia Elétrica - Total	COPEL	2006	9.158	

INDICADORES

INFORMAÇÃO	FONTE	DATA	ESTATÍSTICA	
Densidade Demográfica	IPARDES	2006	37,55	hab/km ²
Índice de Desenvolvimento Humano - IDH-M	PNUD/IPEA/FJP	2000	0,702	
PIB <i>Per Capita</i>	IBGE/IPARDES	2004	12.279	R\$ 1,00
Índice de Gini	IBGE	2000	0,550	
Grau de Urbanização	IBGE	2000	68,33	%
Taxa de Crescimento Geométrico	IBGE	2000	0,70	%
Taxa de Pobreza	IBGE/IPARDES	2000	31,87	%

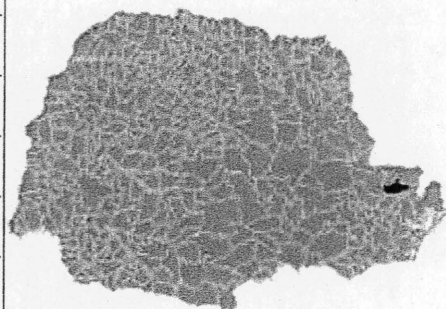
- * Unidades (economias) atendidas é todo imóvel (casa, apartamento, loja, prédio, etc.) ou subdivisão independente do imóvel para efeito de cadastramento e cobrança de tarifa (Adaptado do IBGE, CIDE, SANEPAR).

Pessoas em situação de pobreza é a população calculada em função da renda familiar *per capita* de até 1/2 salário mínimo. Os dados referentes a Situação de Pobreza são provenientes dos microdados do Censo Demográfico (IBGE) e das Tabulações especiais feitas pelo Ipardes.

Convenção Utilizada	
...	Dado não disponível
-	Fenômeno não existe
(P)	Dado preliminar

7.10. ANEXO – X – PERFIL MUNICIPAL DE TUNAS DO PARANÁ

TERRITÓRIO			
INFORMAÇÃO	FONTE	DATA	
Altitude	IBGE	2007	906 metros
Desmembrado	IPARDES	2007	Bocaiúva do Sul
Instalação	IPARDES	2007	01/01/1993
Área Terrestre	SEMA	2007	671,710 km ²
Distância à Capital	SETR	2007	79,21 km



ÁREA POLÍTICO-ADMINISTRATIVA				
INFORMAÇÃO	FONTE	DATA	ESTATÍSTICA	
Número de Eleitores	TSE	2006	4.063	peessoas
Prefeito(a)	TRE	2007	Nalinez Zanon	

ÁREA SOCIAL				
INFORMAÇÃO	FONTE	DATA	ESTATÍSTICA	
População Censitária - Total	IBGE	2000	3.611	habitantes
População Estimada - Total	IBGE	2006	4.159	habitantes
Pessoas em Situação de Pobreza	IBGE/IPARDES	2000	1.598	
Famílias em Situação de Pobreza	IBGE/IPARDES	2000	341	
População Economicamente Ativa	IBGE	2000	1.128	peessoas
População Ocupada	IBGE	2000	1.023	peessoas
Número de Domicílios - Total	IBGE	2000	1.193	
Matrículas na Pré-escola	MEC/INEP	2005	168	alunos
Matrículas no Ensino Fundamental	MEC/INEP	2005	1.442	alunos
Matrículas no Ensino Médio	MEC/INEP	2005	214	alunos
Matrículas no Ensino Superior	MEC/INEP	2003	-	alunos

ECONOMIA				
INFORMAÇÃO	FONTE	DATA	ESTATÍSTICA	
Número de Estabelecimentos - RAIS	MTE	2005	100	
Número de Empregos - RAIS	MTE	2005	1.630	
Produção de Milho	IBGE	2005	6.679	toneladas
Produção de Feijão	IBGE	2005	422	toneladas
Produção de Erva-mate	IBGE	2005	111	toneladas
Bovinos	IBGE	2005	1.666	cabeças
Eqüinos	IBGE	2005	333	cabeças
Galinhas	IBGE	2005	5.690	cabeças
Ovinos	IBGE	2005	403	cabeças
Suínos	IBGE	2005	1.065	cabeças
Valor Adicionado - Produção Primária	SEFA	2005	32.720.956	R\$ 1,00 (P)
Valor Adicionado - Indústria	SEFA	2005	24.230.529	R\$ 1,00 (P)
Valor Adicionado - Comércio/Serviços	SEFA	2005	14.396.801	R\$ 1,00 (P)
Valor Adicionado - Recursos/Autos	SEFA	2005	472.888	R\$ 1,00 (P)
Valor Adicionado - Total	SEFA	2005	71.821.174	R\$ 1,00 (P)
Receitas Municipais	Prefeitura	2005	6.624.939,59	R\$ 1,00
Despesas Municipais	Prefeitura	2005	5.808.182,56	R\$ 1,00

INFRA-ESTRUTURA				
INFORMAÇÃO	FONTE	DATA	ESTATÍSTICA	
Abastecimento de Água	SANEPAR	2006	969	unid. atend. *
Atendimento de Esgoto	SANEPAR	2006	-	unid. atend. *
Consumo de Energia Elétrica - Total	COPEL	2006	11.138	mwh
Consumidores de Energia Elétrica - Total	COPEL	2006	1.660	

INDICADORES				
INFORMAÇÃO	FONTE	DATA	ESTATÍSTICA	
Densidade Demográfica	IPARDES	2006	6,19	hab/km ²
Índice de Desenvolvimento Humano - IDH-M	PNUD/IPEA/FJP	2000	0,686	
PIB Per Capita	IBGE/IPARDES	2004	5.200	R\$ 1,00
Índice de Gini	IBGE	2000	0,570	
Grau de Urbanização	IBGE	2000	39,35	%
Taxa de Crescimento Geométrico	IBGE	2000	2,67	%
Taxa de Pobreza	IBGE/IPARDES	2000	35,35	%

- * Unidades (economias) atendidas é todo imóvel (casa, apartamento, loja, prédio, etc.) ou subdivisão independente do imóvel para efeito de cadastramento e cobrança de tarifa (Adaptado do IBGE, CIDE, SANEPAR).

Pessoas em situação de pobreza é a população calculada em função da renda familiar *per capita* de até 1/2 salário mínimo. Os dados referentes a Situação de Pobreza são provenientes dos microdados do Censo Demográfico (IBGE) e das Tabulações especiais feitas pelo Ipardes.

Convenção Utilizada	
...	Dado não disponível
-	Fenômeno não existe
(P)	Dado preliminar

**7.11. ANEXO – XI – COMPOSIÇÃO DE CUSTOS DE SERVIÇOS DE CAMPO
POR LOTE INDIVIDUAL**

Composição de custos para trabalho de campo (topografia)	
1-	Transporte de Coordenadas da rede básica
2-	Reconhecimento dos limites e implantação de marcos
3-	Ocupação de pontos
4-	Processamento dos pontos
5-	Memorial descritivo
6-	Plantas individuais e gerais

Componentes do Custos de campo da topografia		Custos de campo cadastro
1-	Marco de concreto	
2-	Salario do topografo	Salario vistoriador
3-	Salario de Auxiliar	
4-	Obrigações sociais	Obrigações sociais
5-	Veiculos	Veiculo
5.1	Combustivel	Combustivel
5.2	Manutenção	Manutenção
5.3	Depreciação do Veiculo	Depreciação do Veiculo
6-	Picadeiros	
6.1	2 por equipe	
custo por lote medic R\$ 600,00		Custo por lote vistoriado R\$ 140,00

Custos de Campo Pessoal Mensal topografia		Custo de campo pessoal de vistoria	
1-	2 Técnicos salario	R\$ 1.500,00 x 2	R\$ 3.000,00
2-	2 Picadeiros	R\$ 22,00 x 2 x 22dias	R\$ 880,00
3-	Diárias	RS 120,00 x 2 x 22 dias	R\$ 5.280,00
Custos de campo Veiculo Mensal			
1-	Combustivel		R\$ 600,00
Total			R\$ 9.760,00
		1 Técnico salario	R\$ 1.500,00
		Diarias	R\$ 1.386,00
		Custos de campo Veiculo Mensal	R\$ 518,00
		Combustivel	R\$ 3.404,00

7.12. ANEXO – XII – LAUDO DE VISTORIA ITCG



ESTADO DO PARANÁ

Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA

Instituto de Terras, Cartografia e Geociências – ITCG

Escritório de :

LAUDO DE VISTORIA

01 - DADOS PESSOAIS DO OCUPANTE DO IMÓVEL

Nome:
Apelido:
Filiação: Pai:
Mãe:
Local de Nascimento: Data do Nasc. : / /
Estado Civil: Nº de Filhos:
Certidão Casamento: Local: N.º Livro: Fls. :
Qual o Regime : Profissão:
Carteira de Identidade N.º: CNPJ/CIC:
Certidão Nasc.: Local: N.º Livro: Fls. :
Exerce função pública: Não () Sim () Qual?
Onde :
Reside no lote : SIM () ou Não ()
End.:
CEP: Município : UF:
Tel. : Celular :

01-01 - DADOS DO CÔNJUGE:

Nome :
Filiação : Pai :
Mãe:
RG N.º : CIC/CPE
Certidão Nasc.: Local: N.º Livro: Fls.

02 - CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL

Denominação do Imóvel (antigas e atuais, n.º Lote):
Localidade: Distrito:
Município: Comarca:
Área do Imóvel (em ha): (em m²): INCRA:
Descrever localização e coordenadas (UTM) :

03 - DA OCUPAÇÃO

É ocupante primitivo ? Sim () Não () Tempo de ocupação: (anos) (meses)
Como ocorreu a transmissão:
Nome do Transmittente:
Explora diretamente o imóvel: Sim () Não ()
Nome do Preposto:
N.º de pessoas que residem no Imóvel:
A posse é mansa e pacífica: Sim () Não () Descrever:

04 - DA DOCUMENTAÇÃO DO IMÓVEL

() Doc. de domínio: Matrícula ou Transcrição. () Doc. de Posse: Contratos Part. Cessões de direitos, etc...

05 - CAPACIDADE EMPRESARIAL DO OCUPANTE

Tab. 01 Condição de Posse

1 - Proprietário

2 - Posseiro

Possui outro Imóvel Rural? Não () Sim () Quantos?

Local/Município: ha Tab.01 ()

Local/Município: ha Tab.01 ()

Local/Município: ha Tab.01 ()

Local/Município: ha Tab.01 ()

Financiamento bancário: Sim () Não ()

Atividades agropecuárias desenvolvidas anteriormente:

Local

Condição: Proprietário () Empregado () Arrendatário () Parceiro ()

06 – BENFEITORIAS, IMPLEMENTOS E CRIAÇÕES

[illegible]

07 – UTILIZAÇÃO DO IMÓVEL

Especificação	Hectares	%
Culturas permanentes		
Culturas temporárias		
Pastagens		
Campos		
Matas		
Capoeiras		
Reflorestamento		
Reserva legal		
Reserva permanente		
Outros		

08 - AVALIAÇÃO DO IMÓVEL

Preço Médio da região R\$ / ha

Plano: %

Levemente Ondulado: %

Topografia: Ondulado: %

Acidentado: %

Alagadiço: %

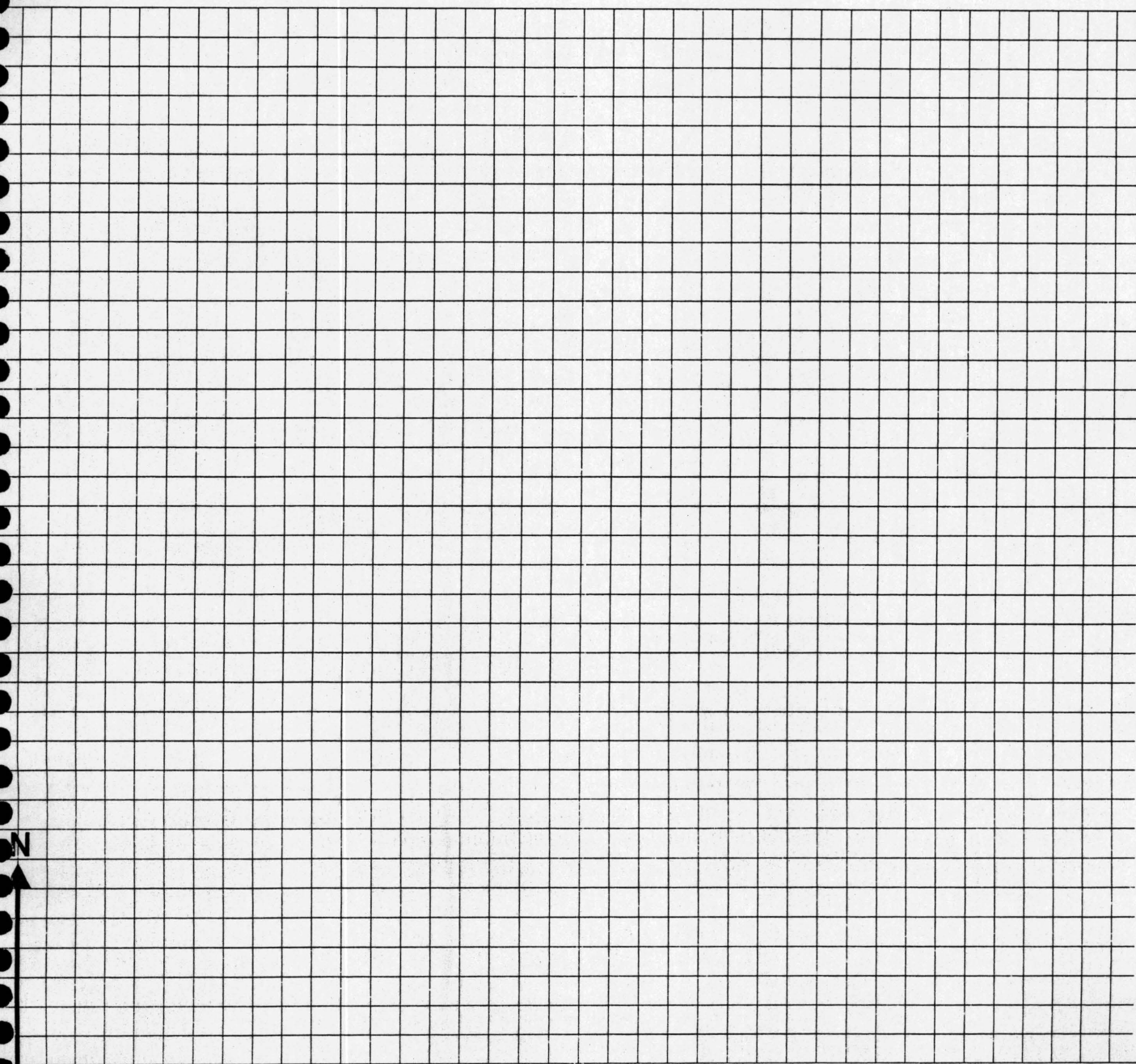
Pedreira: %

CONSERVAÇÃO DO SOLO:

Erosão: Não apresenta () Apresenta pouco () Acentuada ()

Conservação: Curva de Nível () Terraço ()

09 - CROQUI



Assinalar no croqui os confrontantes, existência dos rios, riachos, sede da propriedade, área de reserva (25%) e matas ciliares.

10 - OBSERVAÇÕES

11 - ASSINATURA DO OCUPANTE

Data : / /

Assinatura :

12 - TESTEMUNHAS

1ª

Assinatura:.....

Nome:.....

2ª

Assinatura :

Nome:

13 - Afirmo haver transcrito com fidelidade as declarações que me foram prestadas para o preenchimento do presente LAUDO DE VISTORIA.

Local:

Data: / /

Assinatura:

Nome:

14 - De acordo em / /

15 - Visto em / /

Chefe do Escritório Regional

Diretor de Terras

7.12. ANEXO – XIII – PLANTA GERAL DE GLEBA

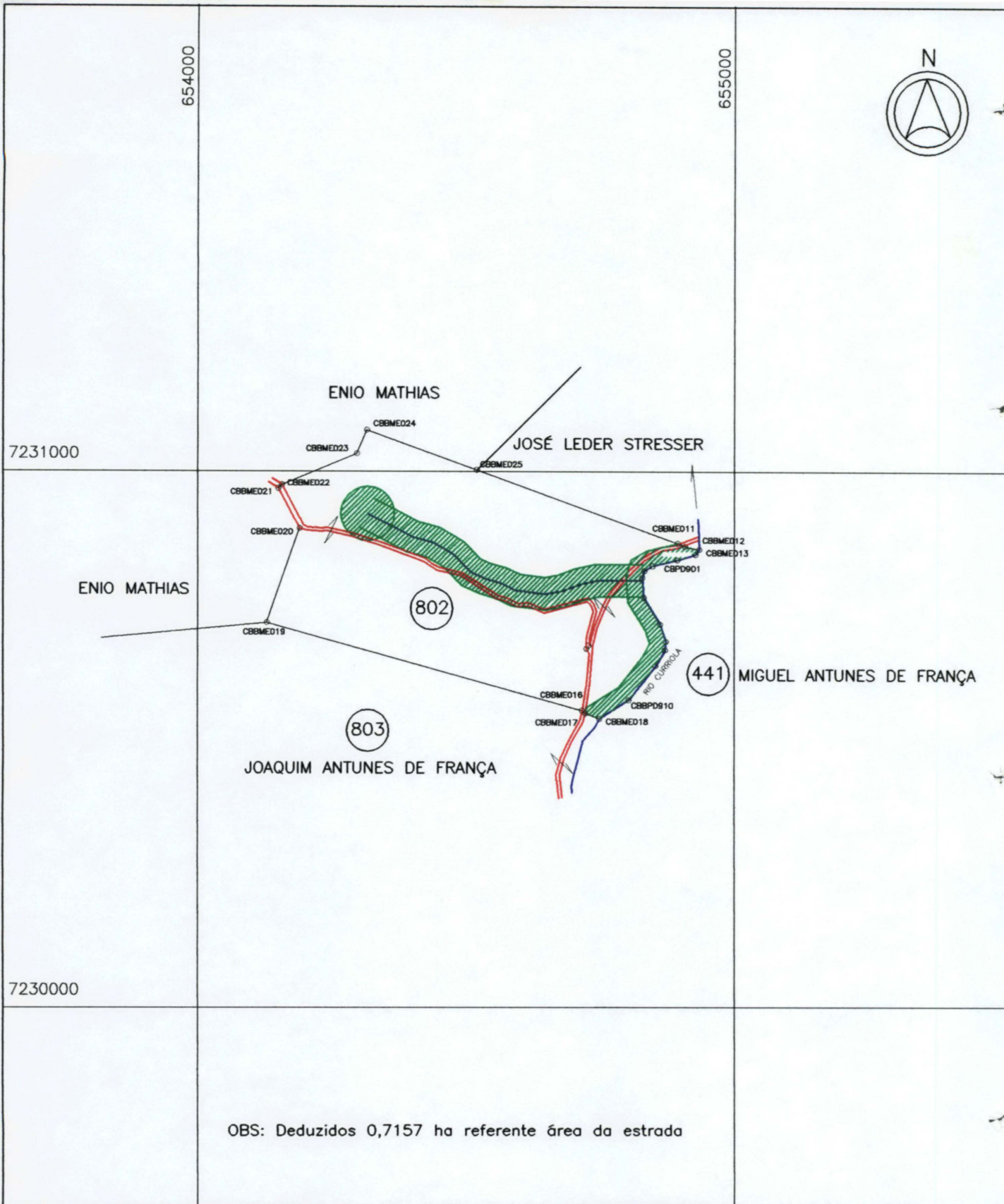
7.14. ANEXO – XIV – CÁLCULO DE ÁREA DE LOTE

Cálculo Analítico de Área - Azimutes, lados e Coordenadas Geográficas

Meridiano Central: 51° WGr

Perímetro :	2.235,17 m		
Área Total:	255.186,45 m²	25,5186 ha	
Área Deduzida:	7.157,00 m²	0,7157 ha	Dedução: estrada
Área Remanescente:	248.029,45 m²	24,8029 ha	

7.15. ANEXO – XV – PLANTA INDIVIDUAL DE LOTE



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO/ SECRETARIA DE REORDENAMENTO AGRÁRIO SEMA - SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS ITCG - INSTITUTO DE TERRAS CARTOGRAFIA E GEOCIÊNCIAS			
DATUM SAD 69	IMÓVEL ALTO FLORESTAL e ENCANTILADO LOTE 802		ÁREA (ha) 24,8029
			PERÍMETRO (m) 2235,16
DATA 05/2007	MUNICÍPIO - UF RIO BRANCO DO SUL PARANÁ		ESCALA 1:10000
MERIDIANO CENTRAL 51°	RESP. TÉCNICO Wallace de Senna Pereira Crea Pr-10685-D	ARQUIVO GERAL/CONC. PROCESSOS	DESENHO

7.16. ANEXO – XVI – MEMORIAL DESCRITIVO DE LOTE

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO/SECRETARIA DE REORDENAMENTO AGRÁRIO
SEMA – SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS
ITCG - INSTITUTO DE TERRAS CARTOGRAFIA E GEOCIÊNCIAS

MEMORIAL DESCRITIVO

IMÓVEL:	ALTO FLORESTAL e ENCANTILADO - LOTE 802	
MUNICÍPIO:	RIO BRANCO DO SUL	
COMARCA:	RIO BRANCO DO SUL	
ÁREA:	25,5186 ha	PERÍMETRO(m):2.235,17 m

DESCRIÇÃO

Inicia-se se no vértice denominado '**CBBME022**' , georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SAD69, MC-51°W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 654.156,137 m e N= 7.230.975,219 m dividindo-o com Enio Mathias; Daí segue confrontando com Enio Mathias com o azimute de 67°18'22" e a distância de 151,79 m até o vértice '**CBBME023**' (E=654.296,174 m e N=7.231.033,780 m); Daí segue confrontando com Enio Mathias com o azimute de 22°36'58" e a distância de 47,90 m até o vértice '**CBBME024**' (E=654.314,594 m e N=7.231.077,996 m); Daí segue confrontando com Enio Mathias com o azimute de 109°59'16" e a distância de 217,68 m até o vértice '**CBBME025**' (E=654.519,166 m e N=7.231.003,587 m); Daí segue confrontando com José Leder Stresser com o azimute de 110°02'34" e a distância de 398,91 m até o vértice '**CBBME011**' (E=654.893,913 m e N=7.230.866,873 m); Daí segue confrontando com a estrada com o azimute de 114°00'31" e a distância de 14,42 m até o vértice '**CBBME012**' (E=654.907,083 m e N=7.230.861,007 m); Daí segue confrontando com José Leder Stresser com o azimute de 101°57'54" e a distância de 27,21 m até o vértice '**CBBME013**' (E=654.933,697 m e N=7.230.855,367 m); Daí segue confrontando com o Rio Curriola a montante com o azimute de 214°56'44" e a distância de 11,60 m até o vértice '**CBBPD900**' (E=654.927,054 m e N=7.230.845,860 m); Daí segue confrontando com o Rio Curriola a montante com o azimute de 253°07'45" e a distância de 35,41 m até o vértice '**CBBPD901**' (E=654.893,166 m e N=7.230.835,583 m); Daí segue confrontando com o Rio Curriola a montante com o azimute de 256°16'03" e a distância de 47,84 m até o vértice '**CBBPD902**' (E=654.846,696 m e N=7.230.824,227 m); Daí segue confrontando com o Rio Curriola a montante com o azimute de 240°02'29" e a distância de 17,61 m até o vértice '**CBBPD903**' (E=654.831,436 m e N=7.230.815,431 m); Daí segue confrontando com o Rio Curriola a montante com o azimute de 197°39'56" e a distância de 13,54 m até o vértice '**CBBPD904**' (E=654.827,327 m e N=7.230.802,531 m); Daí segue confrontando com o Rio Curriola a montante com o azimute de 175°27'29" e a distância de 37,06 m até o vértice '**CBBPD905**' (E=654.830,262 m e N=7.230.765,588 m); Daí segue confrontando com o Rio Curriola a montante com o azimute de 148°16'15" e a distância de 57,81 m até o vértice '**CBBPD906**' (E=654.860,667 m e N=7.230.716,415 m); Daí segue confrontando com o Rio Curriola a montante com o azimute de 161°30'32" e a distância de 34,53 m até o vértice '**CBBPD907**' (E=654.871,619 m e N=7.230.683,665 m); Daí segue confrontando com o Rio Curriola a montante com o azimute de 186°42'59" e a distância de 15,88 m até o vértice '**CBBPD908**' (E=654.869,762 m e N=7.230.667,896 m); Daí segue confrontando com o Rio Curriola a montante com o azimute de 210°30'51" e a distância de 34,56 m até o vértice '**CBBPD909**' (E=654.852,216 m e N=7.230.638,126 m); Daí segue confrontando com o Rio Curriola a montante com o azimute de 218°05'29" e a distância de 80,94 m até o vértice '**CBBPD910**' (E=654.802,280 m e N=7.230.574,420 m); Daí segue

confrontando com o Rio Curriola a montante com o azimute de 237°26'40" e a distância de 64,66 m até o vértice '**CBBME018**' (E=654.747,777 m e N=7.230.539,624 m); Daí segue confrontando com o lote 803 com o azimute de 290°53'28" e a distância de 28,00 m até o vértice '**CBBME017**' (E=654.721,622 m e N=7.230.549,607 m); Daí segue confrontando com a estrada com o azimute de 312°15'05" e a distância de 8,66 m até o vértice '**CBBME016**' (E=654.715,215 m e N=7.230.555,427 m); Daí segue confrontando com o lote 803 com o azimute de 285°33'39" e a distância de 609,41 m até o vértice '**CBBME019**' (E=654.128,138 m e N=7.230.718,910 m); Daí segue confrontando com Enio Mathias com o azimute de 19°16'24" e a distância de 185,63 m até o vértice '**CBBME020**' (E=654.189,410 m e N=7.230.894,138 m); Daí segue confrontando com Enio Mathias com o azimute de 331°44'50" e a distância de 84,72 m até o vértice '**CBBME021**' (E=654.149,307 m e N=7.230.968,765 m); Daí segue confrontando com a estrada com o azimute de 46°37'17" e a distância de 9,40 m até o vértice '**CBBME022**' (E=654.156,137 m e N=7.230.975,219 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 25,5186 ha.

Curitiba, 22 de Maio de 2007.

Wallace de Senna Pereira
Engenheiro Cartógrafo
CREA 10685-D PR

APÊNDICE

APÊNDICE – I – GLOSSÁRIO

GLOSSÁRIO

CADASTRO INIBIDO

- o cadastro retido pelo INCRA, por razões diversas, como utilização de reserva legal para outro imóvel, já ser assentamento rural e por agendamento para realização de vistoria.

CADASTRO NÃO CLASSIFICADO

- o cadastro que não apresenta dados de produção que possibilite determinar sua classificação.

CADASTRO NÃO CLASSIFICADO PELO ART.7º - LEI 8,629/93

- o cadastro que comprove que o imóvel está sendo objeto de implantação de projeto técnico de exploração agrossilvopastoril.

CERTIFICADO DE CADASTRO DE IMÓVEL RURAL (CCIR) NÃO EMITIDO

- o certificado que apresente dúvidas quanto a sua titularidade.

GRANDE PROPRIEDADE

- o imóvel rural de área superior a 15 (quinze) módulos fiscais.

IMÓVEL RURAL

- o prédio rústico de área contínua, qualquer que seja a sua localização, que se destine ou possa destinar à exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal.
- Prédio rústico de área contínua, qualquer que seja a sua localização, que se destine ou possa destinar à exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal, florestal ou agroindustrial.

MÉDIA PROPRIEDADE

- o imóvel rural de área superior a 04 (quatro) e até 15 (quinze) módulos fiscais.

MINIFÚNDIO

- o imóvel rural de área e possibilidade inferiores às do módulo fiscal.

MÓDULO FISCAL

- a área que, direta e pessoalmente explorada pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração e eventualmente trabalho com a ajuda de terceiros.

PEQUENA PROPRIEDADE

- o imóvel rural de área compreendida entre 01 (um) e 04 (quatro) módulos fiscais.

PROPRIEDADE PRODUTIVA

- o imóvel rural que, explorado econômica e racionalmente, atinge, simultaneamente, grau de utilização da terra igual ou superior a 80% (oitenta por cento), calculado pela relação percentual entre a área efetivamente utilizada e a área aproveitável total do imóvel, e grau de eficiência na exploração da terra igual ou superior a 100% (cem por cento), sobre índices de produtividade fixados pelo órgão federal competente.

MÉDIA PROPRIEDADE

- o imóvel rural de área superior a 04 (quatro) e até 15 (quinze) módulos fiscais.

MINIFÚNDIO

- o imóvel rural de área e possibilidade inferiores às do módulo fiscal.

MÓDULO FISCAL

- a área que, direta e pessoalmente explorada pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração e eventualmente trabalho com a ajuda de terceiros.

PEQUENA PROPRIEDADE

- o imóvel rural de área compreendida entre 01 (um) e 04 (quatro) módulos fiscais.

PROPRIEDADE PRODUTIVA

- o imóvel rural que, explorado econômica e racionalmente, atinge, simultaneamente, grau de utilização da terra igual ou superior a 80% (oitenta por cento), calculado pela relação percentual entre a área efetivamente utilizada e a área aproveitável total do imóvel, e grau de eficiência na exploração da terra igual ou superior a 100% (cem por cento), sobre índices de produtividade fixados pelo órgão federal competente.

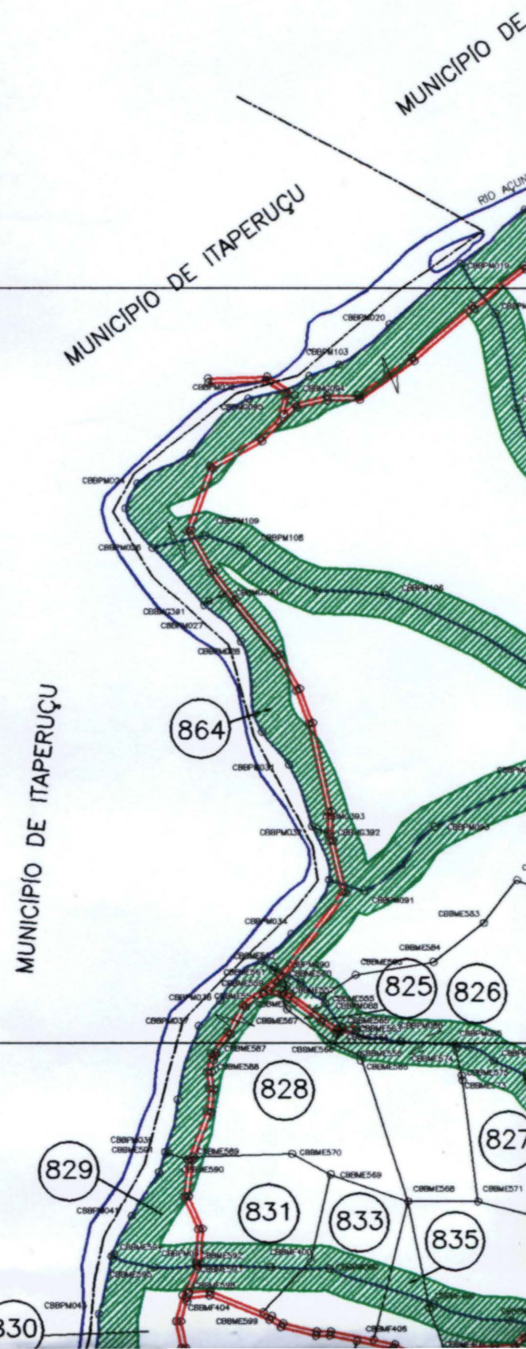
650000

651000

7234000

7233000

7232000





JOSÉ PI

7229000

7229000

650000

651000

652000

653000

RIO DE RIO BRANCO DO SUL

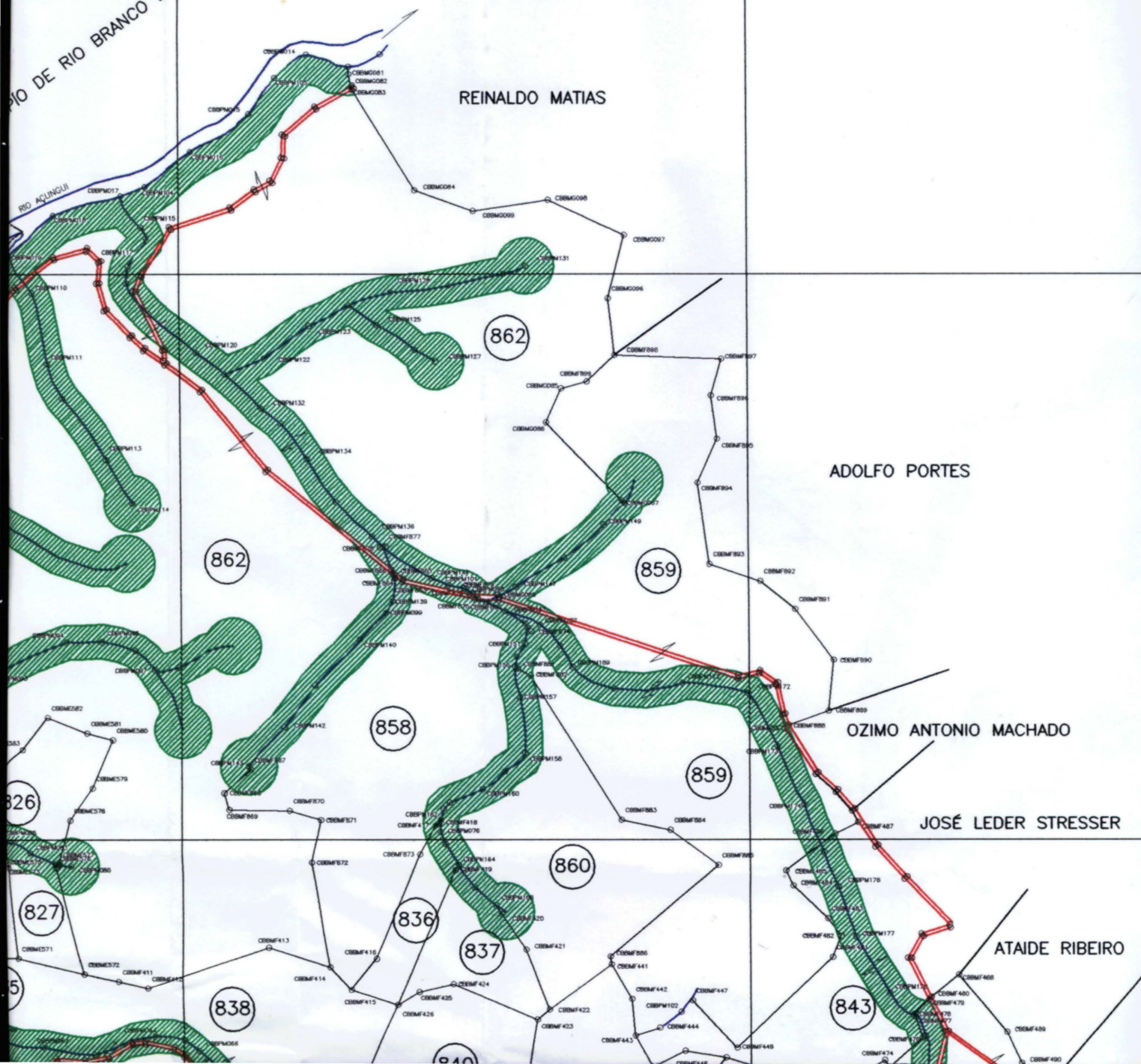
REINALDO MATIAS

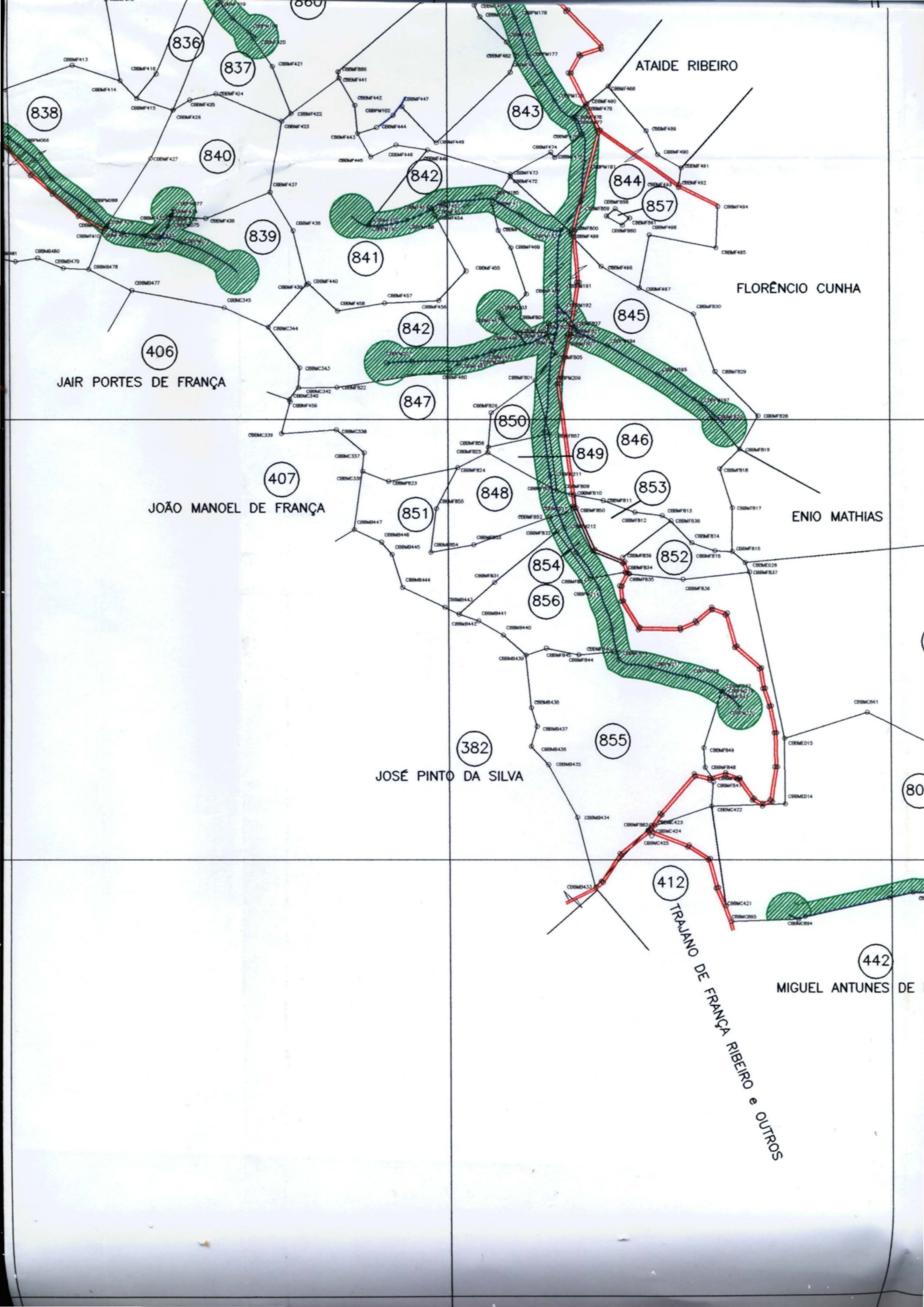
ADOLFO PORTES

OZIMO ANTONIO MACHADO

JOSÉ LEDER STRESSER

ATAIDE RIBEIRO





ATAIDE RIBEIRO

FLORENCIO CUNHA

ENIO MATHIAS

JOSÉ PINTO DA SILVA

MIGUEL ANTUNES DE

TRAJANO DE FRANÇA RIBEIRO e OUTROS

JAIR PORTES DE FRANÇA

JOÃO MANOEL DE FRANÇA

442

80

382

412

855

856

854

846

849

848

851

847

842

841

842

843

844

845

846

847

848

849

850

851

852

853

854

855

856

857

858

859

860

861

862

863

864

865

866

867

868

869

870

871

872

873

874

875

876

877

878

879

880

881

882

883

884

885

886

887

888

889

890

891

892

893

894

895

896

897

898

899

900

901

902

903

904

905

906

907

908

909

910

911

912

913

914

915

916

917

918

919

920

921

922

923

924

925

926

927

928

929

930

931

932

933

934

935

936

937

938

939

940

941

942

943

944

945

946

947

948

949

950

951

952

953

954

955

956

957

958

959

960

961

962

963

964

965

966

967

968

969

970

971

972

973

974

975

976

977

978

979

980

981

982

983

984

985

986

987

988

989

990

991

992

993

994

995

996

997

998

999

1000

002000

653000

654000



412

TRAJANO DE FRANÇA RIBEIRO e OUTROS

442

MIGUEL ANTUNES DE F

654000

655000

723

723

723

NIO MATHIAS

JOSÉ LEDER STRESSER

72

(802)

(441)

MIGUEL ANTUNES DE FRANÇA

803

440

MIGUEL ANTUNES DE FRANÇA

(801)

(437)

MIGUEL ANTUNES DE FRANÇA

72

(442)

(416)

(438)

MIGUEL ANTUNES DE FRANÇA

JEL ANTUNES DE FRANÇA

PRUDENTE COSTA ROSA

654000

655000

72

656000

7234000

NQ

NG

PROJEÇÃO UNIVERSAL TRANSVERSA
DE MERCATOR (UTM)
DATUM VERTICAL IMBITUBA -SC
DATUM OFICIAL - SAD 69
MERIDIANO CENTRAL - 51° Wgr
CONVERGÊNCIA MERIDIANA -0°38'17,32"
DECLINAÇÃO MAGNÉTICA 17°09'30" (2007)
COEFICIENTE DEFORMAÇÃO LINEAR: 0,99988488

CONVENÇÕES



Corrego ou Nascente



Rodovia Federal, Estadual ou Municipal



Estrada Vicinal



Área de Preservação



CBBM0001

Marcos Implantados



Divisa Municipal



PLANTA DE SITUAÇÃO

PLANTA DO IMÓVEL GEORREFERENCIADO

FOLHA

IMÓVEL - ALTO FLORESTAL e ENCANTILADO

LOCALIDADE - RIO BRANCO DO SUL

MUNICÍPIO E COMARCA - RIO BRANCO DO SUL

ESTADO UF - PARANÁ

MATRICULA/TRANSCRIÇÃO -

CÓDIGO INCRA -

DATA - 01/2007 ESCALA - 1:100000

7232000

QUADRO DE ÁREA ha

509,1710

ASSINATURAS

QUADRO DE ÁREA ha

509,1710

PROPRIETÁRIO

7231000

Eng Civil Carlos Roberto Fernandes Pi

CREA - PR- 13757 - D

CREDENCIADO INCRA CÓDIGO - CBE

PERÍMETRO m

15190,48

ART:

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO/ SECRETARIA DE REORDENAMENTO

SEMA - SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDR

ITCG - INSTITUTO DE TERRAS CARTOGRAFIA E GEOCIÊNCIAS

7230000

7229000

7229000

656000

CAERRO AZUL

RIO BRANCO DO SUL

çu

SITUAÇÃO

FOLHA ÚNICA

UTILIZADO

SUL

0

ernandes Pinto
57 - D
ODIGO - CBB

ORDENAMENTO AGRÁRIO
CURSOS HÍDRICOS
CIÊNCIAS

